



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO  
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

MAYARA TEIXEIRA SENA



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVÁLIDOS NO INSTITUTO  
LAURO SODRÉ (1904-1917): DA IMPONÊNCIA AO DECLÍNIO



Belém/PA

2023

MAYARA TEIXEIRA SENA



**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVÁLIDOS NO INSTITUTO  
LAURO SODRÉ (1904-1917): DA IMPONÊNCIA AO DECLÍNIO**



Texto de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Maria Silva Araújo Alves.

Belém/PA

2023

MAYARA TEIXEIRA SENA



**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVÁLIDOS NO INSTITUTO  
LAURO SODRÉ (1904-1917): DA IMPONÊNCIA AO DECLÍNIO**



Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para Defesa.

DATA DA APROVAÇÃO: 04/09/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Maria Silva Araújo Alves (Orientadora - UFPA)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Vitor Sousa da Cunha Nery (Membro Externo – PROFHISTÓRIA - UNIFAP)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Welington da Costa Pinheiro (Membro Interno – PPGED - UFPA)

## FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S474e Sena, Mayara Teixeira.

A educação profissional de menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré (1904 - 1917): : da imponência ao declínio / Mayara Teixeira Sena. — 2023.

129 f. : il.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.

1. Instituto Lauro Sodré. 2. Ensino profissional. 3. Menores desvalidos. I. Título.

CDD 370.98115

---

À minha mãe que sempre está ao meu lado...

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por toda a força que me deu para trilhar o meu caminho.

Agradeço imensamente à minha mãe que sempre me mostrou o que é ser uma mulher forte e me incentiva todos os dias a ir atrás dos meus sonhos.

Ao meu primo e praticamente irmão Walter Luis, que desde criança me acompanha nos momentos de aprendizagem.

Ao meu companheiro Matheus Santos que esteve presente em todos os momentos em que pensei que não conseguiria e mesmo assim nunca deixou de me apoiar.

À segunda família que fiz dentro dos muros da Universidade Federal do Pará, não citarei seus nomes para não esquecer de ninguém, mas todos sabem da extrema importância em ter vocês ao meu lado me apoiando e fazendo essa caminhada se tornar mais leve.

Agradeço imensamente as minhas amigas Amanda Alves, Marina Martins, Natalia Souza e Aldenize Melo que tornaram a caminhada de intensos estudos no mestrado mais leve. Amo vocês, meninas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará pela oportunidade de fazer o mestrado com bolsa da CAPES.

Por último, mas não menos importante, à minha orientadora Laura Alves, que dedicou seu tempo e conhecimento às minhas orientações e que tornou minha jornada de pós-graduação um intenso, constante e confortável processo de amadurecimento pessoal e profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação pela acolhida e seus ensinamentos na minha formação acadêmica.

A todos que de forma direta e indireta me ajudaram nesta caminhada acadêmica no mestrado.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o percurso educativo do Instituto Lauro Sodré nas primeiras décadas do século XX no processo de formação profissional aos menores desvalidos em dois momentos considerados opostos: o primeiro, no auge de seu reconhecimento como estabelecimento de ensino, o segundo no período do seu declínio em razão dos poucos recursos financeiros para sua manutenção. Objetivamos, portanto, analisar a formação profissional que era dada aos meninos desvalidos, bem como as dificuldades financeiras influenciaram na perda de sua qualidade educativa causando impactos na manutenção da sua proposta de formação profissional, como também repercussão na política de educação dos meninos desvalidos. Metodologicamente utilizamos a pesquisa qualitativa do tipo documental voltada à História da Instituições, a partir disso, trabalhamos com duas fontes documentais: a Monografia sobre a instituição, elaborada no governo de Augusto Montenegro, e o Relatório sobre a instituição na gestão do diretor Theodoro Braga. A análise dos documentos indica dois momentos bastante distintos pelo qual a instituição passava. Na monografia identificamos uma instituição no início do século XX que era reconhecida pela forma de abrigar, instruir e educar menores em situação de orfandade e de abandono. Seus espaços formativos eram bem estruturados e com uma prática profissional muito elogiada pelos visitantes e autoridades. No mais, o governador Augusto Montenegro destinava recursos para manutenção da instituição que era tido como berço da salvação dos menores desvalidos, gerador de uma educação transformadora e portadora de uma infraestrutura invejável e igualável aos institutos franceses. Na segunda década do século XX, o relatório de Theodoro Braga, diretor do Instituto, escancarava as dificuldades enfrentadas na manutenção dos diversos espaços, além de falta de alimentos e vestuários para os educandos, como também problemas na organização curricular da formação profissional. A decadência da instituição era evidente, pois não havia mais a opulência do magnífico prédio do Instituto Lauro Sodré e seu tão admirado projeto de formação profissional para menores desvalidos. Ademais, a situação de abandono da instituição por falta de verbas refletia na qualidade da educação, visto que o ensino teórico era defasado e o ensino profissional ocupava demasiado tempo dos educandos nas oficinas na confecção de produtos para atender às demandas das elites locais e do governo do Estado.

**Palavras-Chave:** Instituto Lauro Sodré. Ensino Profissional. Menores Desvalidos.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the educational path of the Instituto Lauro Sodré in the first decades of the 20th century in the process of professional training for disadvantaged minors in two moments considered opposites: the first, at the height of its recognition as an educational establishment, the second in the period of its decline due to the limited financial resources for its maintenance. We therefore aim to analyze the professional training that was given to underprivileged boys, as well as how financial difficulties influenced the loss of their educational quality, causing impacts on the maintenance of their professional training proposal, as well as repercussions on the education policy for underprivileged boys. Methodologically, we used qualitative documentary research focused on the History of Institutions, based on this, we worked with two documentary sources: the Monograph on the institution, prepared during the government of Augusto Montenegro, and the Report on the institution under the management of director Theodoro Braga. Analysis of the documents indicates two very distinct moments that the institution was going through. In the monograph we identified an institution at the beginning of the 20th century that was recognized for its way of sheltering, instructing and educating minors in situations of orphanage and abandonment. Its training spaces were well structured and with a professional practice that was highly praised by visitors and authorities. Furthermore, governor Augusto Montenegro allocated resources to maintain the institution that was seen as the cradle of salvation for underprivileged minors, generator of transformative education and bearer of an enviable infrastructure comparable to French institutes. In the second decade of the 20th century, the report by Theodoro Braga, director of the Institute, revealed the difficulties faced in maintaining the various spaces, in addition to the lack of food and clothing for students, as well as problems in the curricular organization of professional training. The decadence of the institution was evident, as the opulence of the magnificent Lauro Sodré Institute building and its much-admired professional training project for underprivileged minors were no longer there. Furthermore, the abandonment of the institution due to lack of funds was reflected in the quality of education, as theoretical education was outdated and professional education took up too much of the students' time in the workshops making products to meet the demands of local elites and the government. of State.

**Keywords:** Lauro Sodré Institute. Professional Education. Disabled Minors.

## Sumário

SEÇÃO 1 .....	13
---------------	----

<b>À GUIA DA INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1. MOTIVAÇÕES DA PESQUISA .....	14
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO .....	18
1.3. OBJETIVOS .....	18
1.4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....	18
1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	19
1.6. LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O INSTITUTO LAURO SODRÉ E OUTRAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NO PARÁ .....	21
1.7. ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO .....	26
<b>SEÇÃO 2</b> .....	27
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PARÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDO ARTÍFICES E DO INSTITUTO LAURO SODRÉ</b> .....	27
2.1. A PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ EM ASCENSÃO COM A BELLE ÉPOQUE .....	28
2.2. O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDO ARTÍFICES E O INÍCIO DO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA MENORES DESVALIDOS NO SÉCULO XIX .....	44
2.3. INSTITUTO LAURO SODRÉ NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MARCO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	47
2.4. O ENSINO PROFISSIONAL DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	53
<b>SEÇÃO 3</b> .....	57
<b>A IMPONÊNCIA DO INSTITUTO LAURO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVALIDOS NO GOVERNO DE AUGUSTO MONTENEGRO (1904-1917)</b> .....	57
3.1. VISITA DO GOVERNADOR AUGUSTO MONTENEGRO NO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	58
3.2. CONSTRUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PRÉDIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	60
3.3. A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E OS REGIMENTOS DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	63
3.4. ENSINO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO .....	71
3.5. A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	76
3.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS OFICINAS .....	82
3.7. DESLIGAMENTO DOS ALUNOS .....	93
3.8. CRIAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE .....	96
<b>SEÇÃO 4</b> .....	100
<b>O DECLÍNIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVALIDOS (1916 A 1917)</b> .....	100
4.1. RELATÓRIO DE TEODORO BRAGA: A SITUAÇÃO PRECARIA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ NA DIREÇÃO DO DR. ANTONIO MARÇAL .....	101
4.2. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO EDIFÍCIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	103
4.3. PROBLEMAS NA MANUTENÇÃO DAS OFICINAS E DO ENSINO NO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	104
4.4. MELHORIAS NAS INFRAESTRUTURA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ .....	107
4.5. REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DO DIRETOR THEODORO BRAGA .....	111
<b>SEÇÃO 5</b> .....	119
<b>À GUIA DA CONCLUSÃO</b> .....	119

BREVES CONSIDERAÇÕES .....	120
REFERÊNCIAS .....	124

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Fotografia de Lauro Nina Sodré e Silva. ....	<b>47</b>
<b>Figura 02</b> - Fotografia da entrada do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>51</b>
<b>Figura 03</b> - Fotografia do dormitório do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>51</b>
<b>Figura 04</b> - À esquerda oficina onde funcionavam as aulas de ofícios. ....	<b>52</b>
<b>Figura 05</b> - Planta do primeiro andar do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>60</b>
<b>Figura 06</b> - Planta do segundo andar do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>61</b>
<b>Figura 07</b> - Tabela de vencimentos do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>69</b>
<b>Figura 08</b> - Fotografia de alunos em sua aula de ginástica do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>78</b>
<b>Figura 09</b> - Fotografia da sala de aula do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>80</b>
<b>Figura 10</b> - Fotografia da sala de aula de desenho do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>81</b>
<b>Figura 11</b> - Fotos dos educandos trabalhando na oficina de alfaiataria. ....	<b>82</b>
<b>Figura 12</b> - Lista de produtos feitos na oficina de alfaiates no Instituto Lauro Sodré. ....	<b>83</b>
<b>Figura 13</b> – Lista de produtos diversos da oficina de alfaiates no Instituto Lauro Sodré. ....	<b>84</b>
<b>Figura 14</b> – Oficina de marcenaria do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>86</b>
<b>Figura 15</b> - Oficina de typografia do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>86</b>
<b>Figura 16</b> - Parte das produções feitas na oficina de typografia do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>87</b>
<b>Figura 17</b> - Oficina de typografia do Instituto Profissional Lauro Sodré. ....	<b>88</b>
<b>Figura 18</b> - Oficina de funilaria do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>89</b>
<b>Figura 19</b> - Oficina de ferreiro e serralheiro do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>90</b>
<b>Figura 20</b> – Oficina de sapateiro do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>91</b>
<b>Figura 21</b> - Lista de alunos formados do Instituto Lauro Sodré. ....	<b>92</b>

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01</b> - Levantamento de Dissertações e Teses do banco de dados da CAPES no período de 2011 a 2020 sobre o ensino profissional para menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré. ....	<b>21</b>
---	-----------

## SEÇÃO 1



### À GUISA DA INTRODUÇÃO



*“Folgo em reconhecer na visita que óra faço à este estabelecimento os progressos realizados que prometem termos em breve uma instituição digna do Estado, e honrosa para todos quanto para ella cooperam com os seus esforços e dedicação”*

*Visita de Augusto Montenegro ao Instituto Lauro Sodré (Governador do Estado do Pará)  
17 de fevereiro de 1901*

## 1.1. MOTIVAÇÕES DA PESQUISA

A dissertação intitulada *“A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MENORES DESVALIDOS NO INSTITUTO LAURO SODRÉ (1904-1917): DA IMPONÊNCIA AO DECLÍNIO”* tem como objetivo analisar o percurso de atuação do instituto nas primeiras décadas do século XX. Nosso interesse está em investigar o processo de formação profissional aos menores desvalidos no auge de seu reconhecimento como estabelecimento de ensino, como também no período do seu declínio em razão dos poucos recursos financeiros para sua manutenção.

Mas, afinal o que nos levou a investigar tal instituição? Tudo começou quando iniciamos nossa graduação em Licenciatura em Matemática na Universidade Federal do Pará onde participamos como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa intitulado *“Instituições, Intelectuais, Currículos e Disciplinas na Amazônia (1850-1930)”*. Neste processo formativo tivemos a intenção de pesquisar por meio de fontes documentais as leis educacionais que foram sendo implementadas no Pará voltadas ao ensino da Geometria como parte do currículo nas instituições no período de 1841-1889. Deste processo inicial, deu-se prosseguimento ao meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *“A introdução da Geometria no ensino primário da Província do Grão-Pará e suas implicações na sociedade (1841-1873)”*.

O vislumbre de utilizar documentos como jornais, relatórios governamentais, revistas, a própria fotografia como fonte me motivou a investigar o Instituto Lauro Sodré e a educação profissional de meninos desvalidos no período de 1873 a 1930. Minha pesquisa envereda entre a história da instituição e a educação que era oferecida aos menores desvalidos, visto que durante meados do fim do século XIX e início do século XX, a população de menores pobres e sem escolaridade que pertenciam a uma camada da população paraense que eram tidas como marginalizadas, sem sorte e sem perspectiva de futuro. Neste sentido, elaborei o projeto de dissertação *“Instituto Lauro Sodré: o ensino profissional para menores desvalidos (1897-1929)”*.

A pesquisa de dissertação em questão objetiva abordar a educação profissional de menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré. Tal pesquisa insere-se no campo temático da História das Instituições Educativas no Pará, que por sua vez integra o campo analítico amplo da História da Educação, a qual relaciona-se diretamente com o processo de produção do conhecimento historiográfico e da educação partindo de uma

complexa análise de fenômenos educativos, o que por conseguinte nos leva a compreender sua riqueza teórica e metodológica (Stephanou e Bastos, 2005).

Durante a consolidação das pesquisas no campo citado, várias são as modificações que aconteceram no modo como cada estudo era regido, tanto no âmbito teórico metodológico como na ampliação de objetos e fontes, sendo este processo intensificado por influência de outras áreas de conhecimento, como por exemplo, a Antropologia, Sociologia e a Teoria Literária em meados dos anos de 1960 na Europa (Galvão e Lopes, 2010).

No Brasil este movimento tomou forma a partir dos anos 1980, visto que neste momento passaram a surgir espaços propícios à discussões sobre “a produção do campo da História da Educação tais como: as associações científicas, os eventos e os periódicos especializados” (Pimenta, 2012, p. 17).

Galvão e Lopes (2010) afirmam que a história cultural, a história social e a micro-história foram tendências historiográficas de papel importante na consolidação dessas mudanças, visto que “Cada tendência dessas tem toda uma história de criação e de desenvolvimento, debatida por vários autores de diferentes correntes teóricas” (Pimenta, 2012, p. 17).

A história cultural é tida como parte integrante da terceira geração dos *Annales* em meio ao movimento da Nova História (Galvão e Lopes, 2010). Para Peter Burke (1992, p. 10), “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Sendo assim, possui interesse por toda e qualquer atividade humana, visto que considera que tudo que existe possui uma história; ou seja, nada mais é considerado como estático ou imutável e sim como parte de um processo de construção cultural, e por estar em constante desenvolvimento, se transforma, se reconstrói e sofre variações ao longo do tempo, sendo assim, para Burke (1992, p. 11) “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social, ou culturalmente construída”.

A história social (Galvão e Lopes, 2010 apud Pimenta, 2012, p. 18)

Busca compreender como e em que condições os sujeitos coletivos vivenciam e experienciam o mundo. Esta, também, foi influenciada pelos *Annales*, porém está vinculada à tradição historiográfica anglo-saxônica fortemente influenciada por E. P. Tompson com o debate sobre a história vista de baixo.

A micro-história por sua vez “está fundamentada na hipótese de que a observação microscópica pode revelar ao pesquisador fatores previamente não observados” (Galvão e Lopes, 2010, p. 34). Ou seja, nessa abordagem o estudo de objetos que para outros campos teóricos pode parecer insignificante, através dele é possível analisar aspectos culturais, sociais e políticos presentes no contexto no qual estão inseridos sem deixar de relacioná-los com o contexto geral e universal existente.

As mudanças dessas tendências historiográficas nos levaram às inovações com relação aos objetos e fontes de pesquisa no âmbito teórico e metodológico dos estudos sobre a História das Instituições Educativas; para Gatti Junior (2002), isto ocorreu em detrimento da tradição positivista, neste sentido, a História das Instituições Educativas está inserida no “processo de renovação da História da Educação, de forma que, essa temática integra uma tendência recente da historiografia, que busca dar visibilidade e maior relevância epistemológica à análise das singularidades” (Pimenta, 2012, p. 18).

Sabemos que por muito tempo as pesquisas no campo da História da educação possuíram apenas cunho positivista, o qual estava arraigado na forma de pensar e de ver o objeto de pesquisa, ou seja, um pensamento tido como inquestionável e a partir das mudanças citadas acima, as pesquisas nessa área se tornou mais inovadora e imaginativa, por consequência ampliando as possibilidades de estudos aos pesquisadores.

Em consonância com Buffa e Nosella (2009), entendemos que as pesquisas referente às instituições escolares se evidenciaram no Brasil em meados dos anos de 1990, visto que antes desse período os estudos são considerados esporádicos, “o tema instituições escolares, se não ausentes, era pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral”, ou seja, tratavam de analisar os fatores sociais, como classe e atividade ideológica, fugindo da pesquisa referente à instituição propriamente dito ; outro fator que impulsionou o aumento dos estudos sobre essa temática foi a expansão dos programas de pós-graduação nos anos de 1970 e 1980.

Para os autores citados, com a consolidação dos cursos de pós-graduação se intensificou os debates acerca da chamada crise dos paradigmas, e por consequência passou a ser discutido o pluralismo temático e epistemológico, privilegiando e dando foco ao estudo de objetos tidos como singulares, os quais buscam levar em consideração a materialidade e os variados aspectos que formam a concepção de instituição educativa.

A partir da ampliação das possibilidades de pesquisas no campo da História das Instituições Educativas, analisar os processos de educação que constituiu as diversas

instituições, passou a ser uma alternativa viável e inovadora aos pesquisadores, visto que caracteriza o espaço escolar, possuindo suas particularidades de acordo com o período abordado.

A exemplo, temos Lima (2017) que discorre sobre a educação paraense no contexto da Primeira República, expressando a finalidade educacional voltada a atender crianças que comumente abandonavam a escola, e, portanto, passavam a não representar a realidade da educação de menores no Pará e nem do Brasil. A autora traz ainda uma análise que relaciona o processo de educação em constante modificação como intensa modernização da sociedade e ideal de progresso.

Durante o contexto abordado acima, a educação era tida como um indicador importante de nível de civilização em uma sociedade, visto isso, um dos personagens de prestígio no âmbito de desenvolvimento do Pará foi o governador Augusto Montenegro, o qual buscava melhorar a educação estatal, para tal feito, tomou diversas medidas, como a construção de novas instalações dos grupos escolares, com a pretensão de ampliar e reestruturar os programas de ensino. A abordagem de organização e estruturação dos grupos escolares foi tida por Souza e Faria Filho (2006), onde estes discorrem que no Pará, assim como todo o país, possuiu um modelo formulado e disseminado de grupo escolar, o qual assumia grande relação com aspectos como: construção de prédios considerados apropriados às atividades educativas, a hierarquização da atuação dos profissionais inseridos na realidade escolar, a racionalização dos tempos escolares, dentre outros.

O período referente a este intenso processo de modificação educacional é abordada por Nagle (2001), o mesmo disserta sobre meados da década de 20, a qual foi considerada uma época de significativas transformações culturais no país, visto que esse entusiasmo pela educação marcou as duas primeiras décadas da República, denominado otimismo pedagógico, pois a educação era vista como solução de problemas fora de seu âmbito e responder aos ideais nacionalistas e cívicos dos governos republicanos (Coelho, 2004) e era regida pela incorporação de hábitos europeus pelas elites locais (Sarges, 2010) que ainda representava a Belle Époque, sendo assim, para o âmbito educacional, as crianças eram tidas como sujeitos que deveriam conquistar a civilidade através das instituições de ensino.

## **1.2. PROBLEMATIZAÇÃO**

O Instituto Lauro Sodré, criada para atender meninos desvalidos no início do século XX, foi considerado uma instituição prospera e com uma estrutura adequada para desenvolver uma formação profissional de qualidade, mas com o decorrer da segunda década do século XX, em razão das dificuldades financeiras da instituição, ela passar a enfrentar um sério declínio no seu atendimento e na sua formação. Diante dessa situação, as questões que norteiam o nosso estudo são:

- No período de sua imponente como instituição reconhecida na formação profissional de meninos desvalidos, que aprendizado de ofícios os menores recebiam no Instituto Lauro Sodré?
- Nos anos que enfrentaram as dificuldades financeiras, que fatores contribuíram para que a instituição perdesse a qualidade na sua formação profissional? Que impactos as dificuldades financeiras tiveram na manutenção da instituição? Que repercussão o declínio da instituição teve na política de educação dos meninos desvalidos?

## **1.3. OBJETIVOS**

Analisar o período de imponente que o Instituto Lauro Sodré no início do século XX principalmente a formação profissional que era dada aos meninos desvalidos e nas décadas seguintes, analisar como as dificuldades financeiras, a referida instituição perde sua qualidade educativa causando impactos na manutenção da sua proposta de formação profissional, como também repercussão na política de educação dos meninos desvalidos

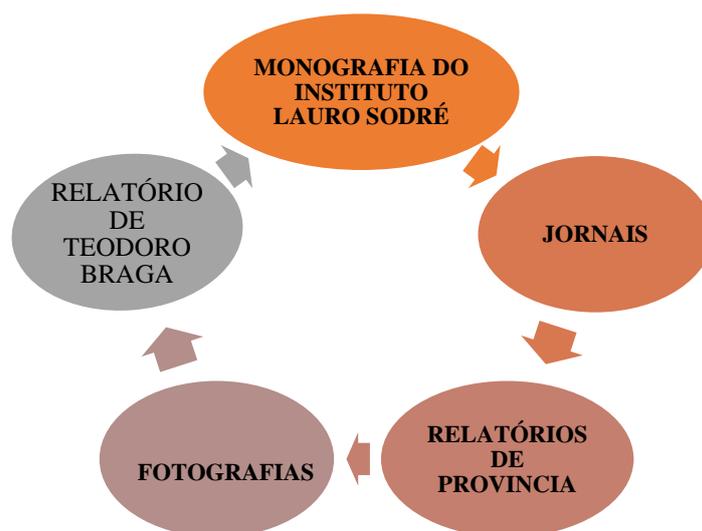
## **1.4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O processo de desenvolvimento desta pesquisa se debruçou sobre uma metodologia qualitativa através da realização de uma análise documental, visto que segundo Pimentel (2001, p. 180) “Estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta”. Sabendo disso, a pesquisa estruturou-se através da busca, descrição e análise das fontes descritas a seguir, as quais voltam-se e auxiliam no desenvolvimento desta pesquisa, a qual insere-se no campo da História das Instituições.

Metodologicamente o corpus da pesquisa contará com duas fontes. A primeira a Monografia do Instituto Lauro Sodré, produzida em 1904, no Governo de Augusto Montenegro. O livro em questão traz consigo relatos acerca do funcionamento do Instituto Lauro Sodré, abordado em detalhes da sua constituição e infraestrutura, aulas de ensino primário e profissional, corpo de professores da época, dentre outros. A segunda fonte é o Relatório de dez meses de gestão do Diretor Theodoro Braga, de 1916 a 1917.

É importante destacar ainda que daremos destaque a um acervo iconográfico dos espaços da instituição com o objetivo de construir a partir das imagens fotográficas o cotidiano educativo dos menores no Instituto Lauro Sodré e a formação profissional que dava ao instituto o reconhecimento de um estabelecimento educativo que prestava magnifico serviços a infância desvalida.

#### ORGANOGRAMA DAS FONTES DOCUMENTAIS



FONTE: Desenvolvido pela autora, 2023

### 1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para analisar o período de imponência que o Instituto Lauro Sodré enfrentou no início do século XX, principalmente a formação profissional que era dada aos meninos

desvalidos e nas décadas seguintes, assim como as dificuldades financeiras que fez com que a instituição perdesse sua qualidade educativa causando impactos na manutenção da sua proposta de formação profissional, como também repercussão na política de educação dos meninos desvalidos, entendemos que a fundamentação teórica abrangerá dois campos do conhecimentos da História da Educação no Pará.

Para discussão sobre a História das Instituições trago à cena os seguintes autores: Castanho (2005), Buffa (2002), Gatti (2002), Saviani (2007), Sanfelice (2007) e Weler (2007).

Em consonância com Castanho (2005) entende-se “instituição educativa” como espaço onde se desenvolve práticas formativas que estão para além do âmbito escolar, ou seja, um espaço, no qual se vivencia “outras formas sociais duradouras em que se desenrola o processo de transmissão cultural” (Castanho, 2007, p 46)

Este estudo então se embasa no entendimento sobre instituições defendidos por Buffa, Gatti, Sanfelice, Saviani e Werle, pois cada autor compreende uma ou mais dimensões sobre instituições educativas, portanto, buscarei evidenciar e relacionar cada uma dessas dimensões com o Instituto Lauro Sodré.

A partir disso, temos que para Werler, nossa compreensão sobre a História das Instituições precisa abarcar o caráter temporal, ou seja, um pesquisador não pode se sujeitar a estagnar suas hipóteses e investigações sobre uma instituição no momento presente, e sim entender que a história se constrói através de diversas narrativas e em diferentes momentos de sua existência e consolidação, por isso

Todos os fatos educativos são históricos. Configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação mesmo que sejam orientados preferencialmente para o presente e o futuro. A HIE, entretanto, é orientada para um desvelamento do passado das instituições escolares (Werle et al, 2007, p. 151-152).

Para que ocorra esse desvelamento do passado das instituições deve-se investigar o processo de criação e instalação da instituição a qual se aborda, buscando relatar seus elementos arquitetônicos, sua infraestrutura, sua localização, sua composição de poder, como por exemplo, quem foram seus diretores, professores, dentre outros, e tão importante quanto é discorrer sobre quem essa instituição atendia e seu provável destino.

Outra característica que precisa ser abordada durante o estudo das instituições educativas é a defendida por Buffa (2002), onde entende-se que é uma forma de estudar e compreender a história e a filosofia que permearam o desenvolvimento da educação brasileira, visto que para cada época, mudanças sociais, políticas e econômicas acontecem e modificam o sistema escolar, para que assim seus valores sociais sejam agregados à sociedade para qual se volta.

Para Gatti (2002) ao realizar uma pesquisa sobre História das Instituições, não se pode fugir do processo de investigação acerca daqueles que compõem a identidade da instituição, ou seja, “daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (Gatti Junior, 2002, p. 20).

Tem-se ainda que para Saviani (2007) o corpo discente de uma instituição deva ser investigado, visto que estes se comportam como elemento crucial no processo de reconstrução histórica das instituições, de modo que ao formar seus perfis institucionais, torna-se possível a compreensão sobre a relevância que cada instituição tem perante a sociedade na qual está inserida e que tipo de formação desenvolvia ao longo de sua consolidação.

Para o processo de construção do corpus da pesquisa, me debruço sobre a compreensão defendida por Sanfelice (2007), o qual enfatiza que a pesquisa documental deve ser realizada de modo aprofundado e sistemático, resgatando memórias através de documentos arquivísticos, fotos, depoimentos de pessoas que fizeram ou fazem parte da instituição, para que assim a pesquisa não se torne algo puramente voltado à relatos históricos, é preciso que o pesquisador desenvolva o enredo de construção da história de uma instituição, sem deixar de lado o entendimento e a criticidade necessários, de modo a perceber o “todo” que compreende a Instituição Educativa.

## **1.6. LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O INSTITUTO LAURO SODRÊ E OUTRAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NO PARÁ**

Ao realizar o levantamento sistemático de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o Instituto Lauro Sodré foi possível identificar alguns trabalhos que são diretamente ligados ao tema e outros que indiretamente abordam a referida instituição para atender meninos desvalidos. O primeiro passo se constituiu na escolha

da plataforma de busca: Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo a realizar o levantamento de pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação stricto sensu do Brasil. Para realizar a busca dos trabalhos estipulei duas expressões gerais: **Instituto Lauro Sodré e Ensino profissional para menores desvalidos**, que me disponibilizaram os resultados que apresentarei à frente.

Durante o processo de levantamento de trabalhos, tornou-se necessário ainda realizar a leitura dos resumos das pesquisas encontradas e filtrar as que tinham relação direta com nosso objeto de estudo, sendo assim, palavras-chave como: **ensino profissional, menores desvalidos, educação de meninos** e foram necessárias para que se obtivesse um resultado de trabalhos com maior interação temática com o que busco apresentar.

Após estes processos de seleção quantitativa e qualitativa de resultados obtidos, notei que o número de pesquisas que já foram realizadas abordando o ensino profissional para menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré ainda pode ser considerado ínfimo. No Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior encontrei 5 trabalhos, sendo destes 4 em nível de dissertação de mestrado e 1 em nível de doutorado, defendidos no período de 2011 a 2020, sendo que destes, um precede a criação da Plataforma Sucupira, ou seja, foi realizada antes de 2014.

No quadro a seguir trago os resultados obtidos de modo que organizei em ordem cronológica de defesa destacando os títulos do trabalho, nomes dos(as) autores(as), ano e instituição onde a pesquisa foi desenvolvida. Por conseguinte, realizo uma breve explanação dos trabalhos encontrados, de modo a enfatizar seus objetivos e os avanços que cada um trouxe no âmbito do conhecimento sobre o Instituto Lauro Sodré e seu ensino profissional para menores desvalidos.

**Quadro 01** - Levantamento de Dissertações e Teses do banco de dados da CAPES no período de 2011 a 2020 sobre o ensino profissional para menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré.

TÍTULO DO TRABALHO	NOME DO AUTOR	NÍVEL	ANO	INSTITUIÇÃO
--------------------	---------------	-------	-----	-------------

O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos menores desvalidos na Belém da Belle Époque	Andreson Carlos Elias Barbosa	Mestrado	2011	Universidade Federal do Pará
A Política de Educação Profissional do Governo Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959 Análise do desenvolvimentismo	Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes	Mestrado	2016	Universidade do Estado do Pará
Ciências Naturais no Ensino Profissional do Pará: Instituto de Educando Artífices e Instituto Lauro Sodré (1870/1901)	Kelúbia Soares Teixeira	Mestrado	2019	Universidade Federal do Pará
A educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1890/1920)-	Íviny Cristina Aguiar da Silva	Mestrado	2020	Universidade do Estado do Pará

**FONTE:** Desenvolvido pela autora, 2023.

A pesquisa desenvolvida por Andreson Carlos Elias Barbosa, intitulada “*O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos menores desvalidos na Belém da Belle Époque*” (2011), inicia os estudos e entendimento sobre os menores desvalidos na província do Grão-Pará durante o período de 1870 a 1889, destacando o Instituto de Educandos Artífices, fundado em 1872. O seu trabalho foi norteado por um processo investigativo, algumas indagações que surgiram foram: quem eram as crianças que a legislação relacionada à instrução pública no período imperial chamava de desvalidas, de menos favorecidas, e que na província do Grão Pará eram consideradas também degradadas? Qual a relação dessas crianças com o Estado e deste para com essas crianças? Que políticas públicas foram pensadas no sentido de garantir o atendimento a essas crianças? Qual a importância do Instituto Paraense de Educandos Artífices no contexto da província com a expansão da exploração da borracha? A partir disso, Barbosa buscou “compreender, por meio de uma análise interrelacional de

acontecimentos que se articulam à existência do Instituto de Artífices, a infância na capital da província do Grão Pará, entre os anos 1870-1889, tendo em vista a sua relação com os ideários de formação do processo civilizador das populações do norte do Brasil”.

Barbosa aborda durante sua escrita o processo de construção da identidade brasileira mostrando a lugar ocupado pela educação e como as instituições formativas são criadas e desenvolvidas visando civilizar as camadas mais populares da cidade, é nesse contexto que “a formação de artífices vêm atender às demandas do momento histórico, já que funcionavam não só como escolas, mas como instituições de acolhimento e disciplinamento” (Barbosa, 2011, P. 70).

O segundo trabalho intitulado “*A Política de Educação Profissional do Governo Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959: Análise do desenvolvimentismo*”, de Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes (2016), apresenta avanços em um direcionamento diferente do que é encontrado na pesquisa de Barbosa acima. Mendes busca englobar dois campos de pesquisas, o da História da Educação e o da Educação e Trabalho, sua problematização relaciona-se com a influência da ideologia do desenvolvimentismo na política de educação profissional do Estado do Pará no governo de Magalhães Barata, entre 1956 e 1959. O autor objetivou analisar a política de educação profissional, buscando explicar como essa modalidade de educação se desenvolveu no governo paraense tendo em vista o grande crescimento industrial que o país estava atravessando e realiza a descrição e análise da política de educação profissional adotada no Estado do Pará, entre 1957 e 1959, com ênfase para educação profissional ocorrida no Instituto Lauro Sodré. Como é possível notar, a pesquisa de Mendes aborda o ensino profissional ocorrido no Instituto Lauro Sodré e por não ser seu objetivo, não se aprofunda no debate sobre a vida profissional dos menores desvalidos após sua saída da instituição.

A dissertação de mestrado de Kelúbia Soares Teixeira intitulada “*Ciências Naturais no Ensino Profissional do Pará: Instituto de Educando Artífices e Instituto Lauro Sodré (1870/1901)*”, defendida em (2019), dá um passo a mais na disseminação científica sobre o ensino profissional no Instituto Lauro Sodré. No entanto, sua pesquisa é restrita ao campo das Ciências Naturais, visto que objetiva analisar o processo de inserção das Ciências Naturais no currículo do primeiro Instituto de Formação Profissional de Belém do Pará no período de 1870 a 1897. A autora analisou o funcionamento do Instituto de Educando Artífices de 1897 a 1901 e quando funcionou posteriormente como Instituto Lauro Sodré. Na dissertação é constatada que o ensino

na instituição estava presente em duas situações: com as disciplinas Breves Rudimentos de Física e Química no ensino primário de 1870 a 1883 e no Curso Industrial com as disciplinas Física, Química, História dos Três Reinos, Noções de Zoologia e Botânica de 1899 a 1901. O curso industrial pertencia ao ramo de ensino profissional do educando.

A autora busca ressaltar que Belém começou a tomar impulso como centro urbano em torno da década de 1870 com a denominação particular de Belle Époque amazônica e a partir deste momento passa por um intenso processo de modernização e urbanização, processo este que se relaciona com a introdução das Ciências Naturais no currículo do Instituto de Educando Artífices e Instituto Lauro Sodré. Ressalta ainda a autora que no contexto amazônico havia valorização das ciências como indispensável para a modernização que acontecia na cidade, estabelece um conhecimento válido para a formação de um tipo de indivíduo cujos discursos apontaram como sendo indivíduo operário. A dissertação traz consigo uma discussão inovadora, porém de cunho inicial e sem aprofundamento sobre a ordem discursiva do menor desvalido receber instrução para uma profissão “útil” ao estado – gerando lucro à província – e para a constituição de sociedade civilizada moderna que chegava à Amazônia como modelo a ser seguido.

O último trabalho encontrado na plataforma CAPES foi a dissertação de mestrado “*A educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1890-1920)*” de Ivany Cristina Aguiar da Silva (2020). A pesquisa voltasse para a educação dos corpos de meninos desvalidos e órfãos, em regime de internato, no Instituto Lauro Sodré. Em sua escrita, Silva caracteriza a organização arquitetônica do Instituto na educação dos corpos dos educandos e analisa os rituais presentes na educação dos corpos. Além disso, a autora identifica os espaços onde aconteciam a educação dos corpos dos educandos buscando entender como ocorria o processo de educação dos corpos de meninos, como por exemplo, as práticas físicas vivenciadas dentro do instituto, com o intuito de identificar as estratégias para educar as crianças desvalidas que eram vistas como futuros cidadãos e operários. A autora realiza ainda uma discussão sobre o higienismo para entender sobre a educação dos corpos dos menores desvalidos, visto que faz parte de uma ideologia de progresso e modernização vigente na época. Tal ideário permeia além de outros setores da sociedade, a instrução pública, refletido na vida cotidiana do Instituto, nas penalidades destinadas aos alunos, nos espaços das aulas, das práticas recreativas, nos dormitórios

e refeitório, assim como na alimentação ofertada aos educandos do Instituto Lauro Sodré.

Reconhecendo a importância que o Instituto Lauro Sodré representa no trajeto da História da Educação no Pará, ampliei minha busca para os repositórios de teses de doutorado e dissertações de mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA) buscando pesquisas com reflexões e direcionamentos voltados para a educação de menores desvalidos, visto que o percurso existente da Educação Paraense não se restringe apenas aos meninos e sua formação profissional. Acredito na importância de explicar trabalhos existentes sobre a educação feminina e da infância de crianças negras - que também foi uma classe subjugada - no processo educacional e civilizatório no Pará, de modo a ampliar e complementar o entendimento acerca do panorama educacional.

## **1.7. ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO**

O presente texto está dividido em seis seções. Na primeira seção abordamos as motivações que me levaram a investigar na dissertação o Instituto Lauro Sodré, em seguida a problematização, objetivos, procedimentos metodológicos, levantamento das produções acadêmicas sobre o Instituto Lauro Sodré e, por fim, a estruturação do texto.

Na segunda seção destacamos do Pará no XIX e XX e a criação do Instituto Paraense de Educando Artífices e o Instituto Lauro Sodré, além da perspectiva política e o reflexo na sociedade da capital do Pará.

Na terceira seção apresentamos a importância do Instituto Lauro Sodré na educação profissional de menores desvalidos no governo de Augusto Montenegro de 1904 a 1917. Apresentamos ainda a visitas ao Instituto Lauro Sodré, o processo de organização e construção do prédio e de toda organização pedagógica e administrativa, assim como os regimentos de ingresso, admissão e formação profissional dos desvalidos.

Na quarta seção abordamos o declínio do Instituto Lauro Sodré sobre a formação profissional de menores desvalidos entre 1916 a 1917. Abordamos também a situação precária que o instituto sobre a condições das instalações do prédio e da qualidade do ensino na formação primária e profissional do Instituto Lauro Sodré. Por fim, elaboramos uma análise conclusiva com aspectos referentes a contribuição do Instituto após o declínio da economia da borracha na região amazônica.

## SEÇÃO 2



### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PARÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDO ARTÍFICES E DO INSTITUTO LAURO SODRÉ



*“Da minha vida e este grande estabelecimento, levo a mais grata impressão do zelo e patriotismo com que é administrado. Do nosso país, não há Instituto que se lhe compare pela grandeza e pela boa ordem. E ele constitui um padrão de glória para os administradores do Pará”.*

*J. Furtado de Mendonça (Engenheiro)  
11 de dezembro de 1903*

## 2.1. A PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ EM ASCENSÃO COM A BELLE ÉPOQUE

A Belle Époque paraense ficou marcada pelo desenvolvimento da extração de látex e da sua comercialização, além de outras atividades que se relacionavam com esta prática. A consolidação da indústria gomífera no norte do Brasil ocorreu a partir de uma ruptura com as atividades econômicas tradicionais da região, exercida predominantemente pelas elites locais. Os processos econômicos no Norte do país demonstram que a partir da comercialização estabelecida uma mudança material e de infraestrutura na Província do Pará no qual a atividade se estabeleceu, a exemplo da indústria cafeeira na região paulista durante o século XIX e século XX.

Segundo Sarges (2010, p. 15), o período da Belle Époque possibilitou o processo de modernização da cidade tanto que a economia da borracha resultou na materialização dos ideais modernistas e civilizatórios. Esta modernidade foi impulsionada com a “expansão da riqueza, ampliando as possibilidades, caracteriza-se pelo avanço da tecnologia, [...] construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, pela urbanização e crescimento das cidades”, assim como a mudança de comportamento social.

Seguindo as mudanças que estavam em ascensão as famílias da elite paraense que dominavam o cotidiano da economia paraense se beneficiaram com os investimentos na cidade de Belém, pois a riqueza do Látex acarretou ampliação de patrimônio principalmente os proprietários de seringais e comerciantes. De acordo com Cancela (2006, p. 48),

(...) com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e grupos de comerciantes. Seringais, casas de aviação, firmas comerciais, ações e imóveis urbanos passaram a estar cada vez mais presentes nos legados das famílias da elite, redimensionando o perfil de suas fortunas.

Antes da produção da borracha a partir da década de 1870, a base da economia paraense, específico na sua capital Belém, era a criação de gado, engenho de arroz e a fabricação de açúcar para a comercialização de mel e aguardente. Com a fixação da extração de látex na região da Amazônia houve uma gradual mudança na conformação

dos patrimônios das elites locais, não excluindo as formas econômicas patrimoniais e de constituição de riqueza anteriores, mas sim coexistindo. Encontram-se em vários registros comerciais a manutenção de tradicionais culturas produtivas e, naquele momento, novos produtos advindos da borracha.

A inserção de uma atividade produtiva de larga escala estabelece uma relação direta com o crescimento e/ou esvaziamento demográfico de uma determinada região, seja pelo recebimento de novos indivíduos ou pelo fornecimento de pessoas para outras localidades. Antes do crescimento da indústria gomífera em Belém, a capital tinha como principal mão-de-obra a escravização de africanos e indígenas que trabalhavam em sua maioria em engenhos e fazendas. Segundo Bezerra Neto (2014), a população cativa; pretos, indígenas e mestiços livres no momento da independência superaram a população branca da capital paraense.

Junto aos fatores para a diminuição de escravizados por todo o Brasil, as formas de trabalho constituída a partir da segunda metade do século XIX estavam diretamente ligadas ao livre exercício de ofício. Com decorrer da diminuição e extinção do trabalho escravo, podemos associar além do aumento da mão-de-obra livre o processo de imigração, inicialmente de portugueses; e posteriormente, de nordestinos para a região amazônica em busca de trabalho nos seringais (Cancela, 2006; Cancela; Cosme, 2016). Um processo de deslocamento que não é explicado exclusivamente por uma necessidade econômica ou por uma movimentação demográfica em busca de fortuna, a decisão de migrar para Belém nos finais do século XIX estava permeada por uma diversidade de motivações que envolvem tradições, costumes e culturas.

A presença da mão-de-obra livre local e, principalmente, a de migrantes auxiliou no estabelecimento da atividade econômica da extração de látex e também na formação de uma nova cultura local. Segundo Alencar (2017, p. 404), a ocupação da região por um processo migratório de estrangeiros para fins comerciais, tanto italianos, como portugueses, e cearenses contribuíram significativamente para o desenvolvimento econômico e cultural observado na região. Esses grupos se deslocaram, principalmente, para as colônias agrícolas, as cidades e, por último, os seringais.

A consolidação do capitalismo e de um sistema comercial mundializado possibilitou o estabelecimento de trocas, vendas e compras de produtos de variadas regiões do globo. O desenvolvimento da indústria automobilística a partir de revoluções industriais localizadas promoveu a valorização do mercado da borracha, além da

valorização das regiões exportadoras deste produto. "Foi no final da década de 1870 que a produção da goma elástica se consolidou. Sua exportação chegou a representar 10% do comércio exterior do Brasil, no ano de 1885, elevando-se para 24% na virada do século." (Cancela, p. 53, 2006). Este produto não foi apenas importante de forma regional para a província e, posteriormente, o estado do Pará, mas também ocupou uma importante posição na produção econômica do país. "No século XIX, a borracha passou a ser um produto, caracterizado como objeto científico, em especial, como matéria-prima que revolucionaria as indústrias do Velho Mundo" (Soares, p. 38, 2008).

O desenvolvimento econômico foi de várias formas perceptível para aqueles que chegavam à região, em específico a capital Belém, pois foi a partir das reformas urbanas e da modernização da cidade que a administração pública e os financiadores privados encontraram um meio para investir as riquezas produzidas pela comercialização da borracha na Amazônia. Isso não significa riqueza para todos ou o acesso a esses patrimônios urbanos para todos aqueles que residiam na localidade, a pobreza e a desigual distribuição patrimonial permaneceram o fim do declínio do comércio da borracha. Além de ser uma forma de investimento material, a urbanização da cidade de Belém também era uma forma de personificar os ideais de Modernidade, Progresso e Civilização na região norte. Havia uma preocupação com a imagem e o seu significado desse momento econômico sobre a sociedade que estava se constituindo.

Belém foi fundada em 1616 e em aproximadamente duzentos anos de existência não conseguiu implementar uma grande expansão territorial e a promoção de variadas obras públicas, para a construção e reforma dos prédios e patrimônios administrativos. O comércio da borracha promoveu rapidamente um fluxo migratório e a população rapidamente aumentou na capital do Pará.

A capital paraense foi a principal exportadora de borracha até 1912, ocasionando um impacto econômico tão grande para a urbanização da cidade no século XIX e no século XX, que a produção da goma elástica teve grande destaque.

Durante a década de 1860, que precede o grande crescimento do comércio da borracha, Belém contava com 30.000 (trinta mil) almas em sua área urbana. O número de casas térreas girava em torno de 3.425 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco), às quais somavam-se 400 (quatrocentos) sobrados e 25 (vinte e cinco) edifícios públicos. No período de consolidação da produção gomífera, o número de domicílios e prédios da cidade cresceu dos cerca de 4.000 (quatro mil) acima citados, para 69.050 (sessenta e nove mil e cinquenta), o que

representa um aumento de cerca de vinte vezes no patrimônio edificado da cidade. (Cancela, 2006, p.51-52)

A cidade era constituída por duas regiões até o período anterior ao ciclo da borracha, a freguesia da Sé, conformada pelo bairro da cidade, e a freguesia de Sant' Ana, na Campina. Com a instauração da extração do Látex houve o crescimento da administração pública e o movimento de atração de trabalhadores migrantes internos e estrangeiros, revelando a necessidade da construção de novas moradias. Assim, há o surgimento da freguesia de Santa Trindade e a freguesia de Nazareth.

Os ideais burgueses de modernidade e Progresso foram representados a partir das construções arquitetônicas implementadas pela administração pública, com o objetivo de expor para a sociedade a evolução material como algo representativo do que era percebido como evolução social. O bem-estar de todos começou a ser pensado como perspectiva principal das administrações, mesmo a desigualdade estrutural e de moradia existirem entre as elites locais e os grupos de trabalhadores. Com isso, os grupos políticos dominantes propuseram reformas e construções nos espaços públicos, ao mesmo tempo que o privilégio da educação e a moralidade do corpo tornaram-se assuntos amplamente debatidos pelo corpo político paraense.

Este intenso processo de movimentação econômica em Belém representou sua inserção no processo de modernização, o qual só foi possível mediante o enriquecimento de alguns setores sociais da região em meados do século XIX. Esta nova ordem econômica, política e social instaurou “não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação de hábitos e costumes sociais” (Sarges, 2010, p. 16).

O intuito desse processo de desenvolvimento da cidade era

A destruição da imagem desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura, fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de demonstrar ao mundo civilizado (entenda-se Europa), que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão coletiva da nova burguesia. (Sarges, 2010, p. 16)

Com isso, o cosmopolitismo do ciclo da borracha transformou Belém em uma reprodução de cidades europeias no período da Belle Époque<sup>1</sup>. O que foi a Belle Époque

---

<sup>1</sup> A Belle Époque demonstra ser um fértil período sobre suas diversas características conformativas, e já foi várias vezes utilizada para pesquisas ou contextualizações históricas. Os trabalhos publicados por outros pesquisadores demonstram ser um aprofundado aporte teórico para o estudo e extensivo conhecimento, alguns deles são o de Cancela (2006); Cancela e Cosme (2016); Macêdo (2016); Nunes (2017); Andrade (2021); Moura (2021), Sarges (2010). A existência de variados trabalhos de pesquisa

para o Pará? Segundo Geraldo Mártires Coelho, a Belle Époque foi o envolvimento da cultura e da sociabilidade baseadas em uma moral burguesa, que tinha como características essenciais os conceitos de progresso e civilização (2011). A cidade de Belém tornou-se referência para as outras regiões que passaram por esse processo foi Paris do século XIX, a crescente urbanização e a arquitetura eram as formas materiais de representar o processo de mudança vivida pela sociedade. Cada região teve as suas especificidades sobre o estabelecimento da Belle Époque, e o Pará, em específico a sua capital Belém, viveu este processo entre 1870 e 1920. O final do Império brasileiro até meados da sua Primeira República.

Para que fossem possíveis essas mudanças materiais e culturais do cotidiano da sociedade de Belém, foi necessário o desenvolvimento de uma atividade econômica já existente na região. A extração do látex das seringueiras amazônicas para produção de borracha e outros afins da indústria gomífera. A revolução industrial e o estabelecimento da automobilística, entre os séculos XVIII e XIX, foi essencial para o crescimento deste setor econômico, que antes não teve as condições adequadas para se afirmar como prática crucial para a região e para o país. Como um processo econômico que tem necessidades específicas de mercado, a produção da borracha passou por variadas fases de lucratividade e decadência.

As riquezas produzidas durante o intenso processo de modernização da Belle Époque, período no qual a Amazônia se insere no mercado capitalista mundial, mediante o desenvolvimento da economia gomífera a partir de 1840; por conseguinte, Belém se insere na era da modernidade e depara-se com componentes básicos do processo de industrialização, como por exemplo, a urbanização, a divisão técnica de trabalho, formação de uma elite e indicadores de progresso. Via-se então a disseminação de uma nova ordem moral e a montagem de uma nova estrutura social, na qual construiu-se mecanismos de controle das classes menos abastadas, sendo este expresso através de vestuário, construção de ferrovias, prédios luxuosos, criação de uma nova estética da cidade, ou seja, de meios que possibilitasse condições para

---

não reduz as possibilidades de construção de novos olhares e perspectivas sobre determinados fatores que envolvem este processo. A historiadora e professora da Universidade Federal do Pará, Cristina Donza Cancela utiliza da Belle Époque como contexto do seu trabalho sobre os casamentos em âmbito religioso na cidade de Belém (2006). O período aparece como elemento central para compreender os indivíduos presentes nos registros paroquiais analisados, pois é a partir do estabelecimento da indústria gomífera na região Norte do Brasil que se percebe a presença de estrangeiros e nativos migrantes para o território. Logo, economia, política e social estavam relacionados mutuamente em um complexo jogo em que a produção, o poder e as hierarquias sociais se influenciavam.

ampliação e reprodução do capital que adquiriu concretude durante a administração de Antônio Lemos, um dos principais personagens responsáveis por políticas desenvolvimentistas republicanas (Sarges, 2010).

Este processo de urbanização de Belém, como consequência da extração de Látex, tem um papel importante para compreender a atuação do Poder Público neste momento de enriquecimento, mas principalmente a partir da Primeira República e com a constituição de 1891 que estabeleceu o imposto estadual sobre as exportações. Dessa forma, não é difícil perceber que para muitos dos que faziam parte do corpo político paraense encaravam a economia da borracha como a única forma de transformar Belém em uma capital aos moldes das cidades europeias, como Paris.

Ainda como província, houve uma atuação política como uma tentativa de desenvolver a indústria gomífera nas décadas de 1870 e 1880 nas regiões amazônicas que ocorria a extração propriamente dita. A ideia era estimular e estabelecer a ocupação das localidades, antes não penetradas, a partir do desenvolvimento tecnológico como a utilização dos barcos a vapor pelos rios com o objetivo de evitar a dominação estrangeira. Vale ressaltar, que as vias fluviais foram essenciais para a construção de uma rede de comércio entre essas regiões e a capital paraenses, e ainda com o mercado internacional. Outra medida foi a indução da imigração como forma de colonizar e solucionar o problema da falta de mão-de-obra para este tipo de trabalho.

A Imigração, induzida e espontânea, de estrangeiros e nordestinos foi essencial para o desenvolvimento econômico e social almejado pelas políticas públicas de Estado. Um exemplo foi a constituição de colônias na Zona Bragantina durante o governo de Augusto Montenegro (1901-1909), a partir da estrada Belém-Bragança (Lacerda, 2018), para fornecer produtos agrícolas para a capital. Esse processo migratório trouxe benefícios para a região, ao mesmo tempo que:

Este tipo de colonização também apresentou outros problemas, em parte devido essas colônias serem compostas por colonos sem experiência ou qualquer tipo de treinamento para a agricultura. Assim, apesar do forte incentivo do Governo do Estado, a imigração induzida não foi considerada bem-sucedida, vários fatores além dos mencionados contribuíram para o repetido fracasso dessas colônias agrícolas. (Soares, 2008, p.42)

A partir de 1891, Belém passou a ser a principal cidade da região Norte com instituições importantes para o comércio da borracha, como bancos e as casas aviadoras. A modernização dela e a inserção em um determinado padrão de beleza urbana entre

1897 e 1911, com a administração de Antônio Lemos, tinha, também, como objetivo atrair mão-de-obra para trabalhar no comércio local. Para isso, o poder público investia os impostos arrecadados da exportação em obras públicas de prédios, equipamentos e calçamentos; a ideia era a renovação da paisagem urbana belenense. Além disso, era necessário estabelecer uma forma de fornecimento de serviços e infraestrutura para as moradias da cidade.

O financiamento de obras e a instauração de serviços para a modernização e o conforto da população alcançou o seu objetivo principal, pois atraiu as elites gomíferas não oriundas da capital para estabelecer moradia na cidade. Como uma forma de fugir dos centros comerciais, houve a conformação de novos bairros para a formação de núcleos urbanos, como: Batista Campos, Marco e Umarizal. Ao mesmo tempo que os bairros constituídos, em sua maioria, por burgueses crescia, as periferias em espaços alagados da capital também cresciam com o aumento da população. Isso revela a paradoxal existência da desigualdade no que é considerado o período mais próspero de Belém, ocasionada pelo poder público que implementaram ações direcionais para uma determinada classe social.

A expansão territorial da cidade de Belém com o crescimento e surgimento de novos bairros possibilitou a constituição e manutenção das chamadas áreas verdes da metrópole paraense, com a criação e ampliação de parques<sup>2</sup>. Durante as disputas políticas de transição do Império para a República brasileira é possível perceber que o Partido Liberal (PL) e o Partido Conservador (PC) tinham grande notoriedade na câmara paraense. Com a Proclamação da República houve a união desses dois partidos para dar origem ao Partido Republicano do Pará (PRP), com maioria no corpo político do Estado e, assim, começou a se propagar a partir de seus membros o ideário de promover o progresso e a evolução estrutural, representada pela urbanização da capital.

O partido contou com membros importantes como Lauro Sodré, primeiro governador do Estado do Pará entre 1881 e 1897, e Antônio Lemos que utilizou a urbanização de Belém como principal discurso político para a manutenção de seus

---

<sup>2</sup> A instituição mais representativa desta ação pública de conciliação socioespacial entre sociedade e natureza é o Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia. A instituição foi inaugurada em 1883 com o título de Bosque da Estrada de Bragança ou Bosque Municipal, na década de 1900 houve a revitalização do local e em 1906 o nome foi modificado em homenagem ao presidente do Brasil da época. Com a consolidação dos ideais republicanos, o espaço se conformou como um disseminador de cultura e lazer para a sociedade belenense (Cardoso; Figueiredo, 2014).

governos em variados cargos políticos. “Antônio Lemos<sup>3</sup> procurou modernizar Belém e expandi-la ao longo dos eixos de terrenos mais altos, deixando de lado as áreas mais antigas, que ingressaram no processo de decadência” (Miranda et. al., p. 527, 2015). O ferro era o material símbolo da modernidade no final do século XIX e início do século XX, principalmente o de origem inglesa, assim houve a construção do Mercado do Ver-o-Peso e de monumentos no largo da pólvora, hoje praça da República.

Agindo inicialmente nos bastidores, Antônio Lemos organizou o maior arquivo político do Pará, devendo isso ao seu trabalho na coordenação do partido, o qual fazia parte. Indubitavelmente, Lemos foi um personagem que engendrou seus avanços na cidade de Belém desbancando outros chefes de estado. Podemos então dizer que Lemos construiu seu império lentamente, se aproveitando do comodismo de seus superiores, comodismo esse que ele mesmo instaurava (Rocque, 1996, p. 18).

Lemos reinou por década e meia. Historicamente, é a mais polêmica figura política paraense da República Velha. Sobre ele muito se escreveu, mas nunca ninguém lhe fez uma análise imparcial. E nem podia. Devido a complexidade de seu caráter, ao domínio absoluto de sua oligarquia, tinha de ter os áulicos que aumentavam as suas virtudes e os descontentes que exageravam os seus defeitos.

Lemos foi um político polêmico, pois, de um lado, recebia acusações e calúnias; de outro, recebia exacerbados elogios da elite local. Ele teve o poder de dividir a população em duas facções: a que o apoiava, chamada de Lemistas e a que o combatia chamada de Lauristas. Lemos assumiu grande importância no desenvolvimento do Pará, ele buscou ferrenhamente defender o idealismo de desenvolvimento social, planejando construções arquitetônicas grandiosas que embelezam Belém e que até hoje são lembrados, praças foram construídas, vias foram alargadas para facilitar a circulação da classe mais abastada. Lemos criou uma das maiores oligarquias, enfrentando os mais respeitáveis nomes republicanos; como administrador, transformou Belém em uma das maiores metrópoles do país. (Rocque, 1996).

---

<sup>3</sup> Antônio Lemos atuou no Pará durante 15 anos e é conhecido como um personagem de extrema importância perante o desenvolvimento do estado. Lemos alcançou reconhecimento por possuir afinco e organização perante os trabalhos realizados aos chefes de estado, o que mais tarde lhe serviu de degrau para chegar a um cargo mais elevado. Teve sua carreira política iniciado em 1885, quando o Partido Liberal, do qual era membro, o elegeu deputado provincial pelo 1º e 5º Distrito. Quando ocorreu a proclamação da República, Lemos exercia o cargo de presidente da Câmara Municipal, pois havia sido eleito vereador em 1889. Dessa forma, foi Lemos que empossou a primeira junta constituída por Justo Chermont, José Maria do Nascimento e José Fernando Júnior, que passaram a governar o Pará nos primeiros momentos do regime republicano.

De acordo com Rocque (1996) assumiu diversas faces, o político, o jornalista e o administrador; com relação ao seu papel no ramo jornalístico, fez de “A Província do Pará” o melhor jornal de todo o Norte. No entanto, a busca de Lemos pelo desenvolvimento a todo custo resultou em um processo de segregação dos mais pobres, visto que estes foram obrigados a residirem em bairros ditos periféricos, os quais alagavam em períodos chuvosos e conviviam com os lixos produzidos pela elite. Por diversos motivos, principalmente políticos, Lemos e seus “seguidores” sofreram embates com Lauro Sodré e os ditos Lauristas.

Lauro Sodré foi outro personagem importante no desenvolvimento do Estado do Pará, sendo que este concentrou seus esforços em organizar e disseminar os ideais da instrução pública; Sodré reorganizou a Força Pública, a instrução, o serviço sanitário, a “Escola Normal, o Liceu Paraense, promulgou a Lei Orgânica nos municípios, criou o Liceu Benjamin Constat, o Orfanato Paraense para menores desvalidas, subvencionar alunos pobres a irem estudar na Europa” (Rocque, 1996, p. 120).

Sodré construiu então uma trajetória política expressiva, por ser caracterizado como compreensivo - o oposto de Antônio Lemos que administrou a cidade com “mãos de ferro” - com isso, atraiu o interesse de diversos órgãos de imprensa, principalmente se tratando do seu embate com os Lauristas. Sobre seus ideais republicanos, Lauro Sodré foi grande incentivador das medidas higienistas, principalmente as que eram voltadas ao âmbito educacional, isto é afirmado quando analisamos as diversas leis sancionadas por Sodré referentes à instrução pública, como o decreto nº 372 de 13 de julho de 1891, a qual disserta sobre

A necessidade de reorganizar a instrução pública, mantendo em suas bases o Regulamento de 7 de maio de 1890, que moralmente e materialmente levantou o nível do ensino entre nós, corrigindo aquele regulamento em algumas das suas disposições, de acordo com as lições da prática e experiência, e harmonizando-o no todo com os princípios consagrados na nossa Constituição (PARÁ, 1891b, p. 317).

Esse Decreto possuía 4 títulos, divididos em 15 capítulos, entre os quais podemos encontrar os seguintes dispositivos higienistas:

- Art. 8º. O ensino particular é completamente livre e independente. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, pôde abrir estabelecimento de ensino, sujeita apenas às seguintes condições:

4º. Exibir certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado por autoridade competente.

- Art. 43. Compete aos inspectores escolares:

3.º Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos de ensino público primário e secundário ou outros, abrangendo na sua inspeção a parte material, as condições higiênicas e a parte técnica do ensino.

- Art. 56. – Além d'estas matérias, durante todo o curso será dada a educação física por este modo:

1º. Noções práticas de higiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso.

2º. Cuidado de asseio exigidos e recomendados.

- Art. 73 – Para ser professor público da escola primária é preciso:

3º. – Não sofrer de moléstia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magistério.

- Art.185. A criança, que pretende matricular-se n'uma escola, deve apresentar ao respectivo professor um boletim assignado pelo seu pai, responsável, ou pelo juiz de órfãos, quando não tenha curso responsável, com seu nome, filiação, lugar e data de nascimento, certificado do médico atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado.

Enquanto Lemos recorria a empréstimos e busca de meios econômicos para desenvolver e civilizar o Estado, construindo uma infraestrutura pautada em modelos europeus, Lauro Sodré se utilizava dos discursos higienistas, principalmente voltados à instrução pública e de caráter assistencialista. Vemos então dois personagens que possuíam visões diferentes de como alcançar seus objetivos desenvolvimentistas e de civilidade social.

A partir disso, cisão entre esses dois personagens da política paraense, Lauro Sodré e Antônio Lemos, gerou um ambiente de tensão intensificado pelas críticas

tecidas na imprensa, predominantemente os jornais, questionando a legalidade de certas obras públicas implementadas pelo intendente Lemos. Segundo Coimbra (2013, p. 3):

A urbanização de Belém do Pará durante a Primeira República ocorreu neste ambiente de intensas disputas políticas pela qual o país estava passando. Poucos anos após a Proclamação, a política adotada para promover a urbanização da cidade passou a ser o alvo principal das críticas tecidas com a finalidade de desbancar Antônio Lemos do Poder.

Uma das políticas implementadas por meio das obras públicas praticadas pelas empreiteiras era a de embelezamento e higienização das ruas e bairros que compunham a cidade de Belém. Isso significava, na maioria dos casos, o direito dessas empresas ampliarem e "limparem" a cidade a partir do remanejamento populacional e do controle moralizador do corpo<sup>4</sup>. Para isso, foi crucial a perspectiva científica e médica sobre grupos sociais e suas localidades de habitação como insalubres e prejudiciais ao desenvolvimento do Progresso e da civilização que deveria ser propagada. As várias epidemias ocorridas nas cidades no século XIX, por conta da precária qualidade das moradias, o aumento demográfico e a inadequada eliminação de dejetos, fizeram com que os núcleos urbanos passassem a ser percebidos como corpos vivos que manifestavam sintomas quando doentes.

Como uma preocupação política, foi criada por Antônio Lemos o Departamento Sanitário Municipal além de um crematório de lixo e animais mortos para a limpeza urbana. Além disso, ele instaurou também o necrotério na doca do Ver-o-Peso para incinerar cadáveres e evitar epidemias (Miranda et. al., p. 530, 2015). A ideia da limpeza física urbana levou a implementação do afastamento da mendicância da cidade com a criação do Asilo da Mendicidade, ao mesmo tempo que foi proibido pelo poder

---

<sup>4</sup> Sob a ótica higienista, a infância se tornou um problema no campo médico e educacional, o qual é gerado no seio familiar, este necessitando de políticas higiênicas para gerar seres educados e civilizados e moralmente fortes para a nação que estava em formação no raiar da República. Para isso um conjunto de normas foram geradas de modo a assegurar este preceito, como uma forma de complemento e algumas vezes agindo como correção ao menor, dentro das instituições voltadas à essa finalidade está a escola. Dessa forma, "nem a escola nem o objeto da escolarização podem ser tomados como um dado, um modelo geral, dotado de uma espécie de universalidade, neutralidade e perenidade" (Rizzini; Gondra, 2014, p. 564). Nesse sentido, o higienismo se fortaleceu nos ideais republicanos, e sendo assim eram necessárias ações que por meio da educação, fornecessem uma melhoria nas condições do povo, uma vez que as determinações hereditárias implicavam em uma desigualdade entre as classes sociais o que implicou na estruturação de escolas, de modo a democratizar o ensino, a educação higiênica, a educação física e principalmente a educação para o trabalho (Vieira, 2006). A partir das políticas higienistas discutidas acima, versaremos sobre o Instituto Lauro Sodré, incluso nos preceitos higiênicos e de caráter assistencialista, voltado ao desenvolvimento moral e profissional de seus educandos.

público o pedido de esmola. O Asilo era localizado em uma região afastada do núcleo urbano comercial de Belém, “[...] ficava na periferia da cidade, para além da Primeira Léguas Patrimonial da cidade, no quilômetro 11 da avenida Tito Franco, à margem da Estrada de Ferro Belém-Bragança” (Duarte, p. 8, 2011).

Vale ressaltar que a saúde através da política higienista<sup>5</sup> era uma característica importante para a atuação política e para a deflagração de certos ideais que unificaram saúde e comportamento. A principal instituição de tratamento de enfermos em Belém era a Irmandade Santa Casa de Misericórdia, que teve novo prédio inaugurado em 1900. “A criação do novo hospital, inaugurado em 1900, foi um marco para a existência de um núcleo de saúde” (Miranda et. al., p. 537, 2015). O hospital atendia e estava localizado em uma área próxima aos centros comerciais e novos bairros com a finalidade de suprir as demandas de um determinado grupo social, além de ser responsável pela administração de outras instituições médicas.

Outro setor importante de investimento de políticas públicas no Estado do Pará durante a sua Belle Époque foi a Educação. Para que as mudanças tornassem o caminho da modernidade possível de se trilhar, era necessária uma modificação nas esferas públicas e privadas para a formação das próximas gerações de cidadãos concebidos como civilizados<sup>6</sup>. As instituições de escolarização ganharam destaque, em especial o ensino primário, como o meio pelo qual o Brasil construiria o seu progresso pela educação das crianças, superando o concebido “atraso” deixado pelo governo imperial. Segundo Lima (2017, p. 1587):

---

<sup>5</sup> A política higienista se intensificou entre o fim do Império e início da República, de modo a demonstrar as transformações regidas por essa política, assim como o conjunto de práticas a ela associadas. Desse modo, entendemos a emergência da infância como um problema social, sendo seu tratamento sendo realizado por médicos higienistas, em sua maioria formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que se constituiu com relevante importância da história de afirmação da medicina relacionada a criação de sociedades científicas atuantes na grande imprensa, na literatura e em posições de direção e organização do aparelho estatal (Rizzini; Gondra, 2014, p. 563).

<sup>6</sup> Os higienistas desta época se preocupavam em explicar e combater o alto índice de mortalidade infantil no âmbito da saúde, visto que havia um enorme quantitativo de óbitos de crianças, independentemente de suas raças. Sendo estas mortes ligadas a vulnerabilidade infantil relacionada à pobreza (Alves; Araújo, 2016). Um personagem importante na disseminação de preceitos higienistas foi Moncorvo Filho<sup>6</sup>, o qual desenvolveu “modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância, idealizados e promovidos no começo do século XX”, este defendia que a criança deveria receber auxílio em seu desenvolvimento por parte do governo federal, visto que no seu entender, não havia fundamentação científica para se determinar o futuro de uma sociedade apenas pelo determinismo biológico (Vieira, 2006). Desse modo, seria possível a manutenção social da cidade, de modo que o governo assumiria o papel de pais dos menores, os mantendo afastados da delinquência, da vadiagem e da miséria. Segundo Moncorvo Filho, “as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada” (Alves; Araújo, 2016, p. 31).

Particularmente, no interesse político que envolvia a instrução do povo paraense e, em especial, da criança, sobretudo em relação ao acesso à escolarização, no ano de 1901, quando o republicano Augusto Montenegro assumiu o governo do estado, ele procurou atender a problemas de ordem social que comprometiam o tão sonhado desenvolvimento do país que tinha o total interesse pela modernização e civilização do povo, o que ocorreria por meio da educação

Além de mudanças nos programas educacionais paraenses, os prédios que comportavam as instituições educadoras também passaram por reformas e revitalizações para atender as demandas arquitetônicas e formativas almejadas pelo poder público. Um exemplo desta relação patrimonial, escolar e ação política é a chamada Escola Normal, instaurada em Belém, e que durante muito tempo ficou à mercê das decisões exteriores à instituição (Tavares Júnior, 2014). A preocupação em atender às demandas formativas educacionais do corpo discente paraense não era uma mera resposta sobre os conteúdos ensinados e as disciplinas que fariam parte do programa, a finalidade era o controle dos corpos e costumes. A ideia era que a partir desses grupos escolares os alunos estariam aptos social e culturalmente para compor a civilização que estava sendo construída. A modernidade material era o ponto focal deste período, entretanto o conservadorismo social era predominante no cotidiano burguês belenense. A posição projetada para as mulheres nesta sociedade era de “boa esposa” e “boa mãe”, algo que foi implementado nas escolas com as chamadas “prendas”. “O modelo pedagógico da educação feminina se torna bastante inteligível quando comparado às aspirações de uma sociedade que desejava vislumbrar as mulheres atuando nos interstícios dos espaços domésticos” (Campos, 2012, p.105).

O período que o Pará constituiu a sua Belle Époque, seja como província imperial ou Estado Federalista, entre os anos 1870 e 1920, equivalendo os momentos de gigantesco crescimento econômico e as crises que puseram fim à prosperidade da indústria da goma elástica, a região perpassou por diversificadas mudanças estruturais. Algumas dessas importantes mudanças no âmbito econômico e político, já apresentadas anteriormente, demonstraram ter uma finalidade clara de produzir intervenções profundas na sociedade para que os ideais como o Progresso e a Civilização se inserissem no cotidiano mental. As escolas eram as instituições cruciais para a formação dos costumes e práticas de seus alunos, alunas, professores e professoras; “Além disso, os grupos escolares deveriam propiciar novos ritos e símbolos escolares, elaborar outra identidade para os profissionais envolvidos na missão [...]” (Lima, 2017, p.1588).

Um dos meios de os ideais e valores burgueses se propagarem pelo dia-a-dia dos variados grupos que constituíam a sociedade paraense era pela Imprensa, predominantemente pelo jornal, que não exercia apenas a função de informar. O processo de produção de uma edição de periódico durante muito tempo era algo desenvolvido de forma artesanal, com o desenvolvimento tecnológico no decorrer do século XIX e, em específico para Belém, da indústria gomífera a partir do crescimento econômico fez com que o ramo jornalístico se torna empresarial. “O cenário político e econômico do final dos oitocentos possibilitou um panorama favorável para o desenvolvimento da imprensa escrita periódica, o qual representava um ramo de atividade importante deste momento” (Moura, p. 30, 2021).

Esse crescimento do setor de periódicos impressos no final do século XIX no Pará coincidiu com o processo de Proclamação da República, percebido pelas diversas localidades brasileiras. Assim, os jornais durante essas modificações políticas e sociais ganharam um papel simbólico importante no jogo de poder, pois, ligados a personagens e grupos políticos, a imprensa reforçava discursos, propagava ideias de uma determinada perspectiva e dominava o imaginário sobre os seus opositores. É importante destacar que, neste contexto, as necessidades jornalísticas se restringiam às demandas de um determinado grupo social, os poucos alfabetizados, logo a posição dos escritos na sociedade estava relacionada a uma elite local.

Além de ideias e perspectivas políticas, os jornais serviam como expositores para a propaganda de mercadorias, ao mesmo tempo que definiam novos hábitos de consumo nos grupos sociais atingidos. Grupos esses, ávidos para consumir produtos e um estilo de vida moderno e compatível com as mudanças implementadas pela Belle Époque. Segundo Santos (2010, p.151):

Toda essa mudança de comportamento no final do século XIX é fruto da vitória da ciência sobre o obscurantismo, ou seja, a vitória do progresso sobre a barbárie. A virada do século enchia os olhos das pessoas com as novidades trazidas no bojo do novo século, um momento para sonhar e imaginar como seria o futuro na visão utópica de um mundo moderno.

Os hábitos de consumo de uma sociedade envolvem características complexas, além de produtos constituídos a partir do desenvolvimento tecnológico e uma perspectiva de inovação para se encaminhar para o futuro. A relação entre cultura local e consumo é um elemento importante para se entender como que em meio a um processo de modificações profundas dos aspectos que constituem uma sociedade ainda

há a coexistência de práticas tradicionais e novas. O cotidiano da vida belenense, envolta em um discurso burguês importado sobre modernidade, vivia essa dualidade entre a manutenção da cultura conformada tradicionalmente e novas formas de estabelecer relações sociais.

Os produtos alimentícios vendidos e consumidos pela sociedade na Belle Époque é um exemplo desta relação entre a cultura local e aquilo que era considerado moderno e sofisticado. “Para caracterizar a alimentação na Belém do apogeu, no período de 1850 ao final da Belle Époque, cabe destacar cinco produtos: a manteiga de tartaruga; o açaí; a farinha de mandioca; a carne e os peixes” (Kato; Sousa, p. 379, 2020). A manteiga de tartaruga era um produto fundamental para a economia comercial da região, entretanto passou a ser percebida como “primitivo”, influenciado pelo o seu processo de fabricação, e a valorização da importação de manteiga estrangeira industrializada aumentou.

O discurso modernizador transformou o tipo de cultura alimentar e o seu local de origem em sinônimo de qualidade quando industrializado e estrangeiro, consumir produtos como champanha francesa, azeitonas portuguesas, manteiga inglesa e entre outros, era uma forma de demonstrar status social. Essa modificação na cultura de alimentação local é tão profunda que provocou o esquecimento de formas tradicionais de produção, como a própria manteiga de tartaruga. Contudo, a contraditória sociedade paraense fez com que houvesse, também, a manutenção de certos alimentos no cotidiano local, como o açaí e a farinha de mandioca. Diferente do que a elite tentava consumir, esses gêneros permaneciam acessíveis aos grupos populares e que praticavam ofícios marginalizados, algo que se estende até os dias atuais.

O impacto do ciclo da borracha ultrapassou a questão do ideário social sobre que tipos de gêneros alimentícios eram mais aceitáveis, mas também o abastecimento dos comércios locais de Belém. Isso fica claro, pois

Mas de todos estes produtos da mandioca, a farinha, junto com o peixe seco e a carne verde, eram considerados gêneros de primeira necessidade da cidade e passou por várias crises de abastecimento durante o século XIX por vários fatores que impactaram significativamente a história de Belém. No caso da farinha, com o aumento da exploração gomífera, toda mão de obra disponível era recrutada para a exploração nos seringais, faltando mão de obra nas casas de farinha. (Kato; Sousa, 2020, p.380)

Outro fator que compõem o diversificado aspecto social da Belle Époque paraense é a cultura e as manifestações artísticas, representada pela construção do

Teatro da Paz em uma importante área de lazer da cidade de Belém. O espaço foi fundado em 1878 e tinha o objetivo de ser adequado para o recebimento de espetáculos líricos. “No Pará, o Teatro da Paz foi a primeira casa de espetáculos erguida com recursos públicos, depois de inúmeras tentativas, desde a década de 1820, de edificação de um teatro provincial” (Souza, p. 100, 2010). A sua arquitetura foi inspirada no Teatro Scala de Milão, na Itália, e é o símbolo da relação entre política pública, cultura e as estruturas arquitetônicas dos prédios públicos.

A ideia de importação de estilos arquitetônicos europeus, em especial aquele presente em Paris, não parou apenas no esplendor físico e estrutural dos palacetes e casarões das famílias abastadas pelo ciclo da borracha. As vestimentas e adornos, como as anáguas e cartolas, são exemplares como uma tentativa de importação de uma cultura estrangeira considerada civilizada, mesmo que o clima de Paris se diferencia do clima da capital paraense. A influência europeia ultrapassava os costumes cotidianos adquiridos pela elite belenense, e chegava a alcançar os grupos marginalizados, e no caso da moda, de forma mais complexa para as mulheres (Texeira, 2018). Segundo Ferranti e Souza (2013, p.4):

A elite local (seringalistas, profissionais liberais, financistas, comerciantes e fazendeiros), grande beneficiada do lucro advindo da economia da borracha, expressava o refinamento de sua classe através do luxo e da ostentação. Os tecidos e chapéus consumidos eram importados da Europa. As lojas Paris N’América, Bom Marché, Leão na América e Maison Française, de Mme. Russo eram as principais lojas que vendiam tecidos e chapéus em Belém.

A Belle Époque paraense foi um complexo processo histórico que em detrimento de uma prática tradicional, dos povos originários da região amazônica, possibilitou uma profunda mudança no sistema econômico, nos debates políticos e nas práticas e mentalidades no cotidiano social da população belenense. Isolar um único fator para tentar compreender essa cadeia de relações e intencionalidades é restringir o contexto a explicações superficiais e simplistas. O desenvolvimento tecnológico industrial; a valorização do látex como matéria prima; a consolidação do capitalismo; a tomada de poder da burguesia; a expansão da moralidade europeia para outros continentes; o aumento produtivo da região amazônica; a migração de mão-de-obra e para ocupação; a urbanização pública; a relação entre a perspectiva médica científica e a sociedade; a instrução pública como formadora de cidadãos para o mundo civilizado e do progresso; a incorporação de novos costumes e valores a partir da arte e das construções arquitetônicas, são algumas das características desse período que podemos

relacionar e estabelecer categorias explicativas, ao mesmo tempo que algo novo sempre pode ser encontrado a partir dos registros deixados pela sociedade estudada.

## **2.2. O INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDO ARTÍFICES E O INÍCIO DO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA MENORES DESVALIDOS NO SÉCULO XIX**

Em 1840 aproximadamente, instalou-se na Província do Pará a primeira Casa de Educandos, que mais tarde tornou-se Instituto Paraense. Essa já oferecia o ensino de artes mecânicas para crianças desvalidas (Castro, 2007). A mesma consistia em um local que abrigava e educava através de regras rígidas voltadas ao disciplinamento dos alunos e ofertava cursos voltados às oficinas de carpinteiros de machado, calafate, marceneiro, poleiro, funileiro e sapateiro” (Bastos, 1984, p.5).

A Casa de Educandos consistia em sua finalidade, recolher e instruir os meninos pobres dos sete aos quinze anos de idade, de modo que lhes oferecesse o ensino de primeiras letras e uma educação profissional através de ofícios (Castro, 2007). Portanto, entende-se que esta instituição buscava utilizar-se do ensino profissional para realizar um controle social, visto que estava destinada a acolher e conter os menores desvalidos. No entanto,

Esse estabelecimento já se encontrava em péssimo estado logo após a sua fundação, com estrutura física precária sem a capacidade de proporcionar um atendimento de qualidade aos educandos. Ela reforça: “O telhado encontrava-se arruinado, a ponto de chover em quase toda a parte, e as paredes estavam arrombadas em alguns lugares”. Outro problema vivenciado era a ociosidade dos educandos que não eram contemplados pelas poucas oficinas ofertadas internamente (Rizzini, 2004, p. 174 apud Barbosa, 2011, p. 111).

A partir deste momento, a Casa de Educandos começa a ter seu trabalho minguido aos olhos da sociedade e dos legisladores paraenses, visto que não conseguia manter o ensino profissional aos educandos, portanto, mesmo contando com inúmeras medidas tomadas pelo presidente da Província, sua situação só piorava, e ainda sem conseguir “superar as expectativas e necessidades do mercado de trabalho de Belém, quanto à demanda por mão-de-obra qualificada dedicada às atividades fabris e aos serviços públicos” (Bezerra Neto, 1996, p.42 apud Barbosa, 2011, p. 111).

Passando por tantos problemas, a Casa de Educandos Artífices é fechada em 1852 e “os meninos abrigados tiveram dois destinos: os que tinham famílias foram devolvidos a estas, e os órfãos foram encaminhados aos Arsenais de Guerra e da Marinha” (Barbosa, 2011, p. 112).

No entanto, mesmo com seu fechamento, a sociedade paraense ainda necessitava de um instituto que fosse voltado ao ensino de ofícios aos menores desvalidos, principalmente no período que compreende o advento das transformações sociais civilizatórias conhecida como Belle Époque, neste momento surge o Instituto Paraense que se apresenta de modo a

Enquadrar os homens livres pobres à ordem social como trabalhadores no processo de formação do mercado livre na província paraense, através da disseminação da instrução pública primária e artística enquanto ação do controle e conformação social (Bezerra Neto, 1996, p.45).

Outro fator que impulsionou a criação do instituto foi a discussão higienista<sup>7</sup> que permeava o desenvolvimento da cidade e cuidado com a população em razão das grandes epidemias. Para abrigar e instruir meninos desvalidos, as autoridades implantaram o Instituto Paraense de Educandos Artífices, que deveria “seguir as novas tendências assistenciais de especialização das instituições” (Rizzini, 2004, p.173). A referida instituição com o tempo mudou sua denominação.

De acordo com Barbosa (2011, p. 113), “no plano simbólico, a alteração de nome significou a responsabilização do Estado pela educação e não somente pelo acolhimento, desvinculando no imaginário popular esta experiência da anterior, mal sucedida”, demonstrando assim, um diferencial “do asilo, da casa, do orfanato e do recolhimento, terminologias que não permitem identificar a natureza da finalidade da instituição: abrigar, formar ou recuperar” (Rizzini, 2004, p.173).

Percebe-se que tanto a Casa de Educandos quanto o Instituto Paraense possuíam o mesmo intuito, o de instruir e educar menores desvalidos, porém este último “não somente às aspirações econômicas, mas, principalmente, aos ideais de reforma, disciplina, ordenamento e limpeza (higienismo) da elite paraense do final do século 19” Barbosa (2011, p. 114), ou seja, voltava-se para as necessidades crescentes da sociedade elitista e para as representações sociais que surgiam acerca da “situação marginal das classes pobres, que, na mentalidade dos homens públicos, fazia-se necessário alterar por meio da preparação profissional dos desvalidos, para o trabalho a serviço das classes mais afortunadas da sociedade” (Bezerra Neto, 1996, p.44).

---

<sup>7</sup> A partir do início do século XX, são propostas medidas mais efetivas para a educação, tais como exames e testes das condições sanitárias tanto biológicas quanto psíquicas dos alunos. Nesse percurso pela educação, os médicos principalmente, mas não com exclusividade – pois também houve a participação de advogados, engenheiros e professores – produziram discursos que defendiam uma pedagogia salvacionista para os males que afligiam o povo brasileiro. (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012, p. 428)

Sendo assim, toma-se como objetivo da educação do Instituto Paraense imprimir na população os valores relativos ao amor pelo trabalho regular e disciplinado (Rizzini, 2008), portanto

[...] só educando as crianças longe da influência da família é que se poderia impor-lhes novos hábitos, e os governos de região decidiram criar instituições de ensino, em regime de internato, para a inoculação do amor pelo trabalho entre os alunos (Rizzini, 2008a, p.1).

Ao funcionar em regime de internato, era possível assim “controlar” os educandos de modo que eles não mantivessem contato com outros jovens que poderiam ser considerados más influências. A educação no instituto foi organizada de modo a conjugar os ensinamentos teórico e profissional, formando assim um cidadão útil à nação, visto que era voltado para a classe pobre da sociedade, tida com iletrada, podemos confirmar isso através do relatório presidencial de 1885 de Tristão de Alencar ao declarar que

As variadas exigências de um povo civilizado pedem, que por todos se derrame a instrução rudimentar. Dada esta, a uns cabe a instrução superior, que prepara os sábios, os literatos e os homens de ciências especiais; a outros toca a instrução artística, que nos dá os operários de todos os gêneros para satisfação das diversas necessidades materiais da sociedade (Relatório do Presidente da Província do Pará, 1885, Grifos nossos).

Nota-se neste trecho o processo de divisão social relacionado ao mundo do trabalho, onde a criança elitista é preparada para o ensino secundário e superior, vislumbrando tornar-se médico ou advogado, por exemplo, enquanto os menores desvalidos seriam formados ao trabalho, sobre isso, Cunha (2000, p. 92) nos diz que

[...] tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto as das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação.

Portanto, entende-se que o Instituto de Educandos Artífices objetivava “civilizar” o menor desvalido que ali adentrava, pois estas eram tidas como mais suscetíveis aos aprendizados dos ideais civilizatórios e como visto acima, mais facilmente moldáveis perante as necessidades sociais que regiam a instrução pública. Entendia-se que no período em que estavam sob tutela da instituição, os meninos

poderiam ser utilizados para a construção e desenvolvimento do Brasil que se desejava, tornando assim notória a “íntima relação estabelecida entre as propostas educativas e de instrução com as propostas de constituição de uma nação civilizada nos trópicos” (Pineau; Faria Filho, 2009, p.101).

No decorrer dos anos, assumindo prestígio perante a sociedade, o quantitativo de meninos desvalidos admitidos pelo Instituto Paraense de Educando Artífices passou a elevar gradativamente, chegando a abrigar mais de 200 meninos, ocasionando várias adaptações no prédio. Em 19 de março de 1893, o prédio não conseguiu suportar o elevado número de meninos matriculados, próximo de 300 alunos, sendo necessário ser remanejado para um prédio maior e, de preferência, mais afastado do centro populacional de Belém. Acerca dessa visão, Azevedo et al. (2018, p. 137) esclarece que os preceitos sanitaristas da época defendiam a construção de instituições educacionais “em terreno elevado, seco e isolado de outras edificações, pois a umidade e a pouca circulação de ar poderiam contribuir para a propagação de doenças no ambiente escolar.”.

Sendo assim, o lugar escolhido para instalação do novo prédio foi um terreno localizado nas proximidades da Avenida Tito Franco, hoje denominada de Avenida Almirante Barroso, no bairro do Marco da Légua (bairro, na época, marco final do crescimento urbano de Belém). Esse fato indica ações da classe dirigente do Instituto Paraense Educando Artífices seguindo caminhos ideológicos consonantes com as palavras (os discursos) médicas e sanitaristas que legitimavam concepções de higiene e salubridade arquitetônica.

Sob esse ideário higienista, os alicerces do prédio começaram a ser erguidos em 1894, no governo de Lauro Sodré, contudo sua pedra fundamental só foi lançada em 1899, no governo de Paes de Carvalho, que homenageou seu antecessor alterando o nome de Instituto Paraense de Educando Artífices para Instituto Lauro Sodré.

### **2.3. INSTITUTO LAURO SODRÉ NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MARCO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

No início do século XX o Instituto Lauro Sodré se torna uma instituição reconhecida por dar formação profissional a menores desvalidos. Os meninos ingressavam na instituição de acordo com os dispositivos utilizados por outras instituições no Brasil que tinham como ideário: acolher, instruir e educar. Os menores desvalidos eram encaminhamentos por autoridades judiciais como, por exemplo, o

juízo de órfão que não conseguindo tutela para o menor órfão e recorria à instituição para dar uma educação profissionalizante aos meninos. Havia também o encaminhamento do menor envolvido com a criminalidade e que precisavam de uma educação disciplinar e laboral como forma de correção.

Mas afinal, quem foi Lauro Nina Sodré e Silva, homem que dá nome ao instituto de educação profissional nos finais do século XIX? Lauro Sodré nasceu em 17 de outubro de 1858, foi engenheiro militar formado pela Escola Militar da Praia Vermelha e discípulo de Benjamin Constant, possuindo assim uma formação positivista, dita não-ortodoxa. Lutou pelo regime republicano no Pará nas fileiras do Clube Republicano Paraense e escreveu nas páginas do “A República” – e era maçom (referente à maçonaria), como maioria dos republicanos à época. Com a Proclamação da República, tornou-se o primeiro governador constitucionalmente eleito para presidir um regime republicano no Estado do Pará, entre 1891-1897. Além disso, foi eleito senador pelo Distrito Federal (1902) e pelo Pará (1897, 1912 e 1922), e mais uma vez governador do Pará em 1916. (Borges, 1983; 1986; Sodré, 1970). Abaixo temos uma foto de Lauro Sodré.

**Figura 01-** Fotografia de Lauro Nina Sodré e Silva.



**Fonte:** BRASIL. CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Nominata de Deputados brasileiros: 1890 a 1951: lista nominal. [S.l. : s.n., 19--?] 1 v. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/lauro-sodre>.

Sodré era incentivador dos ideais civilizatórios e considerava a instrução pública um veículo a ser utilizado para alavancar o nível moral e social do povo, ao passo que impunha uma consciência pública do regime republicano, buscou evidenciar durante seus governos. Em seu estreito relacionamento com a instrução pública, no que diz respeito ao ensino profissional, ele “conservou o mesmo elevado nível da Escola Normal, com o intuito de ofertar uma educação científica e literária” (Moraes, 2011, p. 60). No entanto, não somente o ensino profissional recebeu sua atenção, os ensinos secundários, bem como instituições como o Liceu Paraense, passaram a ser engrandecidos, como pode-se ver

No âmbito do ensino secundário, com o objetivo de aumentar o seu nível do ensino, o Lyceu Paraense foi equiparado, no seu plano de ensino integral, ao Gymnasio Nacional, de acordo com as modificações operadas pelo Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant. (Moraes, 2011, p. 60)

Para Lauro Sodré estas comparações eram significativas, visto que fornecia “aos moços as necessárias e suficientes luzes para o tirocínio da vida pública”<sup>8</sup>, bem como garantiria que os exames prestados no Liceu sejam “válidos para matrículas nos cursos superiores da República”<sup>9</sup>.

Em suas mensagens, Sodré enfatiza sua intenção de desenvolver um Liceu de Artes e Ofícios, de modo a continuar com seu objetivo positivista de “derramamento das luzes da sciencia pelas classes populares [...] onde fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos, especialmente consagrados às classes proletárias”.<sup>10</sup> Em virtude da sociedade vivenciar um período onde ansiavam pelo desenvolvimento da Belém, a ideia foi bem aceita pela opinião pública. Com o caminho sendo trilhado a favor da civilização, o governador

Encaminhou os esforços para a inauguração desta instituição de ensino popular; por um lado, autorizando a reforma do andar térreo do Lyceu Paraense, no qual também funcionará as aulas do Lyceu Benjamin Constant; por outro, para auxiliar a nova instituição, reservará verba especial no orçamento para iniciar os trabalhos no Lyceu. (Moraes, 2011, p. 60).

Alcançando determinado prestígio, a instituição se caracterizava como um local onde “deve predominar a intuição philosophica que tem de reger a vida do homem,

<sup>8</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1891, p. 9.

<sup>9</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1891, p. 10.

<sup>10</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1891, p. 10.

qualquer que seja, aliás, a carreira technica que elle vá desempenhar”<sup>11</sup>. Sendo assim, o ensino obtido no Liceu passa a

Oferecer o ensino secundário e profissional aos artistas e trabalhadores paraenses que, por meio da instrução técnica e científica, venham com o seu trabalho contribuir para o engrandecimento da pátria. O Lyceu, por um lado, “se propõe a trabalhar pelo progresso intellectual e moral da collectividade”, e, por outro, ser o “templo da inteligência para comungar sciente e conscientemente os dogmas da verdadeira democracia”<sup>12</sup>(Moraes, 2011, p. 61).

Compreendendo os passos iniciais de Lauro Sodré, percebe-se que seu objetivo é, como dito anteriormente, se utilizar da instrução pública voltada aos cidadãos paraenses para construir uma integridade social vista dentro dos ideais republicanos e patrióticos, introduzindo-os na sociedade de modo que “compartilharem os benefícios da instituição e (...) interessar-se pelo progresso da pátria”<sup>13</sup>

O impulso em direção ao desenvolvimento do ensino técnico não estagna em seu governo, pelo contrário, Sodré instiga a criação da Escola Agrícola e das estações agrônômicas como representantes fundamentais do ensino técnico e do desenvolvimento da agricultura no Pará. Desse modo

O ensino técnico é fundamental, não por ser restrito às questões pedagógicas, e sim em razão de ser “uma questão vital para todos os povos modernos, empenhados n’essa luta travada no terreno da produção e das permutas. Os torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a Victoria ha de caber ao mais aparelhado, isto é, ao mais instruído”<sup>14</sup>

A partir dos relatos de Lauro Sodré em suas mensagens, vemos seu incessante trabalho em disseminar o ensino profissional no Pará, de modo que esta educação sana os problemas relacionados à educação da classe operária e incorpora estes na sociedade, dando-lhes um futuro e para isso a educação profissional deveria continuar a ser incentivada, visto que se deveria “fazer do capital intellectual e moral da Humanidade uma propriedade de todos, não um privilégio de alguns. Armado de um tal ensino terá o operário entre mãos o instrumento útil e fecundo da sua própria melhoria, do seu aperfeiçoamento”<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> A República, 27/05/1891, pág. 2.

<sup>12</sup> A República, 09/07/1891, pág. 1.

<sup>13</sup> A República, 11/07/1891, pág. 2.

<sup>14</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1892, p. 29.

<sup>15</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1893, p. 17-18.

Sendo assim, Sodré atribui importância ao ensino profissional realizado no Instituto Paraense de Educandos Artífices, visto que esta foi uma instituição pública de ensino técnico que se constituiu em uma grande oficina, a qual “formando artistas e trabalhadores de acordo com os conhecimentos mais avançados acerca dos mecanismos industriais que engendram a grandeza das nações, desenvolvendo assim “aptidões intelectuais que fazem o homem, e das aptidões práticas que fazem o operário”<sup>16</sup> (Moraes, 2011, p. 64).

Como visto anteriormente, o Instituto Paraense, foi uma das principais instituições que engendrou o ensino profissional no Pará, ganhando notoriedade principalmente durante o governo de Lauro Sodré, visto que o mesmo era embebido nos ideais republicanos, e estes se preocupavam em transformar a realidade prática em um dogma fundamental, ou seja, a educação dos menos abastados.

O governo de Lauro Sodré chega ao fim e a instrução pública passa por reformas, ainda levando consigo seus ideais republicanos de civilidade através da educação; obtendo prestígio referente ao seu incansável objetivo de desenvolver os institutos formativos e disseminar o ensino profissional. O sucessor de Sodré, governador Paes de Carvalho, estipulou através do decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, a mudança nominal de Instituto Paraense de Educandos Artífices para Instituto Lauro Sodré, buscando através deste, homenagear o homem que tanto fez pela instrução pública no Pará.

Idealizado sob os preceitos higienistas, o prédio principal do então Instituto Lauro Sodré era constituído por uma metragem de 93 metros de frente e 88 metros de fundo, seus dormitórios constavam com um espaço de 35,5 metros de comprimento por 13,7 metros de largura, como podemos observar abaixo.

Na figura 02 podemos perceber da imagem fotográfica a grandiosidade da arquitetura do Instituto Lauro Sodré. O prédio imponente construído durante o ciclo da borracha deu ao instituto uma certa importância educativa. O processo de construção do Instituto Lauro Sodré ocorreu sob os ideais estéticos europeus, pois sua construção significava demonstrar a importância da educação no processo formativo dos menores desvalidos.

A sua grandiosidade não se continha apenas em sua fachada, se estendia principalmente aos ambientes como: salão de estudos, espaço de ginástica, refeitórios,

---

<sup>16</sup> Mensagem, Lauro Sodré, 1893, p. 18.

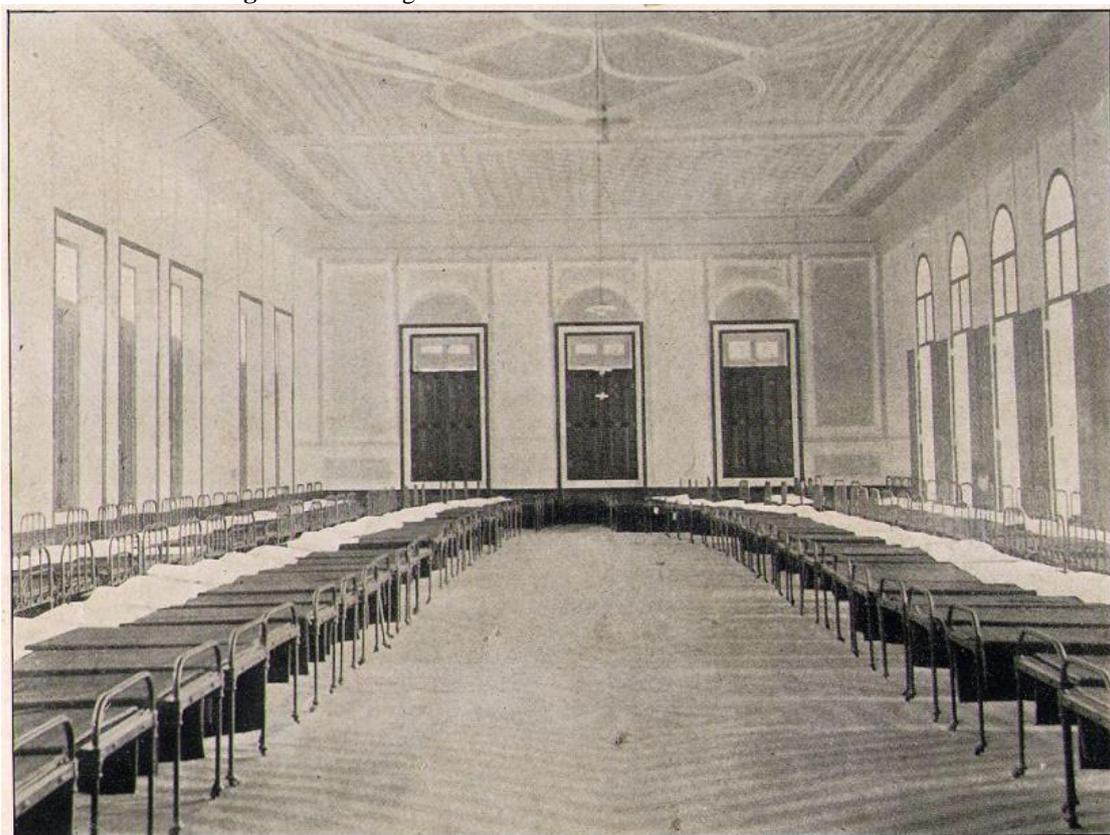
observatórios meteorológicos e principalmente as oficinas onde se ministravam os cursos de ofícios. Contava ainda com uma fixada muito arborizada.

**Figura 02** - Fotografia da entrada do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

**Figura 03** - Fotografia do dormitório do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

O refeitório possuía 36 metros de comprimento e 18,1 metros de largura, já o salão de estudos compreendia 35,5 metros de comprimento e 13,7 metros de largura. Conseguimos observar que a infraestrutura do prédio da instituição era ampla, com organização padrão e em níveis militares, visto que a ideologia higienista regia os modelos nos quais os institutos deveriam ser implantados.

Com janelas e corredores amplos de modo a facilitar a circulação de ar entre os cômodos, esperava-se diminuir a incidência de doenças que afligiam a sociedade na época, principalmente relacionadas a problemas respiratórios, como a pneumonia.

Assim como o dormitório, o refeitório foi construído de modo a abrigar a maioria dos educandos e transmitir uma ordem organizacional entre os educandos, bem como, maximizar a rotina que regia a vida dos menores que ali buscavam sua educação profissional.

Além das grandiosas salas de estudo do instituto, ao sair pelos fundos do prédio, era possível observar uma extensa avenida ladeada por várias edificações, dentre estas estava um amplo edifício em madeira onde funcionam as oficinas profissionalizantes.

**Figura 04:** À esquerda oficina onde funcionavam as aulas de ofícios.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>.

#### **2.4. O ENSINO PROFISSIONAL DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Segundo a Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904), a construção das oficinas foi iniciada em 20 de fevereiro de 1900 e finalizada em meados de setembro do mesmo ano. Sua infraestrutura era constituída de madeiras, sendo dispostas da seguinte

maneira: quatro corpos em disposição retangular, sendo estas com 56 metros de comprimento, 34 metros de largura e 6 metros de altura; seus telhados eram cobertos por telhas de Marselha, tendo em seu prolongamento lanternins para que o ambiente se tornasse mais arejado e envidraçamento de quase todo o perímetro para a finalidade de proteção contra o mau tempo e disposição da claridade necessária para a realização dos trabalhos.

As primeiras oficinas implementadas no instituto foram as de fundição e a de tipografia. No Instituto Lauro Sodré as oficinas desenvolviam um aprendizado direcionado a desenvolver as habilidades manuais dos meninos, sobretudo na intenção de dar uma formação profissional capaz de desencadear esse conhecimento após saída da instituição. Entre as oficinas implementadas no Instituto Lauro Sodré havia a alfaiataria de costura que habilitava os meninos com treinamentos de corte, costura e manuseio de máquinas de costura. Dados apontam que os meninos produziam fardamento militares, uniformes e outros tipos de roupanento.

As oficinas em instituições que abrigavam e instruíaam meninos desvalidos ao longo do século XIX e início do século XX tiveram a mesma égide. A formação baseava-se em ensino primário, desenho, geometria, música e das oficinas profissionalizantes. A intenção era formar meninos que tivessem uma educação, mas sobretudo uma formação profissional que desse aos aprendizes a possibilidade de descoberta das suas aptidões. Esse formato era quase que universal por parte das instituições que abrigavam, instruíaam e educavam meninos desvalidos. É bem verdade que nem sempre os meninos descobriam suas habilidades e aptidões. Cabiam aos mestres das oficinas esse papel.

Nas oficinas de tipografia, encanador, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheiro os meninos frequentavam cotidianamente sob a orientação de mestres das oficinas que ocupavam de uma função: de um lado, desenvolver manual e cognitivamente as habilidades dos meninos, ou seja, de identificar entre os meninos aqueles que tivessem talentos e aptidões manuais; de outro, através das peças produzidas nas aulas, os meninos atenderem às demandas do estado. Ademais, os meninos paraenses encontravam no Instituto Lauro Sodré o melhor estímulo para estudar e habilitar-se ao desempenho de múltiplas especialidades de aprendizado.

De certa forma, os meninos foram utilizados como mão de obra barata e, portanto, atenderam às elites locais. Entretanto, o discurso das autoridades era de que essa formação qualificava os meninos desvalidos a terem uma ofício para que quando

saíssem da instituição e tivessem como se manter, uma vez que, entraram na instituição numa condição de desvalidos e que saíam na mesma condição. Há também uma possibilidade de que essa formação atendeu também as demandas de profissionais que a cidade de Belém precisava. Uma delas foi a oficina de alfaiataria que aproveitava os pequenos aprendizes do Instituto Lauro Sodré para atender às alfaiatarias espalhadas pela cidade. Provavelmente, tal situação favoreceu às demandas de sapateiros que atuavam no entorno da periferia da cidade de Belém. Indiscutivelmente, havia um favorecimento da formação de um ofício aos meninos aprendizes do Instituto.

No relatório do Instituto Lauro Sodré de 1899 há descrito o quantitativo de meninos que frequentavam às aulas nas oficinas: Carpintaria (17 alunos), Funilaria (24 alunos), Sapataria, Surrador, Curtidor e correeiro (14 alunos) e Alfaiataria (27 alunos).

Tomando essa descrição dos ofícios desenvolvidos no Instituto Lauro Sodré, percebemos que além de ser uma instituição voltada à educação dos menores desvalidos, esta também inseria-se no processo de transmissão cultural; visto que além de abrigar os meninos, o instituto tinha como finalidade educar e instruir moralmente os mesmos e lhes proporcionar a aprendizagem dos cursos profissionais (Castanho, 2005).

Partindo da descrição feita das oficinas acima inicialmente e da leitura do contexto social no qual a instituição estava inserida, podemos relacioná-los para compreender que a elite paraense buscava a sonhada civilidade da cidade de Belém, e a partir disso, utilizava a instituição educativa como meio para reproduzir suas ideologia sociais, bem como a utilizava como uma ferramenta para alcançar seus objetivos, de instruir os menores desvalidos, os afastando da concepção de barbárie social e criando mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento de projetos e obras que modernizariam a cidade, corroborando assim, com o entendimento de que as mudanças sociais, econômicas e políticas modificam o sistema escolar, nos mostrando que determinados valores sociais deveriam ser repassados e agregados à sociedade para qual se volta (Buffa, 2002).

A partir disso, o Instituto Lauro Sodré ao longo das duas primeiras décadas do século XX ampliou sua atuação educacional, tornando-se uma instituição escolar e com capacidade gigantesca de ser reconhecida como um estabelecimento de uma Escola Profissional do Estado. Aparelhou suas finalidades educativas, como preparo moderno na preparação de jovens desvalidos paraenses.

Com o prédio do Instituto Lauro Sodré, ocupando o Marco da Léguas, em 1899, no governo de Paes de Carvalho e depois de Augusto Montenegro, passou a ter maior

reconhecimento e igualado aos grandes estabelecimentos de ensino na Europa. Não é raro encontrar relatos de viajantes que tiveram de passagem por Belém que não fazem referências as adequadas instalações do Instituto. Neste sentido, a formação profissional do Instituto Lauro Sodré formou meninos para o trabalho.

É sabido que o Instituto Lauro Sodré teve uma importância significativa para a formação profissional referente à infância desvalida. Seguindo o modelo educativo implementado em outros países, na capital do Pará, sua relevância atravessou o século XIX e XX. Entretanto, é necessário mapear em que situação os meninos atuaram no mercado de trabalho, assim como, que atividades profissionais eles foram admitidos.

A instrução pública e o ensino profissionalizante já estava presente no Pará desde o período do Império destinados principalmente para os meninos órfãos e desvalidos. No período republicano essa proposta do ensino profissional se acentua por meio dos discursos dos governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho. Havia um discurso que defendia o ensino profissionalizante, a instrução pública e a educação científica e literária. Esse discurso está presente nas mensagens do Governador Lauro Sodré por volta de 1891.

Nas mensagens, Lauro Sodré defendia o ensino profissional para as camadas de classes populares e a criação de um Liceu de Artes e Ofícios, onde fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos. Ele dava também ênfase ao ensino agrícola. Esse discurso foi posteriormente mantido pelo governador Paes de Carvalho que governou o Pará de 1897 a 1901. Como se vê, há um encontro no discurso de Lauro Sodré e Paes de Carvalho com relação a qualificação profissional. Ambos os governadores defendiam que o Estado deveria promover a formação profissional em mais diferentes níveis e modalidades. Essa base de ensino favoreceu a criação do Instituto Lauro Sodré em 1899, como espaço idealizado para o ensino profissional. Enfim, os dois governadores se arquitetavam num discurso de modernidade, pelo cientificismo e também pelo positivismo. Acreditavam que o ensino profissional contribuiria para o progresso da região.

## SEÇÃO 3



A IMPONÊNCIA DO INSTITUTO LAURO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE  
MENORES DESVÁLIDOS NO GOVERNO DE AUGUSTO MONTENEGRO  
(1904-1917)



*“Da excursão que hei feito pelo meu paiz, procurando conhecer os seus principaes monunmentos, não vi que no gênero pudesse equiparar-se ao Instituto profiissional Lauro Sodré, que por si pudesse equiparar-se ao Instituto Profiissional Lauro Sodré, que por si só basta para afirmar o grão de adiantamento intelectual do grandioso Estado do Pará. Saio maravilhado da visita feita em companhia dos diretores do edificio”.*

*Visita do Sr. Hanibal R. Porto  
(Presidente da Associação Commercial do Amazonas  
17 de junho de 1903*

### **3.1. VISITA DO GOVERNADOR AUGUSTO MONTENEGRO NO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Uma das fontes documentais importante para entender o funcionamento da instituição é a Monografia do Instituto Lauro Sodré. O documento conta com 156 páginas e é uma Monografia que discorre sobre o Instituto Lauro Sodré, datada no período de 1904. Em suas páginas constam primeiramente uma “notícia histórica do Instituto Lauro Sodré”, que é a visita do Governador Augusto Montenegro e a grande festa promovida em seu benefício.

O documento conta com detalhes o que aconteceu durante sua presença do então Governador Augusto Montenegro no Instituto. Para enfatizar a importância de tal acontecimento é relatado a presença de diversas figuras, como por exemplo, o senador Antônio Lemos, Dr. Lyra Castro, além de diversos representantes militares. Um ponto interessante a ser explorado são as fotografias que a Monografia traz ao leitor, expressando a composição de infraestrutura que o compõe a referida instituição.

Em 19 de agosto de 1903 houve a oficial visita do Governador Augusto Montenegro, do Intendente Municipal Antônio Lemos, além de magistrados e intendentes de vários municípios do Estado. Na visita as autoridades foram recebidas com grande entusiasmo pelo diretor da instituição, Sr. Ernesto Mattoso, e vice-diretor, Sr. Aureliano Pinto Guedes, além do pessoal da administração e dos docentes do Instituto. As referidas autoridades puderam visitar todo os espaços do estabelecimento de ensino por aproximadamente duas horas. Os convidados foram recebidos sob aplausos e ao som da banda de música dos educandos. O ambiente estava todo decorado com bandeiras, galhardetes, palmas e flores naturais.

O Governador Montenegro acompanhado do intendente municipal, Antônio Lemos, e o diretor do Instituto, Ernesto Mattoso, percorreram todos os compartimentos do Instituto como, as salas de aula e o refeitório onde estava posta uma mesa para o almoço; a enfermaria onde estavam três educandos doentes; a cozinha, a lavanderia; o estabulo, as oficinas (marcenaria, alfaiataria, encadernação, tipografia, funilaria e ferraria), e a horta cultivada pelos educandos. Na parede dos espaços das oficinas haviam retratos do Governador Montenegro e do Intendente municipal Antônio Lemos com a frase “*Sejam Bemvidos!*”. Ao final da visita a todos os espaços do Instituto Lauro Sodré foi servido um farto almoço ao Governador, intendente municipal de Belém e as autoridades convidadas, docentes e educandos.

Após o almoço houve uma breve palestra onde foi servido café e licores e em seguida o Governador e as demais autoridades regressaram à cidade. Na escadaria do Instituto os educandos em continência militar deram passagem aos visitantes sob aplausos. Assim, o Governador Augusto Montenegro e o Intendente Antônio Lemos despediram-se do diretor do Instituto o Sr. Ernesto Mattoso com um caloroso abraço e bastante entusiasmados pela beleza das instalações do Instituto Lauro Sodré.

A visita das autoridades ao instituto foi matéria do jornal “A Província dos Pará” que destacava a imensa satisfação e alegria do Governador Augusto Montenegro pela esplendida festa realizada no Instituto Lauro Sodré. A matéria enaltece ainda a visita o ilustríssimo Governador dizendo que: “amigavelmente a cada convidado, sorrindo a todos com espontânea *sympatia* e esforçando-se incansavelmente por elucidar a curiosidade dos visitantes” (Monografia, 1904).

A matéria do jornal “A Província do Pará” enaltece também o investimento e recursos que Governador Montenegro destinou ao Instituto “melhorando sua organização pedagógica e ampliando com orientação científica e moderna os departamentos industriaes d’aquelles utilíssimo e predilecto estabelecimento” (Monografia, 1904). O jornal finaliza a material dando destaque ao belo discurso do Governador Montenegro que deu ênfase as ideias pedagógicas implantada no estabelecimento de formação profissional de “seus duzentos e tantos artífices infantis, que serão futuros obreiros da indústria estadual” (Monografia, 1904).

Do final do século XIX ao início do século XX, o prédio do Instituto Lauro Sodré recebeu a visita de muitas autoridades do Governo, como também de viajantes que estiveram ao Norte do país e de importantes autoridades estrangeiras. No livro de visita do Instituto há relatos que revelam a importância do estabelecimento educativo na formação profissional de menores desvalidos.

Em 1899, o Governador à época, José de Paes de Carvalho, e políticos como Justo Chermont e Augusto Montenegro, fizeram elogios ao diretor Ernesto Mattos pelo zelo na sua gestão, assim como a relevância aos serviços à juventude do Estado que buscava progresso e civilidade.

No início do século XX muitas autoridades estaduais, nacionais e internacionais visitaram o Instituto Lauro Sodré para conhecer as suas instalações e principalmente o ensino e formação profissional dadas aos meninos desvalidos que, para maior parte dos visitantes, a consideravam como um estabelecimento de ensino comparável aos mais importantes da Europa e Estados Unidos da América.

O Consul Britânico, M. A. Churchuill, fez questão de na sua visita ao Instituto destacar que o Instituto Lauro Sodré era uma das demonstrações mais eloquentes do grande progresso na Estado do Pará e que na administração do diretor Ernesto Mattoso não pode deixar de tornar-se um estabelecimento de primeira ordem.

Em 1901, o Consul da França, J. Caula faz vários elogios as instalações no atendimento de quatrocentos educandos, destacando no livro de visita a magnífica formação profissional desenvolvida na Instituto Lauro Sodré. Neste mesmo ano, visitaram a instituição os Srs. Chales Page Bryan e E. C. Pendlton, Ministro dos Estados Unidos da América e Comandado de Atlanta no Estados Unidos, respectivamente. Charles Bryan deixa em seu relato as suas mais admiráveis impressões do Instituto dizendo: “O Pará pode orgulhar-se de possuir uma tão admirável instituição como seja a escola industrial Instituto Lauro Sodré. É um monumento de caridade practica”. Dá ainda destaque aos métodos educativos: “O Instituto como está organizado prova à evidência a excellencia de seus methods de educação” (Monografia, 1904).

Como se vê pelos relatos registrados no Livro de Visita do Instituto Lauro Sodré é possível constatar a dimensão do Instituto na educação profissional dos órfãos meninos do Estado, dando-lhes assistência e proteção onde dali saiam mestres, artistas, artífices com formação de um ofício capaz de prepará-los para a vida e para o trabalho. Ou seja, a instituição ao acolher menores abandonados e em condições de miséria, transformá-los em seres úteis ao Estado.

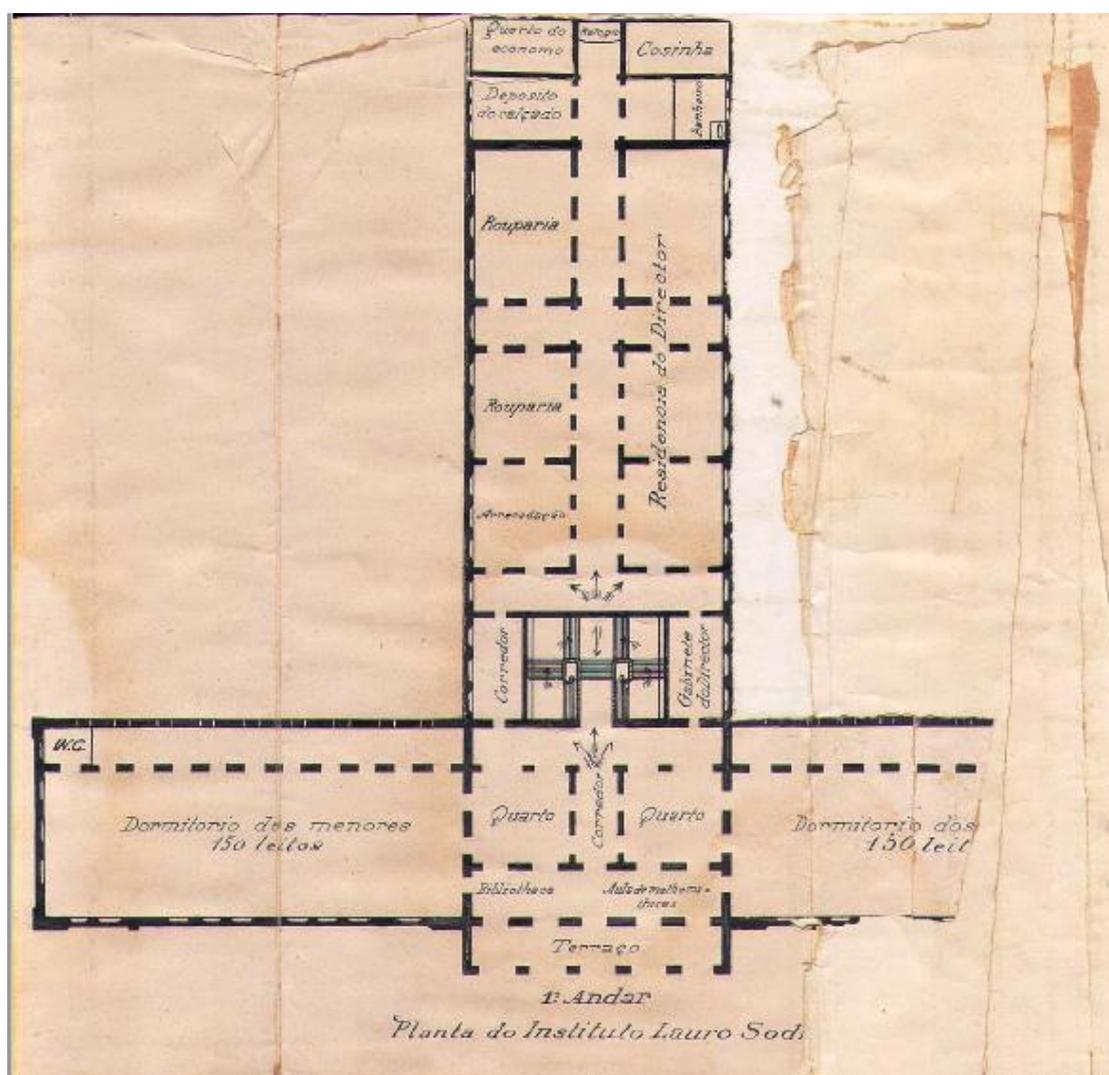
### **3.2. CONSTRUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PRÉDIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Com o prédio do Instituto Lauro Sodré ocupando o Marco da Léguas, em 1899, no Governo de Paes de Carvalho e depois de Augusto Montenegro, a instituição passou a ter maior reconhecimento sendo igualado aos grandes estabelecimentos de ensino na Europa. Não é raro encontrar relatos de viajantes que tiveram de passagem por Belém que fazem referências as adequadas instalações do Instituto. Neste sentido, a formação profissional do Instituto Lauro Sodré formou meninos para o trabalho.

O Instituto Lauro Sodré foi erguido em um suntuoso prédio cuja fachada possuía as medições de 93 metros de frente e 88 metros de fundo que era composto por várias acomodações ladeadas por espaços amplos e bem arejados, conforme determinavam os reformadores sanitaristas e higienistas que defendiam a construção de prédios escolares

em espaços afastados do centro da cidade com o objetivo de afastar os meninos do centro da cidade. Portanto, o Instituto foi erguido em um área bastante arborizada, com amplas salas e acomodações adequadas que pudesse atender ao sistema de internação. O primeiro andar do prédio do Instituto Lauro Sodré era composto de um lado e do outro de dormitórios com leitos para 150 menores, no total de 300 dormitórios. O prédio era muito bem equipado, com um grande terraço, uma biblioteca com um bom acervo, gabinete do diretor, residência do diretor, rouparia, depósito de calçados, cozinha e banheiro, como se pode ver a partir da planta do Instituto, abaixo.

**Figura 05** – Planta do primeiro andar do Instituto Lauro Sodré.



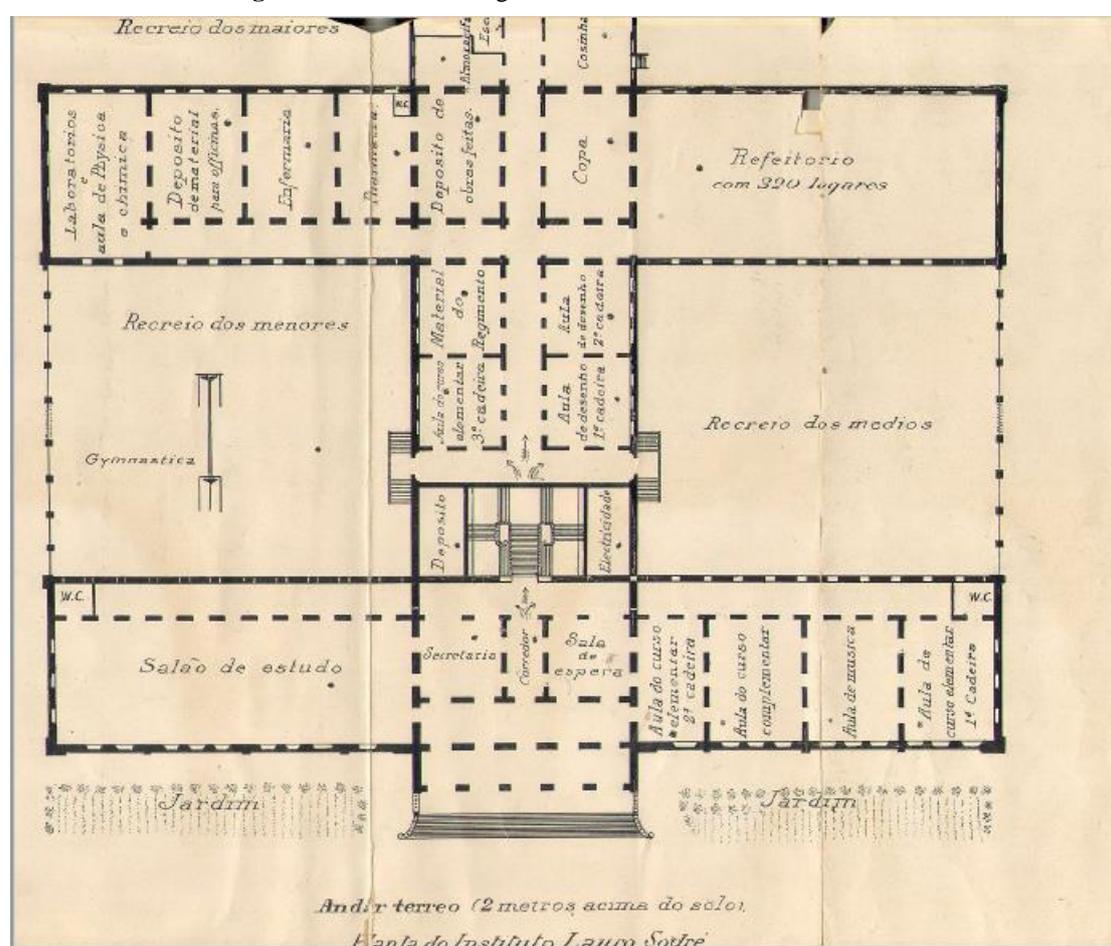
**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

No segundo andar do prédio havia o salão de estudo, secretaria, sala de espera, salas de aula para o curso elementar, curso complementar, aula de música, desenho,

depósito, refeitório, copa, cozinha, enfermaria, farmácia, depósito de materiais das oficinas, laboratório e sala de aula de física e química.

Na parte que ladeava o prédio funcionavam as aulas de ginástica com aparelhos para movimento físico dos educandos, sobretudo para a prática d Ginástica Sueca. Nas oficinas de carpintaria, marcenaria e torneiro, tipografia, impressão, encadernação, serralheiro, funileiro, sapateiro e alfaiataria também funcionavam os cursos industriais na parte de trás do prédio. Para compreensão das divisões dos espaços citados, pode-se visualizadas as plantas que são apresentadas na Monografia.

**Figura 06** – Planta do segundo andar do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Além disso, o documento descreve como deveria acontecer o ensino dos menores desvalidos e seus cursos teóricos e práticos. Há ainda relato do quantitativo de professores e de coordenadores da instituição, trazendo em sua sequência as disposições gerais do que cada membro deveria realizar em sua função.

É possível ver uma tabela com os vencimentos recebidos pelo diretor, tesoureiro etc. e logo após tem-se o decreto nº 1092 que aprova um novo regulamento ao Instituto, descrevendo mais propriamente os afazeres do diretor, dos professores, dos mestres e contramestres da instituição, dentre outras funções. A Monografia descreve ainda o que se esperava do aluno, seu comportamento, vestimenta, obrigações, dentre outros. Como se vê, algumas informações acerca das aulas, a classificação de notas que poderiam ser obtidas pelos alunos, e também uma descrição de como aconteciam os exames e as premiações e diplomações aos alunos mais aplicados.

A Monografia traz também uma descrição sobre o ensino profissional, falando sobre as oficinas, sobre o curso de agricultura e a banda de música; relata as instalações dos laboratórios, museus, leitaria, estábulos e anexos, porém sem fotos. Há descrição de como ocorria o recreio, as refeições, o estudo e sobre os dormitórios dos alunos, bem como, mais disposições gerais, citando algumas penalidades disciplinares aplicáveis aos alunos. O programa dos cursos teóricos elementares e do curso complementar, assim como da aula de ginástica e esgrima, do curso secundário e o que deveria ser ensinado ao aluno.

### **3.3. A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E OS REGIMENTOS DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Com relação à “organização pedagógica e administrativa, cursos teóricos e práticos. Pessoal - horário e regime”, a Monografia descreve que se dava em cada disciplina, como física, química, desenho etc. Além disso, delineado um resumo do programa dos cursos profissionais relatando o que o aluno deveria desenvolver suas aptidões e aprenderia uma profissão nas oficina

Pelo decreto nº 726 de 12 de julho de 1899 e sob autorização conferida pela lei nº 754 de 26 de fevereiro de 1901, o Instituto Lauro Sodré passa a ter a seguinte finalidade:

- Art. 1 – O Instituto Lauro Sodré, mantido pelo Estado, tem por fim exclusivo dar instrução profissional à mocidade;
- Art. 2 – Será de 250 o número dos seus alunos internos, que poderá ser elevado a 300 quando as circunstâncias permitirem;
- Inciso 1º – Desses, 200 serão educados gratuitamente e admitidos proporcionalmente à população dos diversos municípios do Estado, segundo o quadro que for estabelecido pelo Governo, e 50 serão pagantes;

- Inciso 2º – Os alunos pagantes ficam sujeitos a mensalidade de 30.000 réis cobrados adiantadamente, por trimestres;
- Art. 3 – O Instituto poderá receber até 50 alunos externos gratuitos para o estudo dos cursos profissionais, podendo esse número ser aumentado a juízo do Governo;
- Art. 4 – Não haverá distinção entre o tratamento e instrução que o Instituto der a educandos gratuitos e pagantes;
- Art. 5 – As vagas que se derem no atual pessoal discente serão preenchidas um terço por alunos pagantes e dois terços por alunos gratuitos, até que seja atingido o número de 50 destinados aos primeiros.

Sobre a admissão e desligamentos dos educandos, a Monografia nos apresenta o seguinte:

- Art. 6 – Para ser admitido à matrícula gratuita no Instituto, exige-se:
  - a) Ser órfão ou filho de pais comprovadamente pobres;
  - b) Ter boa saúde, ser vacinado e não sofrer de moléstia contagiosa;
  - c) Ser maior de 10 anos e menor de 16 anos.

Neste artigo 6, podemos contemplar as regras disseminadas pelo discurso higienista da época, o qual buscava prevenir a disseminação de doenças nos espaços escolares.

- Inciso 1º - A prova dos requisitos acima será feita por autoridades judiciárias, de médicos e certidão de idade ou documento que a supra;
- Inciso 2º - Para admissão nas vagas gratuitas terão preferência os órfãos de funcionários do Estado, oficiais da força estadual, alunos diplomados pelo Instituto e operários dos estabelecimentos do Estado;
- Art. 7 – Para a matrícula dos alunos externos pagantes exige-se somente a prova de requisitos constantes nas letras *b* e *c* do artigo 6;
- Art. 8 – Os educandos internos, gratuitos ou pagantes só poderão ser desligados do Instituto:
  - a) Por moléstia que os impossibilite de aprender;
  - b) Por mau comportamento;
  - c) Por falta de aproveitamento;
  - d) Por conclusão do tempo de estudo;
  - e) Por conveniência do ensino;

- f) Por falta de pagamento das contribuições e por pedido dos pais, tutores ou protetores, quando se tratar de educandos pagantes.
- Art. 9 – Em qualquer dos casos do artigo anterior o desligamento só será feito por ordem do Governo;
  - Art. 10 – Os alunos gratuitos serão considerados pupilos do Estado em virtude de desistência de seus pais, que cederão seus direitos ao Estado até que os educandos completem o tirocínio escolar;
  - Inciso único – Quanto aos órfãos, no ato de admissão os tutores apresentando autorização do respectivo juiz declararão que se conformam com a exigência deste artigo;
  - Art. 11 – Nenhum aluno permanecerá no Instituto depois de completar 20 anos de idade, tenha ou não concluído os seus estudos.

Sob um rígido e estruturado regimento, o ensino profissional no Instituto Lauro Sodré foi se fortificando e desenvolvendo uma formação para os alunos; os trabalhos desenvolvidos nas oficinas ganham destaque ao mesmo tempo em que a formação social e cívica. Sobre a regulamentação do ensino realizado, a Monografia nos informa:

- Art. 12 - O ensino ministrado no Instituto constará de um curso primário e cursos profissionais;
- Art. 13 – O curso primário será dado de acordo com os programas de ensino dos grupos escolares do Estado e tem por fim o preparo intelectual dos alunos para o estudo dos cursos profissionais;
- Art. 14 – Os cursos profissionais são: agrícola e industriais;
- Inciso 1º - O curso agrícola é constituído pelo estudo de tudo quanto se relaciona com a agricultura em qualquer dos seus ramos e com a pecuária, particularmente sua higiene e zootecnia;
- Inciso 2º - São cursos industriais os que dizem respeito às artes, ofícios e indústrias, propriamente ditas;
- Art. 15 – O curso agrícola será dado em 6 anos, sendo 4 de estudos e 2 de especialização;
- Art. 16 – O curso agrícola será constituído pelas seguintes disciplinas, ensinadas em três cadeiras distintas: *história natural*, compreendendo noções de geologia, botânica e zoologia, com aplicação a agricultura tropical, ressalta-se que esta

cadeira seria ocupada por um professor do Museu Goeldi; *agricultura*, voltada a horticultura, fruticultura e silvicultura. Além destes, *zootecnia* e *veterinária*.

- Os cursos industriais serão igualmente dados em 6 anos, sendo 4 anos de estudo e 2 anos de especialização;
- São sete os cursos industriais:
  - a) Carpinteiro, marceneiro e torneiro;
  - b) Tipógrafo e impressor;
  - c) Encadernador;
  - d) Serralheiro mecânico;
  - e) Funileiro;
  - f) Sapateiro, surrador, curtidor e corrieiro;
  - g) Alfaiate.

Estes são apenas algumas das regras que regiam o ensino no Instituto Lauro Sodré, e principalmente os cursos profissionais, que se destinavam a formação dos menores desvalidos de modo a serem inseridos na sociedade e “assumirem validade” perante a necessidade da cidade, visto que eram formados para tornarem-se mão-de-obra para o Estado.

Sobre o ensino primário, o Instituto constava nesse período com 4 professores, sendo um para o curso superior, um para o curso médio e dois para o curso elementar; um adjunto do curso primário, um professor para as seguintes cadeiras: ginástica, música, física e química, desenho, matemática, agricultura, história natural, zootecnia e veterinária. Já o ensino profissional se constituía de sete mestres de oficinas e quatro contramestres e regentes agrícolas que eram distribuídos pelas oficinas existentes.

Sobre o corpo administrativo do Instituto era composto por: um diretor, um subdiretor, um chefe da seção agrícola, um tesoureiro-almoxarife, um economista ajudante, um enfermeiro, três inspetores e dois oficiais para o serviço do expediente; estes trabalhavam também sob um rigoroso regimento: “O Governo fornecerá alojamento dentro do estabelecimento ao diretor, professores e mestres, cujos contratos estiverem em obrigação, bem como ao pessoal que a seu juízo deve morar nele”. (Monografia, 1904).

Aos professores, seus ensinamentos deveriam seguir os direcionamentos requeridos pelo Instituto, sobre isso, o Art. 3 destaca os deveres dos professores, sendo alguns destes:

- 1º - Reger cada um a sua cadeira de acordo com o programa adotado pelo Instituto;
- 2º - Dirigir as lições práticas de cada cadeira;
- 3º - Dirigir e promover a aquisição e conservação das coleções de estudo;
- 4º - Cumprir as ordens em matéria de serviço que lhes forem dadas pelo diretor;
- 5º - Propor, na parte que a cada um competir, o programa de ensino, exceto o curso primário;
- 6º - Dar mensalmente ou em qualquer momento que lhes seja pedido pelo diretor, uma nota média da aplicação e aproveitamento de seus alunos.
- 7º - Participar imediatamente ao diretor o impedimento que os obriguem a faltara a aula ou a outro serviço qualquer que estejam incumbidos;

Esta é uma parte do conjunto de deveres dos professores do Instituto. Podemos inferir a rigorosidade exigida de todos que adentram a instituição, sejam estes diretores, alunos, professores ou mestres e contramestres; destes últimos, seus trabalhos deveriam se estruturar da seguinte forma:

- Art. 11 – Os mestres das oficinas são auxiliares imediatos do diretor e a eles compete:
- Inciso 1º - Ministras o ensino de sua arte;
- Inciso 2º - Autorizar os aprendizes a utilizarem máquinas e ferramentas;
- Inciso 3º - Advertir os aprendizes, ensinando-lhes o cumprimento de seus deveres;
- Inciso 4º - Manter a disciplina nas oficinas, nas quais é responsável e participar o diretor de qualquer ocorrência;
- Inciso 5º - Zelar pela perfeita conservação de todo o material a seu cargo, e estar sempre em dia com a escrita de sua oficina;
- Inciso 6º - Conservar a ordem nas oficinas e suas dependências, impedindo a saída de qualquer objeto ou a execução de qualquer trabalho sem autorização do diretor.

Outras regras compõem o que se espera de mestres e contramestres dentro do âmbito educativo das oficinas, as quais assumiam o destaque do ensino, visto que a instituição era reconhecida principalmente pelo seu trabalho com a profissionalização dos educandos, para estes o regimento do Instituto estipulava as seguintes regras.

- Art. 33 – Os educandos devem presar e respeitar o diretor, professores e inspetores, obedecendo as suas ordens, seguindo os conselhos e procurando conquistar-lhes a estima pelo seu estudo e bom comportamento;
- Inciso único – devem também zelar escrupulosamente pela boa conservação de seus livros, ferramentas, estojos, roupas e outros objetos que o Estado fornece para o seu vestuário e educação;
- Art. 34 – Os educandos terão saída a passeio nos domingos e feriados, quando obtiverem boas notas de estudo e comportamento, se o diretor assim achar conveniente.
- Art. 35 – só poderá requerer matrícula o menor que juntar a petição dirigida ao Governo, documentos que comprovem as condições exigidas pelo art. 6 do Decreto nº 986 de 26 de março de 1901;
- Art. 36 – As matrículas encerram-se todos os anos no dia 31 de março e depois desta data nenhum aluno poderá ser admitido no Instituto;
- O menor que obtiver despacho para matricular-se no Instituto como pagante, deverá apresentar-se com a seguinte vestimenta que poderá ou não ser fornecida pelo Instituto:
  - a) 1 uniforme branco e boné;
  - b) 1 par de botas ou sapatos;
  - c) 2 uniformes de brim branco;
  - d) 6 ditos de dril azul;
  - e) 6 camisas;
  - f) 6 pares de meias;
  - g) 1 par de chinelos.
- Inciso 1º - Os educandos gratuitos terão esta roupa e calçado fornecidos gratuitamente pelo Estado de forma anual, exceto o uniforme de pano que será fornecido a cada dois anos;
- Inciso 2º - Terão preferência para a matrícula os educandos que estudam de forma gratuita, mas que trouxeram por conta própria as roupas acima descritas;
- Inciso 3º - Cada aluno terá uma gaveta onde guardará suas roupas; uma chave que estará em posse do encarregado da rouparia fechará todas as gavetas;
- Art.38 – Nenhum aluno poderá se ausentar do Instituto sem prévia licença do diretor.

Estas regras regiam o comportamento dos educandos dentro do Instituto, sem fazer distinção entre os que eram pagantes e gratuitos. Todo esse conjunto de regras visava padronizar o funcionamento do Instituto Lauro Sodré, bem como maximizar o aproveitamento do ensino ofertado, transformando os menores por não possuírem uma educação de qualidade em adultos e que deveriam ter uma função dentro da sociedade. Sendo assim, o ensino profissional e primário foi cuidadosamente desenvolvido para formar trabalhadores braçais, no campo da funilaria, marcenaria, alfaiataria, dentre outros.

Para que o processo de educação ocorresse sob um regime de organização, mais regras eram estipuladas dentro do regimento escolar, dentre estas, no que se refere às aulas. Cabia aos professores fiscalizarem a ordem e a disciplina nas salas de aula, as férias dos alunos, como também estipular no período de 15 de novembro a 15 de janeiro. No entanto, as férias das oficinas só iniciavam 10 de dezembro e finalizavam dia 9 de janeiro. As notas dos alunos eram classificadas por valores que iam de 0 a 10, sendo que de 0 a 4 sua nota era considerada ruim, de 5 a 6 considerada sofrível, de 7 a 9 era tida como boa e caso alcançasse a nota 10, era considerada ótima (Monografia, 1904).

Quanto aos exames, estes ocorriam no final de cada ano letivo, mais propriamente dito iniciando no final da quinzena do mês de outubro e era requerido por todas as disciplinas. As avaliações tinham uma formação bastante rígida, pois “as mesas dos exames teóricos eram compostas por três professores, sendo um considerado o presidente da mesa. Estes exames teóricos constituíam-se de duas provas, uma oral e outra escrita, as quais eram aplicadas durante 30 minutos”. Com relação aos exames práticos referentes às oficinas “a mesa era composta por um professor e dois mestres de oficinas como examinadores” (Monografia, 1904).

Quando alcançavam resultados louváveis, os alunos recebiam premiações. Os dois alunos que se destacavam com os trabalhos manuais nas oficinas referente à quantidade de obras produzidas em um mês, recebiam uma determinada quantia, o primeiro colocado, 9000 réis e o segundo colocado 5000 réis.

A partir do processo de formação profissional, o educando ia ascendendo dentro da instituição. Educandos aprovados no curso superior primário que possuíssem trabalhos considerados importantes e que executassem sozinhos algumas obras completas nas oficinas, poderiam receber o diploma de operário de 2ª classe, passando a receber diariamente 800 réis ou ouro como prêmio, sendo que deste total receberia somente metade, visto que a outra metade ficaria nos cofres da instituição até que

alcançasse o diploma de operário de 1ª classe. Para ser considerado um operário de 1ª classe, o educando precisaria concluir todo o seu ensino teórico e profissional. Nesta data os educandos eram desligados do Instituto Lauro Sodré e em posse deste diploma, lhes era dado preferência na seleção de operários nas oficinas do Estado.

Ao final de seu processo de formação para o trabalho, os nomes dos alunos operários que fossem desligados do Instituto por concluírem sua formação eram geralmente contratados pelo Estado: “*até o presente, todos os 12 alunos desligados do Instituto por conclusão de seus cursos, o Governador do Estado os tem mandado contratar nas respectivas oficinas, à razão de 5000 réis diários, cada um, dando-lhes habitação e comida*”.

Os alunos que terminavam sua formação com louvor eram acolhidos pelo Estado para realizar trabalhos manuais nos quais se especializou dentro das oficinas do Instituto, visto que saíam do instituto com o diploma de operário de 1ª classe.

Visto seu papel importante na formação de menores desvalidos, o Instituto Lauro Sodré recebia do Governo do Estado um vultoso valor financeiro conforme se observa na Tabela 7 de vencimentos de pessoal.

**Figura 07** – Tabela de vencimentos do Instituto Lauro Sodré.

TABELLA DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DO INSTITUTO «LAURO SODRÉ»,	
A QUE SE REFERE O DECRETO N. 986 D'ESTA DATA	
	OURO
1 Director.....	5:000\$000
1 Theseureiro-almoxarife.....	2:800\$000
1 Ecónomo-ajudante.....	1:000\$000
2 Officiaes, 1:200\$.....	2:400\$000
3 Inspectores de alumnos, 1:050\$.....	3:150\$000
1 Enfermeiro.....	840\$000
1 Chefe da secção agricola e professor de agricultura, etc. (contractado).....	7:200\$000
1 Professor de physica e chimia (contractado)...	4:800\$000
1 » » sciencias naturaes.....	8
1 » » zootechnia (contractado).....	4:800\$000
1 » » desenho (contractado).....	3:960\$000
1 » » mathematicas.....	2:400\$000
4 Professores do curso primario, 2:400.....	9:600\$000
1 » de gymnastica.....	2:400\$000
1 » » musica.....	2:400\$000
1 Adjuncto do curso primario.....	1:200\$000
1 Regente de agricola (contractado).....	2:100\$000
7 Mestres de officinas (contractados) 2:400\$.....	16:800\$000
4 Contra-mestres de officinas, 1:200\$.....	4:800\$000
	<u>76:950\$000</u>

Palacio do Governo do Estado do Pará, 26 de Março de 1901.

AUGUSTO MONTENEGRO.  
Augusto Olympio de Araujo e Souza.

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

A partir do intenso investimento recebido neste período, o ensino profissional vai se desenvolvendo e formando menores operários que atuariam na cidade, auxiliando em seu crescimento, principalmente no que se refere a infraestrutura, visto que se requeria mão-de-obra qualificada para a construção de prédios, avenidas, monumentos, já que, a cidade de Belém passava por modernização etc.

### **3.4. ENSINO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO**

O Instituto Lauro Sodré ao longo das duas primeiras décadas do século XX ampliou sua atuação escolar tornando-se uma instituição com capacidade gigantesca de ser reconhecida como um estabelecimento de uma Escola Profissional do Estado. Aparelhou suas finalidades educativas, como preparo moderno na preparação de jovens desvalidos paraenses.

É sabido que o Instituto Lauro Sodré teve uma importância significativa para a formação profissional referente à infância desvalida. Seguindo o modelo educativo implementado em outros países, na capital do Pará sua relevância atravessou o século XIX e XX. Entretanto, é necessário mapear em que situação os meninos atuaram no mercado de trabalho, assim como, que atividades profissionais eles foram admitidos.

A instrução pública e o ensino profissionalizante já estava presente no Pará desde o período do Império destinados principalmente para os meninos órfãos e desvalidos. No período republicano essa proposta do ensino profissional se acentua por meio dos discursos dos Governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho. Havia um discurso que defendia o ensino profissionalizante, a instrução pública e a educação científica e literária. Esse discurso está presente nas mensagens do Governador Lauro Sodré por volta de 1891.

Nas mensagens, Lauro Sodré defendia o ensino profissional para as camadas de classes populares e a criação de um Liceu de Artes e Ofícios, onde fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos. Ele dava também ênfase ao ensino agrícola. Esse discurso foi posteriormente mantido pelo Governador Paes de Carvalho que governou o Pará de 1897 a 1901. Como se vê, há um encontro no discurso de Lauro Sodré e Paes de Carvalho com relação a qualificação profissional. Ambos os Governadores defendiam que o Estado deveria promover a formação profissional em mais diferentes níveis e modalidades. Essa base de ensino favoreceu a criação do Instituto Lauro Sodré em 1899, como espaço idealizado para o ensino profissional. Enfim, os dois

Governadores se arquitetavam num discurso de modernidade, pelo cientificismo e pelo positivismo. Acreditavam que o ensino profissional contribuiria para o progresso da região.

Como visto, no Decreto n. 986 de 26 de março de 1901 houve a reorganização do Instituto Lauro Sodré, pelo Governador do Estado do Pará, Sr. Augusto Montenegro. O Instituto passaria a dar instrução profissional à mocidade paraense abrigando entre 250 a 300 alunos internos. Poderia ser admitido educandos gratuitamente e pagantes mensalmente, porém não deveria ocorrer nenhuma distinção entre o tratamento e instrução entre os educandos. Assim, os preceitos seguidos no ensino profissional, o modo como era estruturado perante o regimento da instituição no que se refere aos trabalhos desenvolvidos nas oficinas pelos educandos que deveriam seguir as seguintes normas:

- Art. 52 – As oficinas funcionarão em dias e horários fixados no horário de funcionamento do Instituto;
- Art. 53 – Os aprendizes só poderiam adentrar nas oficinas mediante presença de mestres e contramestres;
- Art. 54 – Nas oficinas, os mestres devem sempre procurar popularizar os processos de trabalho mais modernos e perfeitos, e acompanhar o processo industrial, estudando e ensinando o material que se emprega, as ferramentas, bem como a maneira de utilizá-las, ensinando os aprendizes igualmente as aplicações que mais possam interessar ao Estado;
- Inciso único – o diretor se esforçará para que ocorram as definições acima e dará instruções especiais para cada oficina.

Podemos notar que esse conjunto de regras compreendiam mais o ensino profissional industrial, o qual era desenvolvido nas oficinas, porém havia o ensino profissional agrícola que era muito importante para a formação dos educandos:

- Art. 55 – Nos pomares, nas hortas e nos campos de lavoura, todos os alunos receberão lições de agricultura prática, assistindo e trabalhando no preparo das terras e adubos, nas culturas, colheitas e indústrias agrícolas;
- Inciso único – O ensino agrícola era dado para as turmas de todos os cursos do Instituto, de modo que pelo menos, uma vez por semana cada educando trabalhe durante 2 horas nos campos de lavoura, na horta, nos pomares, na leitaria, na fábrica de farinha etc.

O Instituto Lauro Sodré privilegiava o ensino prático, pois entendia-se que este ensino prepararia os educandos para as realidades encontradas nas indústrias agrícolas, ou seja, a realidade que encontrariam se ao saírem do Instituto se inserissem no âmbito do trabalho agrícola; sendo esta área de trabalho ascendente na época visto que a cidade ainda passava por um período de intensa migração, recebendo um população de imigrantes que buscavam em Belém um local para viver e ascender socialmente. Diante da expansão demográfica da população de Belém, a produção de alimentos intensificou-se em larga escala com o objetivo de suprir principalmente as mesas das famílias mais abastadas.

Outra atividade desenvolvida no Instituto é a banda de música, a qual durante seu desenvolvimento recebeu diversos elogios, por sua organização e impecabilidade vistas nas solenidades, as quais compareciam, como por exemplo, os desfiles de 7 de setembro. Sobre o regimento da banda de música:

- Art. 56 – Da banda de música do Instituto farão parte os alunos indicados pelo diretor e os quais tenham vocação para a música;
- Art. 57 – O Governo fornecerá todo o instrumental, utensílios e livros necessários para a banda;
- Art. 58 – O diretor recebendo autorização do Governo poderá lidar com a contratação da banda para solenidades e festejos particulares;
- Inciso único – O produto desses serviços será dividido em duas partes iguais: uma fará parte da receita eventual do Instituto e a outra será dividida entre os alunos pertencentes a banda;
- Art. 59 – A banda comparecerá a festas nacionais e solenidades sempre que o Governo determinar;
- Inciso 1º - Todo o material pertencerá a aula e a banda de música ficará sob a guarda do inspetor designado pelo diretor do Instituto;
- Inciso 2º - Esse inspetor dará parte imediata ao diretor de qualquer extravio que haja dos instrumentos, livros ou utensílios da banda.

Vimos anteriormente que o Instituto Lauro Sodré se consolidou e era elogiado por sua estrutura grandiosa, como os laboratórios, o museu, fábrica de gelo, leitaria etc. Seus laboratórios utilizados para as aulas de química eram voltados para a preparação de experiências e as manipulações utilizadas como complemento do ensino teórico. Nestes laboratórios também eram realizadas análises ordenadas pelo diretor; realizava-

se investigações científicas ou tecnológicas; ocorriam as aulas de práticas para o ensino de química e auxiliava o Laboratório de Higiene do Estado, do qual era considerado anexo. Do mesmo modo ocorriam as aulas de física.

O Instituto constava com um museu que poderia ser utilizado por professores em horário de aula. Havia a lavanderia, na qual trabalhavam pessoal ajustado para esse fim e que recebiam auxílio dos alunos. No que diz respeito à leitaria, fábrica de gelo, estábulos e anexos, a monografia revela que na leitaria trabalharão os alunos, recebendo orientação de pessoas competentes para a aprendizagem de fabricação de manteiga e queijos, sendo estes produtos produzidos com o restante do leite que era distribuído diariamente para a alimentação dos alunos; nos estábulos e seus anexos, serão tratados de animais de trabalho e vacas leiteiras e outros animais domésticos, por tratadores especiais definidos pelo diretor.

O momento de recreio e alimentação dos alunos também acontecia sob uma rigorosa organização no refeitório, sua alimentação bem como as do diretor, serventes, tesoureiro, dentre outros acontecia da seguinte forma segundo o regimento do Instituto. Com relação ao papel desempenhado pelos inspetores, o regimento determinava:

- Art. 67 – Os inspetores deverão assistir ao recreio, as refeições e os estudos dos educandos, proibindo durante o recreio qualquer atividade que ofereça perigo, impondo as regras de civilidade nos refeitórios e mantendo a ordem durante as horas de estudo;
- Inciso único – Os inspetores auxiliados pelos respectivos chefes de turma, designarão vigilantes para cada dormitório;
- Art. 68 – Os educandos serão divididos em três turmas: maiores, médios e menores, sob intensa vigilância de um inspetor.

A respeito da organização das turmas, o regimento do Instituto determinava a escolha de um chefe de turma com o objetivo de estabelecer a limpeza e organização higiênica dos espaços frequentados pelos educandos, além de ter alguns privilégios:

- Art. 69 – os chefes de turma serão responsáveis pelo asseio das camas e limpeza dos lavatórios de cada dormitório;
- Art. 70 – Tem direito às rações alimentícias iguais a dos educandos, o diretor, o sub-diretor, os inspetores, o tesoureiro, o adjunto primário interno, o enfermeiro, o economista ajudante, os trabalhadores contratados com comida, os guardas, os cozinheiros e os serventes.

O regimento determinava também uma organização no espaço do refeitório por hierarquia de funções no instituto:

- Art. 71 – As refeições serão feitas separadamente sendo:
  - 1º- a mesa exclusivamente dos educandos;
  - 2º - a primeira mesa composta pelos inspetores, tesoureiro, adjunto, enfermeiro e economista;
  - 3º - a segunda mesa composta pelo pessoal assalariado, cozinheiros, serventes, guardas etc.;
- Art. 72 – O diretor e o sub-diretor receberão as suas rações em suas residências;
- Inciso único – O Governador do Estado, em virtude de contratos que haja mandado celebrar, ordenará ao diretor o fornecimento de rações a qualquer outro empregado que não esteja especificado no art. 70.

O Instituto Lauro Sodré se estruturava em sua organização quase que em regime militar, visto que todas as atividades desenvolvidas dentro do instituto eram regidas por regras que deveriam ser rigorosamente seguidas, principalmente pelos educandos, caso contrário, os mesmos receberiam castigos ou proibições de saída durante os domingos e feriados.

Até mesmo o que se refere à rouparia e banheiros da Instituição. As roupas dos educandos eram guardadas em armários especiais que ficavam a cargo dos inspetores; os educandos só poderão trocar de roupa em dias e horários estabelecidos pelo Instituto, bem como os momentos de banho que aconteciam por grupos de turmas e eram supervisionados por um inspetor.

Como já se viu anteriormente, alguns educandos eram alocados para realizar algumas atividades dentro do Instituto, nas fábricas, nos anexos etc. O mesmo ocorria, quando se trata do trabalho na portaria da instituição, para esta, serviria de porteiro um educando designado pelo diretor que deveria abrir os portões às 6 horas da manhã e fechá-lo às 20 horas e 30 minutos da noite. Com relação a este trabalho o educando deveria conduzir para a secretaria ou a sala de recepções as pessoas que procurassem qualquer funcionário do Instituto e deveria proibir a comunicação dos alunos com pessoas externas à instituição, seja de modo pessoal ou escrito. Aos educandos que assumiam essas posições, lhes eram dadas responsabilidades externas aos estudos, lhes inserindo nos diferentes âmbitos de trabalho, além do ensino profissional regido.

A entrada na instituição de pessoas externas que era vedada, exceto se permitidas pelo diretor; as penalidades disciplinares aplicáveis aos alunos:

- a) Admoestação<sup>17</sup> particular;
- b) Repreensão diante de todos os alunos;
- c) Prisão em lugar apropriado, privação de recreio e de saída;
- d) Desligamento do Instituto;

As punições que os menores desvalidos sofriam no Instituto seguiam um padrão determinado à época para disciplinar mentes e corpos. Os menores recebiam inicialmente um advertência e caso necessário repressão que era realizado diante dos demais menores como uma forma de humilhação para o referido menor, mas também servia de exemplo para os demais. Em casos mais graves, o menor recebia uma punição mais severa com a prisão em um espaço. Ele ficava privado de participar do recreio e principalmente impedido de sair do Instituto. Sendo que as três primeiras punições competem ao diretor e a última ao Governo. Já as penalidades aplicáveis aos professores em geral e ao pessoal do Instituto são:

- a) Observação;
- b) Admoestação registrada;
- c) Suspensão de até 15 dias;
- d) Exoneração.

Cambia ao diretor as duas primeiras penalidades e as outras ao Governo. As regras vigentes do regimento do Instituto Lauro Sodré eram seguido com rigor o que de certa forma fava credibilidade e respeito ao estabelecimento profissional.

### **3.5. A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

A respeito dos cursos teóricos o currículo do Instituto Lauro Sodré seguia o curso elementar distribuído por anos. Durante o primeiro ano do curso elementar, os educandos recebiam as primeiras noções de *leitura e escrita* através de exercícios que começavam a ser introduzidos aos conhecimentos de *cálculos aritméticos* através da contagem dos números e de sua representação gráfica.

Em seu segundo ano, o educando dava continuidade aos conceitos e exercícios sobre *leitura e escrita* aprendidos em seu ano anterior, bem como aprofundava seus

---

<sup>17</sup> Reprimenda que se faz a alguém sobre incorreção ou inconveniência de seu comportamento.

conhecimentos na área *matemática*, aprendendo agora cálculos com a operação de subtração e leitura de números em geral.

No terceiro ano do curso elementar, os menores já praticavam a *leitura* corrente com pausa e acentuação; realizavam exercícios de leitura manuscrita e para isso se utilizava o ditado. Neste ano, os menores passavam a receber as primeiras noções de *gramática*, sendo esta compreendida em definições e divisões gerais; fonologia, está voltada ao ensinamento de análise fonológica. No âmbito *aritmético*, as noções de multiplicação e divisão eram inseridas, assim como definições de divisibilidade dos números e principais características, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, noções elementares sobre números primos, e iniciação aos cálculos com números fracionados.

O quarto ano elementar oferecido no Instituto contava com os ensinamentos de *leitura* novamente, sendo que neste momento, a leitura era tida como explicativa de instrução moral e cívica; a *escrita* constituía-se de exercícios caligráficos, para aperfeiçoamento; a cadeira de *português* era responsável pelos ensinamentos sobre fonologia e taxionomia, elementos de morfologia e sintaxe. A matemática dividia-se em *aritmética* e *geometria*, sendo que na primeira, os menores entravam em contato com as frações decimais, operações com frações ordinárias e decimais, conversão de frações, noções gerais sobre sistema métrico com exercícios práticos, em geometria, estudava-se definições de corpo, superfície, linha e ponto, e praticava-se exercícios práticos de desenho com a devida reprodução no quadro negro quando solicitado pelo professor responsável.

Insere-se neste ano a cadeira de *geografia* onde os menores passam a ter as primeiras noções de definições e divisões geográficas, ideia de Terra e sua forma, assim como seus acontecimentos físicos em geral, indicação dos oceanos, das partes em que se divide a Terra e as posições geográficas do Brasil e do Pará. Outra cadeira adicionada ao ensino do quarto ano elementar foi a de *história*. Nesta disciplina os menores aprendiam sobre a descoberta da América, descoberta do Brasil, sobre a cultura indígena e o sistema de colonização; conheciam a história do descobrimento do Pará, bem como a adesão do Pará à Portugal.

O curso elementar buscava por fim conseguir com que o menor conseguisse ler corretamente e escrevesse com acerto, buscava-se através da leitura um meio de dar aos alunos as noções necessárias de lições sobre instrução moral e cívica. A finalidade do ensino de português no curso elementar buscava conseguir que o aluno soubesse aplicar

em exercícios fáceis de redação, em trechos ditados ou em análises fonológicas e taxionômicas os conhecimentos adquiridos pelo estudo de um compêndio tão simples quanto possível para assim seguir para o curso complementar.

O curso complementar possuía a duração de dois anos, sendo que no primeiro ano, os educandos continuavam com sua aprendizagem no âmbito da *leitura*, sendo que neste momento ela era voltada à explicação da Constituição Federal e da instrução moral e cívica; a *escrita* se constituía de exercícios de alto bastardo<sup>18</sup>, bastardinhos, meio-bastardinho, cursivo maior e menor e trechos ditados. O professor da cadeira de *português* ensinava a composição completa da fonologia, taxionomia e da morfologia.

Ao professor responsável pela cadeira de *aritmética* recaía a responsabilidade de ensinar frações decimais periódicas, noções gerais sobre números complexos, razão e propriedades de equidiferenças; em *geometria* os alunos aprendiam sobre ângulos, linhas perpendiculares, oblíquas e paralelas e desenho à mão livre em cadernos. Em *geografia* ensinava-se os principais países da Europa, Ásia, África, Oceania e América, geografia física do Brasil, especialmente os seus limites com outras nações, além disso, os menores aprendiam sobre o sistema solar e sua formação, e finalizavam com os conceitos de latitude e longitude. Finalizavam o primeiro ano do curso complementar com o ensino de *história*, nesta havia a explanação sobre o domínio espanhol e a invasão holandesa, se ensinava sobre a história dos jesuítas no Brasil desde Nobrega até Vieira; além disso, obtinha-se o ensino sobre a conjuração mineira, Tiradentes e a exploração do Amazonas.

O segundo ano do curso complementar se estruturava da seguinte forma: a *leitura* se dava de modo explicativo voltado à Constituição Estadual comparando-a com os preceitos da Constituição Federal, realizava-se a leitura do regimento interno das escolas e das instruções para os exames de certificação primária. A *escrita* constituía-se da repetição aperfeiçoada do primeiro ano de trechos ditados; a cadeira de *português* ensinava aos menores um estudo completo da sintaxe de característica analítica, fonológica, taxionômica e morfológica, além de realizar exercícios de redação.

Os conceitos matemáticos ensinados eram de característica *aritmética* e *geométrica*, sendo que na primeira os menores educandos aprendiam sobre potenciação e radiciação, bem como sobre proporção, propriedades fundamentais e determinação de termos desconhecidos; além destes aprendiam sobre regra de três, regras de juros

---

<sup>18</sup> Bastardo designa várias formas de escrita, geralmente resultantes de um compromisso entre dois tipos de escrita, uma mais ou menos rígida e formal, a outra mais fluida e relaxada, muitas vezes cursiva.

simples e noções de câmbio. Nas aulas de geometria aprendia-se sobre círculo e circunferência, medida dos ângulos, problemas com gráficos, polígonos em geral, triângulos, quadriláteros e noções gerais e elementares sobre os sólidos, além de continuarem com o desenho à mão livre com reprodução no quadro negro.

Ao professor da cadeira de *geografia* requeria-se o ensino sobre noções físicas e políticas do Brasil, tanto quanto possível resumidas de cada um dos seus estados, aprendia-se também sobre estrelas cadentes, cometas e aerólito, bem como sobre o sol com seus movimentos e fases. Sobre *história*, os menores educandos aprendiam sobre a chegada da família real portuguesa no Brasil, adesão do Pará à Independência, entrada da legalidade no Pará e notícias dos Andradas, José Clemente Pereira, padre Feijó e Evaristo da Veiga como principais personagens da história da pátria, ensinava-se também sobre a guerra do Paraguai e sobre a extinção da escravidão no Brasil.

Além do ensino teórico descrito os menores educandos também tinham aulas de ginástica divididas em 3 seções: a primeira sobre a divisão sucinta do corpo humano voltada a movimentos preparatórios, ou seja, exercício para estabelecer a ordem nas fileiras de aula, tornar flexível pescoço, os membros superiores e inferiores, e tornar flexível o tronco, além destes realizavam exercícios respiratório e para estabelecer a ordem de marchas. A segunda sessão das aulas de ginástica eram sobre noções elementares de anatomia, que eram compostas por exercícios para tornarem flexíveis os membros superiores, inferiores e o tronco simultaneamente, os exercícios eram feitos nesta etapa entre dois alunos, voltados para acostumar o corpo a conservar-se em equilíbrio sobre um pé; para além disso realizavam exercícios de corridas, saltos, com halteres, equilíbrio em vigas horizontais, em barras paralelas, cabos e trapézios, como podemos ver na figura.

**Figura 08** – Fotografia de alunos em sua aula de ginástica do Instituto Lauro Sodré.



Aula de Gymnastica.

Typ. AILLAUD & Cia.

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Por fim, os menores educandos aprendiam sobre esgrima, mais especificadamente sobre escola desarmada, guarda e diversas posições, escola armada, paradas, golpes, paradas e respostas e escola de dois alunos. Com isso, finalizava-se o ensino complementar.

Ao finalizar o curso complementar esperava-se que o menor educando obtivesse o conhecimento preciso para que possam falar e escrever regularmente a língua materna. No ensino de aritmética o professor deveria ser o mais restrito possível nos limites da matéria, evitando assim excesso de extensão e dificuldades para os menores educandos, deveria atender especialmente o lado prático das operações de modo que o ensino se tornasse útil pelos exercícios e escolhas de problemas voltados à vida cotidiana. No decorar no estudo de aritmética, o professor deveria dar preferência à compreensão das lições por meio de exemplos e explicações ao alcance das tenras inteligências. De acordo com esses preceitos, o professor deveria evitar a fadiga e a confusão do menor educando aproveitando o que de mais útil julgar das matérias do programa por meio de compêndios resumidos e claros em suas definições.

Com relação ao ensino de geografia, todo o esforço do professor deveria tender para dar ao menor educando noções sintéticas da Terra e das cinco partes do mundo, dos países da América do sul, especialmente do Brasil e do Pará com acentuada

preocupação de evitar nomenclatura extensas, dados estatísticos e tudo quanto possa sobrecarregar a memória do aluno.

Com a finalização do curso complementar, os menores educandos eram encaminhados para o curso secundário, onde aprendiam *aritmética*, mais propriamente dito sobre noções gerais de grandeza, quantidade, unidade, numeração falada e escrita, números inteiros, números primos, divisibilidade dos números e seus principais caracteres, teoria das frações, conversão de frações, sistemas métricos, especialmente o decimal francês, números complexos, quadrado e raiz quadrada, cubo e raiz cúbica, equidiferenças e proporções, regra de três simples e composta, regras de juros simples e compostos, regra de proporcionalidade, regra de liga e mistura, regra de câmbio, regra de descontos e de falsa posição, progressões por diferença, progressões por constante e logaritmo.

O ensino de *álgebra* era ministrado de modo que o menor educando aprendesse sobre operações com quantidades inteiras, frações algébricas e suas transformações, princípios gerais sobre as equações, resolução das equações de primeiro grau com uma incógnita, equações simultâneas do primeiro grau e princípios em que se fundamenta a sua resolução, métodos de eliminação em geral, método de redução ao mesmo coeficiente, método de substituição, método de comparação, potências e raízes, radicais do segundo grau, binômio de Newton, composição e preparo das equações do segundo grau, resolução das equações do segundo grau, problemas e aplicações

Nas aulas de geometria os menores educandos recebiam as noções gerais sobre extensão das linhas de suas divisões, linhas paralelas e secantes, ângulos, circunferência e círculo, medidas dos ângulos, dos arcos e da circunferência, polígonos em geral, avaliação das áreas, descrição e circunscrição dos polígonos na circunferência, elipse, hipérbole, parábola e hélice, assim como aprendiam sobre retas, planos, ângulos formados por planos, corpos terminados por superfícies planas, corpos terminados por superfícies curvas, cilindros, cones e esferas.

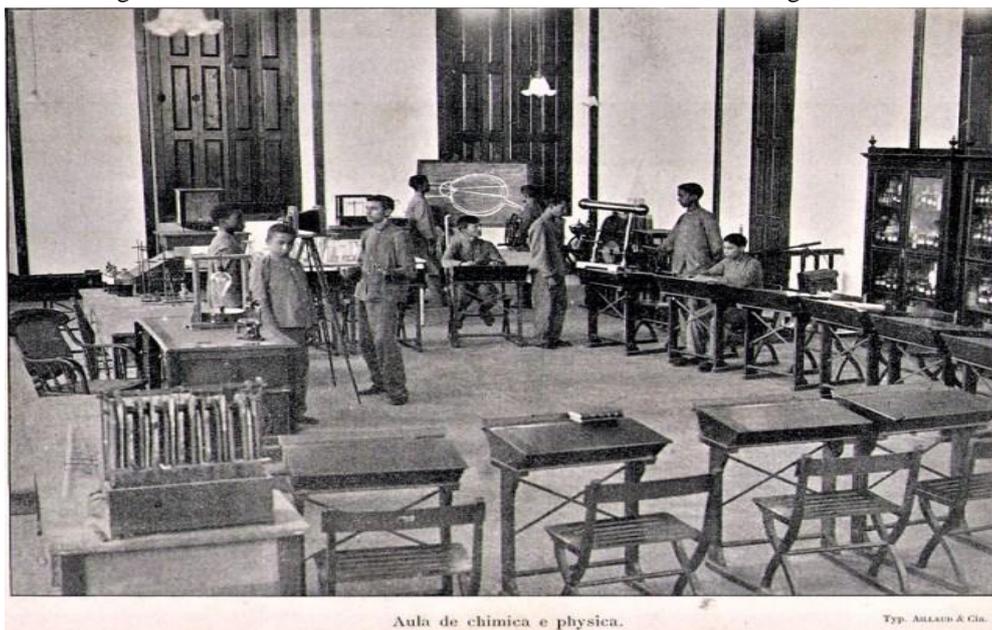
Os menores educandos eram apresentados às noções de *mecânica*, onde aprendiam sobre definições de objetos da mecânica, princípios gerais, noções gerais sobre força e sua medição, noções gerais sobre o movimento e sobre velocidade, composição de forças, centro de gravidade e equilíbrio, inercia e força centrífuga, máquinas simples e máquinas compostas. Obtinham também o ensino sobre *hidráulica*, onde lhes era ensinado sobre objetos da hidráulica, compressibilidade e elasticidade dos líquidos, prensa hidráulica, equilíbrio dos líquidos em um só vaso, equilíbrio dos

líquidos dos sobrepostos, equilíbrio dos líquidos nos vasos comunicantes, pressão atmosférica sua existência em medida, compressibilidade e elasticidade dos gases, máquina pneumática aprendendo sobre sua descrição e aplicação.

### 3.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS OFICINAS

A construção das oficinas foi iniciada em 20 de fevereiro de 1900 e finalizada em meados de setembro do mesmo ano. Sua infraestrutura era constituída de madeiras, sendo dispostas da seguinte maneira: quatro corpos em disposição retangular, sendo estas com 56 metros de comprimento, 34 metros de largura e 6 metros de altura; seus telhados eram cobertos por telhas de Marselha, tendo em seu prolongamento lanternins para que o ambiente se tornasse mais arejado e envidraçamento de quase todo o perímetro para a finalidade de proteção contra o mau tempo e disposição da claridade necessária para a realização dos trabalhos.

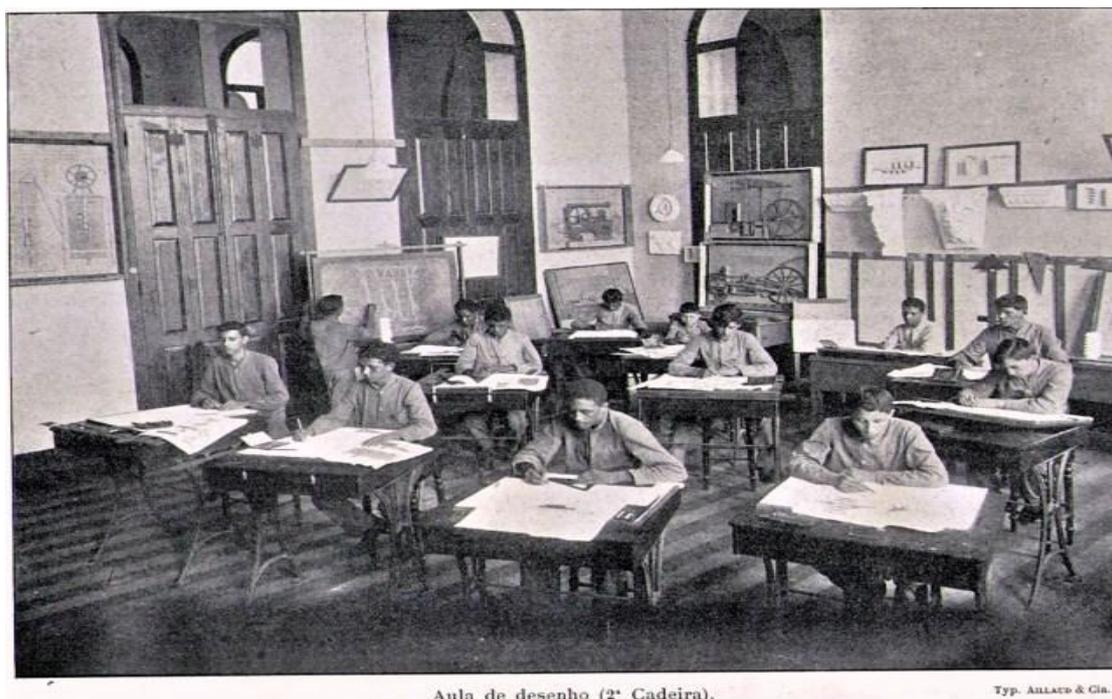
**Figura 09** – Fotografia da sala de aula do Instituto Lauro Sodré. **FONTE:** Monografia do Instituto Lauro



Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação o Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

No intervalo entre as aulas teóricas e as atividades nas oficinas, os menores educandos dispunham de espaços onde desenvolviam atividades voltadas à ginástica, onde elas tratariam do bem-estar corporal, mantendo-se saudáveis; visto que sob influência das teorias europeias higienistas, a ginástica era vista como sinônimo de saúde mental, regeneradora da física e da moral social.

**Figura 10** - Fotografia da sala de aula de desenho do Instituto Lauro Sodré.



Aula de desenho (2ª Cadeira).

Typ. ALLARD & Cia.

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

O idealismo higiênico construiu e disseminou um discurso normativo e disciplinador, embasado em uma abordagem positivista científica e de moral da sociedade elitizada que foi utilizada de base para as propostas de disciplinamento dos corpos e hábitos da vida dos menores em formação (Soares, 2012 p. 58). Nas figuras 09 e 10 podemos ter uma ideia da mobília que constituíam as salas de aula do Instituto, assim como, sua disposição nas aulas de química e física. As salas eram bem equipada com uma boa mobília, muito arejada e com boa ventilação que era uma exigência das autoridades sanitárias para evitar a proliferação de doenças infectocontagiosas. A direção do Instituto primava pela limpeza e organização dos materiais didáticos e objetos utilizados nas aulas em armários no entorno da sala.

Sendo assim, podemos inferir que não somente as aulas teóricas, tinham sua importância na rotina dos menores educandos. Para os higienistas, as instituições educacionais deveriam se responsabilizar pelo desenvolvimento e manutenção da vida dos menores. Na figura 10 podemos observar como aconteciam as aulas de desenho. Era uma sala com carteiras adequadas para o menor educando ter condições e exercitar o desenho além de colocar os materiais utilizados na aula. Percebe-se também que havia um quadro no fundo da sala onde os menores educandos fixavam os desenhos. A sala de aula era ornamentada por quadros com desenho e pinturas, além de outros artefatos.

As primeiras oficinas implementadas no Instituto foram as de fundição e a de tipografia. No Instituto Lauro Sodré as oficinas desenvolviam um aprendizado direcionado a desenvolver as habilidades manuais dos meninos, sobretudo na intenção de dar uma formação profissional capaz de desencadear esse conhecimento após saída da instituição.

As oficinas em instituições que abrigavam e instruíaam meninos desvalidos ao longo do século XIX e início do século XX tiveram a mesma égide. A formação baseava-se em ensino primário, desenho, geometria, música e das oficinas profissionalizantes. A intenção era formar meninos que tivessem uma educação, mas sobretudo uma formação profissional que desse aos aprendizes a possibilidade de descoberta das suas aptidões. Esse formato era quase que universal por parte das instituições que abrigavam, instruíaam e educavam meninos desvalidos. É bem verdade que nem sempre os meninos descobriam suas habilidades e aptidões. Cabia aos mestres das oficinas esse papel.

Nas oficinas de tipografia, encanador, funilaria, marcenaria, sapataria e serralheiro, os meninos frequentavam cotidianamente sob a orientação de mestres das oficinas que ocupavam de uma função: de um lado, desenvolver manual e cognitivamente as habilidades dos meninos, ou seja, de identificar entre os meninos aqueles que tivessem talentos e aptidões manuais; de outro, através das peças produzidas nas aulas, os meninos atenderem às demandas do Estado. Ademais, os meninos paraenses encontravam no Instituto Lauro Sodré o melhor estímulo para estudar e habilitar-se ao desempenho de múltiplas especialidades de aprendizado.

De certa forma, os meninos foram utilizados como mão de obra barata e, portanto, atenderam às elites locais. Entretanto, o discurso das autoridades era de que essa formação qualificava os meninos desvalidos a terem um ofício para que quando saíssem da instituição tivessem como se manter, uma vez que, entraram na instituição como desvalidos e que sairiam na mesma condição. Há também uma possibilidade de que essa formação atendeu também as demandas de profissionais que a cidade de Belém precisava. Uma delas foi a oficina de alfaiataria que aproveitava os pequenos aprendizes do Instituto Lauro Sodré para atender às alfaiatarias espalhadas pela cidade. Provavelmente, tal situação também favoreceu às demandas de sapateiros que atuavam no entorno da periferia da cidade de Belém. Indiscutivelmente, havia um favorecimento da formação de um ofício aos meninos aprendizes do Instituto.

No relatório do Instituto Lauro Sodré de 1899 há descrito o quantitativo de meninos que frequentavam às aulas nas oficinas: Carpintaria (17 alunos), Funilaria (24 alunos), Sapataria, Surrador, Curtidor e correeiro (14 alunos) e Alfaiataria (27 alunos).

**Figura 11** – Fotos dos educandos trabalhando na oficina de alfaiataria.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

O trabalho realizado por cerca de 29 menores educandos que na data de 1º de dezembro constituíam o trabalho na oficina de alfaiate, a qual era voltada para o desenvolvimento e produção da costura manual, medidas e moldes, costura a máquina, cortes feitos a mão e na máquina, confecção de roupas em geral, pregar botões a mão e nas máquinas e obras de sirgueiro, como por exemplo, a confecção de gorros, bonés, divisas etc. Na figura 11 é possível termos uma ideia de como aconteciam as aulas da oficina de Alfaiate. No galpão os meninos eram distribuídos por tarefas: um grupo aplicava os moldes; outro grupo cortava o tecido; outro grupo costurava nas máquinas e, por fim, outro grupo costurava as peças produzidas à mão. Os menores que costuravam eram dispostos à mão sentavam-se em pequenos bancos para realizar a tarefa.

Intenso era os trabalhos realizados pelos alunos que escolhiam esse ofício, pois eram responsáveis por suprir a produção de roupas de instituições públicas do governo, para a cadeia da cidade, bem como para o regimento militar, uniformes para grupos escolares e para pedidos particulares.

**Figura 12** – Lista de produtos feitos na oficina de alfaiates no Instituto Lauro Sodré.

ALFAIATE	
<i>(Esta officina tem 20 alumnos aprendizes)</i>	
De 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro, esta officina manufacturou o seguinte :	
Para o Regimento Militar do Estado:	
Blusas pardas .....	2.825
Calças .....	3.471
Calças brancas.....	2.922
Camizas .....	1.617
Ceroulas .....	1.898
Capas de gorros .....	1.830
"    de kepis .....	692
Gorros de panno.....	2.374
Divisas para o 1.º sargento .....	62

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

**Figura 13** – Lista de produtos diversos da oficina de alfaiates no Instituto Lauro Sodré.

Divisas para 2.º sargento.....	101
"    "    furrteis .....	25
"    "    cabos.....	201
"    "    anspeçadas.....	214
Para os alumnos :	
Fatos de dril azul.....	1.399
Ditos de brim branco.....	447
Fatos de flanela.....	282
Capas de bonets.....	386
Tiras para capas .....	291
Lenções .....	570
Fronhas.....	182
Para os presos da cadeia S. José :	
Fatos (blusa e calça) .....	980
Para particulares :	
Fatos (paletot e calça).....	50
Para o estabelecimento :	
Toalhas.....	13
Pannos para armarios.....	18
Sacco para café.....	1
Para o serviço Sanitario :	
Becas de brim branco.....	6
"    "    "    pardo.....	6

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Nas figuras 12 e 13 podemos constatar uma lista de vestuários que eram produzidos pelos meninos no instituto, além da quantidade das peças. Para o regimento militar do Estado, em 1904, os meninos produziram aproximadamente 17.691 peças para os vestuários dos militares (figura 12). Na figura 13 verificamos que além de produzirem para os órgãos militares do governo, os educandos produziam peças para

os presos da cadeia pública e para os serviços sanitários do Estado. Os menores educandos da instituição produziram 3.497 entre vestuários e roupa de cama, como lençóis e fronhas.

Podemos inferir que os menores educandos pertencentes ao Instituto Lauro Sodré trabalhavam de forma incansável de modo a desenvolver sua aptidão referente ao ofício ao qual se dedicavam. Pelos seus trabalhos, eles recebiam um certo valor de remuneração que era definido pelo diretor da instituição. Este valor era tido como pecúlio, o qual era reservado e guardado até o menor educando finalizar sua educação o educando saísse da instituição com uma reserva financeira produzida por seus trabalhos na oficina.

Ao educando cabia escolher em qual oficina ele trabalharia de modo que essa escolha fosse feita de acordo com sua facilidade de aprendizado, perante o trabalho manual que tinha mais afinidade. Outras oficinas desenvolvidas no instituto como marcenaria, carpintaria de moldes e torneiro atraíam os menores. Neste ofício, os educandos tinham contato com trabalhos voltados a carpintaria em geral, produção de samblagens e respingamentos, carpintaria aplicada, marcenaria e moldes de madeira,

A oficina de carpintaria contava com um total de 80 alunos aprendizes que fabricavam diversos produtos, principalmente para o Estado, como por exemplo: carteiras para a escola de farmácia, quadros pretos para as instituições de ensino, mesas para professores; ao Instituto suas produções se voltavam para puxadores, carteiras, bancos estantes etc. Além disso, realizavam trabalhos para pessoas externas à instituição. Os menores educandos produziam maçanetas, caixilhos, armários, pequenas estantes, balaústres, prancheta pequenas etc.

Os espaços voltados às oficinas eram tidos como espaçosos e buscavam constituir de todo o material necessário para o pleno desenvolvimento do educando no ofício escolhido, como podemos ver abaixo.

Na figura 14 constatamos a utilização de máquinas para corte de madeira na oficina de marcenaria. O manuseio das máquinas era fiscalizado pelos mestres para que não ocorresse acidentes entre os menores, por isso na sua utilização deveria ocorrer intensa supervisão dos mestres das oficinas. Nesta oficina geralmente os meninos mais velhos eram os que manuseavam as máquinas sob a coordenação do mestre. Os demais meninos ficavam a selecionar as peças de madeira e a confeccionar as mobílias. Não era raro casos de educandos que se acidentavam nesta oficina.

**Figura 14** – Oficina de marcenaria do Instituto Lauro Sodré.



Officina de Marceneiro.

Typ. ALLARD & Cia.

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

**Figura 15** – Oficina de typografia do Instituto Lauro Sodré.



Officina de Typographo.

Typ. ALLARD & Cia.

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Aos alunos que não se identificavam com as oficinas de alfaiate e marcenaria, havia ainda a possibilidade de trabalhar na oficina de tipografia. A oficina produzia material impresso em preto e branco, como: mapas, prospectos, tiragens de tempo fixo, composição e impressão de livros, etc. Por volta de 1904, a oficina era constituída por 15 educandos que realizaram diversos trabalhos para instituições como, o Regimento

Militar do Estado, a Secretaria da Justiça, para a Câmara dos deputados, para a Secretaria de obras públicas, para o gabinete do governador, bom para o serviço de águas, Museu Goeldi e para o próprio Instituto Lauro Sodré, bem como de pedidos particulares. Podemos vislumbrar o quantitativo de impressões realizadas nesta oficina a partir dos dados fornecidos pela monografia em 1904.

Na figura 15 é possível perceber que os meninos menores de idades frequentavam esse espaço. As máquinas de impressão e encadernação também atendiam ao governo do Estado. É possível notar pelas vestimentas dos menores educandos, que se constituíam de blusas de mangas compridas, assim como calças que cobrissem a extensão das pernas, de modo a proteger os corpos dos menores educandos que trabalhavam nessa oficina. Percebe-se também pela imagem fotográfica que cada obtinha um lugar de trabalho na oficina, como por exemplo, as máquinas de maior tamanho eram direcionadas aos alunos mais velhos, já os menores, assumiam outros tipos de trabalhos, de modo a otimizar o espaço de trabalho e produzir mais bens para a sociedade e para o Estado. Na figura 16 constatamos que para os órgãos do Estado, no ano de 1904, os educandos produziram na oficina de tipografia 41.005 entre papel, envelopes, cartões etc.

**Figura 16** – Parte das produções feitas na oficina de typografia do Instituto Lauro Sodré.

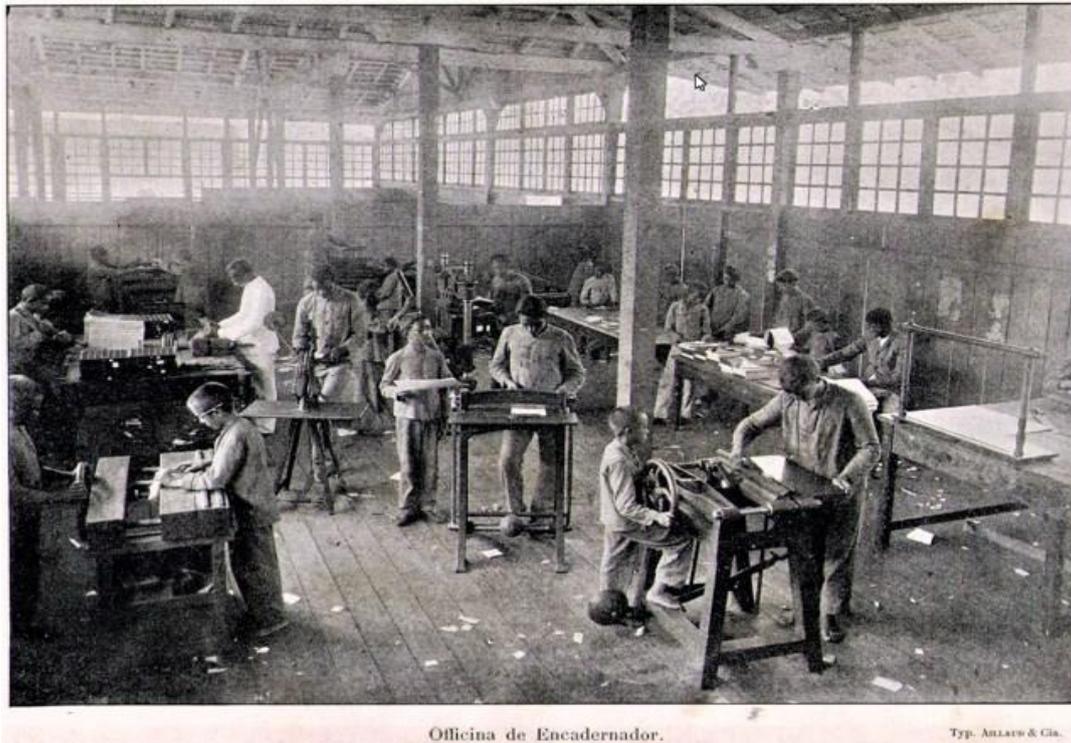
Para o Regimento Militar do Estado :	
Papel, cartões e envelopes.....	19.105 impressões
Para a Secretaria da Justiça:	
Papel, cartões e envelopes.....	21.900 impressões

**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Outro ofício ensinado na instituição era o de encadernador. Os menores educandos eram responsáveis por desenvolver e produzir encadernações e brochuras. No ano de 1903, por exemplo, esta oficina constava com um quantitativo de 39 alunos aprendizes, produzindo neste mesmo ano cerca de 766 encadernações e 5.568 brochuras; suas produções assim como as demais já descritas eram voltadas para instituições públicas e particulares do Estado. Na figura 16 identificamos nas aulas da oficina de encadernação várias máquinas que cortavam o papel, faziam a brochura e a

encadernação. Pela imagem é possível afirmar que era uma oficina bastante frequentada pelos educandos na sua formação profissional.

**Figura 17** – Oficina de typografia do Instituto Profissional Lauro Sodré.



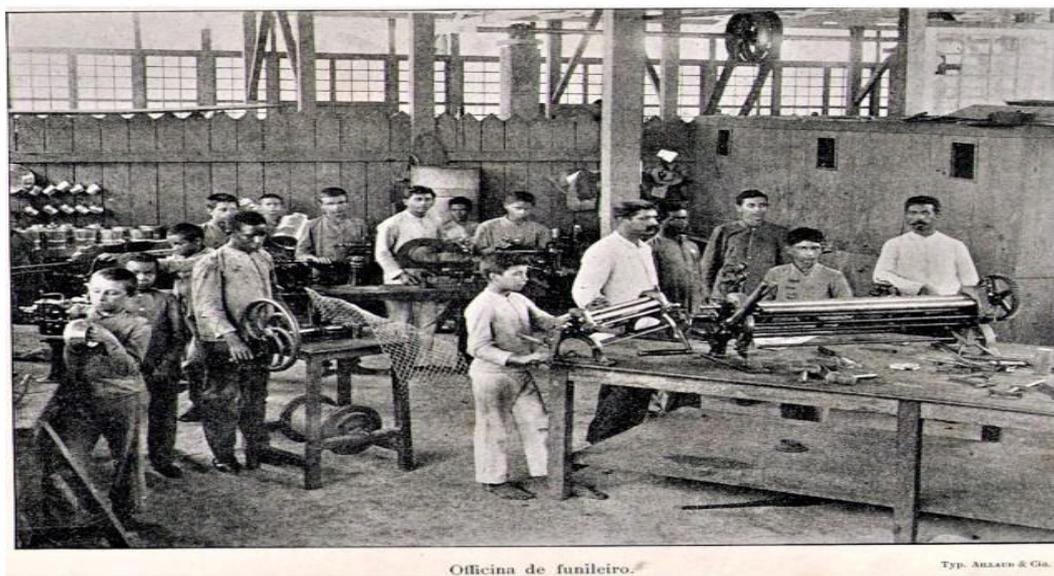
**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

A diversidade de ofícios disponibilizados no Instituto Lauro Sodré beneficiava os educandos, visto que estes podiam explorar suas aptidões para a costura, para produção de mobília e objetos de madeira, ou para trabalhos manuais com metais.

A oficina de funilaria, em 1904, contava com a participação de 19 menores educandos, que aprendiam a trabalhar com corte e soldagem, manipulavam folhas de zinco e cobre, produção de calhas, canos para depósitos, utensílios de cozinha e de copa, baús de folha, fabricavam telas de Arame e adquiriam bom conhecimentos dos funcionamentos das máquinas que eram utilizadas para realizar o trabalho descrito; podemos observar na figura acima que os menores educandos com estrutura física mais franzina eram auxiliados pelos maiores na produção dos matérias, como no canto inferior direito, onde vemos um educando menor girando a roldana presente na máquina utilizada por um educando mais velho para corte de placas de ferro. É importante destacar que no ano de 1904 esta oficina produziu cerca de 703 peças voltadas para instituições do Estado, bem como fez diversos concertos para pessoas externas e para o próprio Instituto Lauro Sodré.

Os trabalhos realizados nas oficinas do instituto eram intensos. No ofício de ferreiro e serralheiro mecânico, os menores educandos realizavam trabalhos de forja e lima, adquiriam conhecimento dos metais e ligas, produziam gradeamento e fundição de ornatos, serralheria aplicada e mecânica, realizavam ainda gravações e soldaduras de ferro, ajustavam os encanamentos e desenvolviam seus conhecimentos sobre as máquinas de cortar, furar, dobrar e malhar e dos motores a vapor e a petróleo.

**Figura 18** – Oficina de funilaria do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Em 1904, nesta oficina trabalhavam 38 aprendizes que confeccionavam diversos produtos. Os menores educandos produziram para o hospício de alienados cerca de 26 grades, 24 colunas, 150 parafusos, 2 portões e uma bandeira. Já para as oficinas, produziram 5 tenazes, 2 grifos, uma travadeira, 2 luvas, dentre outros. Para o próprio estabelecimento os alunos produziram balaústres para o encanamento dos banheiros, arnelhas para assentamento de máquinas e para carroça da instituição.

O cotidiano dos menores aprendizes dentro da oficina desenvolvendo seus trabalhos de Ferreiros e serralheiros era acompanhado por mestres que orientavam manuseio das máquinas. Cabia também aos mestres observar as habilidades manuais dos educandos durante a atividade de produção. Na figura 19 podemos identificar a dinâmica das aulas na oficina de ferreiro e serralheiro.

**Figura 19** – Oficina de ferreiro e serralheiro do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Outro ofício proporcionado pelo instituto Lauro Sodré era o de sapateiro-correio. Nesta oficina, os menores aprendizes trabalhavam com a costura manual, aprendiam a pregar e juntar calçados, cortavam e costuravam, fabricavam calçados e arreios, além de aprender sobre o funcionamento das máquinas para os fins desejados nestas produções. No ano de 1903 esta oficina constava com o quantitativo de 22 menores educandos responsáveis pela produção de sapatos para os alunos da própria instituição e para o regimento militar, sendo que para estes era produzido botas e coturnos, realiza vão também uma produção de produtos de pedidos particulares.

Na figura 20 é possível observar que o galpão onde funcionava a oficina de sapateiro era dividido por tarefas para produção das peças. Havia o grupo que cortava o couro e outros grupos de menores educandos que trabalhavam no manuseio de máquinas para costurar as peças, os quais eram compostos por educandos mais experientes e com maioridade, visto que requeria não apenas habilidades para manuseio das máquinas, cuidado na utilização das máquinas de corte. Por fim, o grupo de menores educandos que faziam a costura à mão, como se vê na fotografia abaixo onde há um grupo de menores educandos no canto inferior direito. Observamos pela estatura dos

menores educandos que eles realizavam a tarefa de costura à mão, ou seja, este trabalho era voltado para os educandos menores de idade, visto que era um trabalho menos perigoso.

**Figura 20** – Oficina de sapateiro do Instituto Lauro Sodré



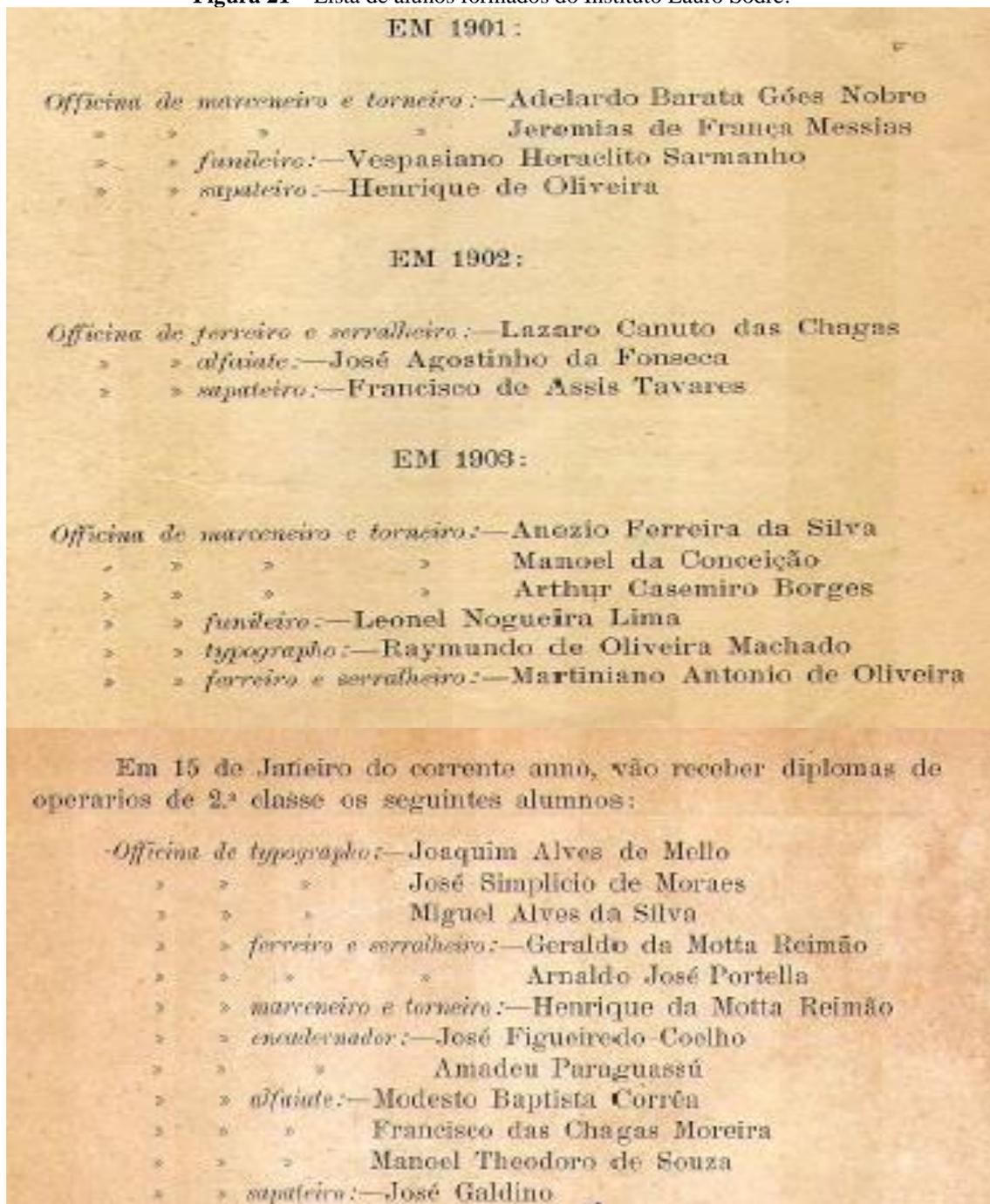
**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

O Instituto Lauro Sodré buscava educar os menores desvalidos através do ensino teórico e do ensino profissional, sendo este último dividido em agrícola e industrial como já descrito anteriormente. Ao final de sua educação, o educando saía do Instituto com uma formação para o trabalho, ou seja, durante sua permanência na instituição os conhecimentos manuais desenvolvidos dentro das oficinas o preparavam para o mundo externo, mais propriamente dito, para suprir as necessidades de mão-de-obra para o desenvolvimento da cidade.

### **3.7. DESLIGAMENTO DOS ALUNOS**

No capítulo XI da monografia há uma lista de nomes de alunos que foram desligados do Instituto por conta da conclusão de seus cursos, podemos ver alguns desses na sequência de figura 21.

**Figura 21** – Lista de alunos formados do Instituto Lauro Sodré.



**FONTE:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904.

Fala-se muito da inovação e desenvolvimento da educação profissional no Instituto Lauro Sodré, sendo este um dos motivos pelo qual ele se tornou uma instituição educativa amplamente reconhecida no Brasil. Diversos viajantes que chegavam em Belém para conhecer a região, visitavam o Instituto Lauro Sodré em razão do grande prestígio que o instituto despertava nas autoridades. Geralmente eles distribuíam elogios, como, por exemplo, o Sr. A. das Neves e Mello, Consul de S. M.

Fidelíssima que disse: “*o paiz que tem a Felicidade de possuir um instituto d’esta ordem, é na verdade, é um grande paiz, pois, fazendo progredir a agricultura, as artes e as indústrias, promove a Felicidade e bem-estar de todos os cidadãos e concorre para elevar ao seu nível moral e social. Bem haja pois, o digno governador, que d’este modo fomenta o progresso do estado, e bem haja o enérgico e ilustrado diretor-geral, que tão bem comprehende a nobre e difícil missão que tão magistralmente desempenha*”. Outro personagem que deixou registrado sua impressão do Instituto foi L. Cruls, em 17 de fevereiro de 1901, o qual relato que “*o instituto Lauro Sodré, que acabo de visitar, e que qualquer paiz civilisado se honra de possuir, constitui a mais palpável prova de adiantamento intelectual do povo paraense*”. Não podemos deixar de mostrar o relato (traduzido) feito pelo cônsul da França, J. Caula em fevereiro de 1901, o qual assim descreveu sua experiência no Instituto

*“minha visita há um instituto Lauro Sodré não passou de uma série de agradáveis surpresas; primeiro a vista exterior deste edifício verdadeiramente rico, depois uma instalação interior digna de todos os elogios pela limpeza, ordem e disciplina; dormitórios Bastos e bem compreendidos, um excelente refeitório, salas de aulas e todas as outras dependências correspondentes. O artesanato e a agricultura são objeto deste vasto estabelecimento onde cerca de 400 crianças encontram uma educação séria e prática que lhes permite ganhar a vida e tornarem-se cidadãos honrosos. O estado do Pará deve se orgulhar desta instituição e o senhor Ernesto matoso, seu diretor geral também deve se orgulhar de responder com seu talento na boa administração do instituto, de forma digna de louvor a difícil tarefa que este governo tenha ela confiada, não termino sem registrar com imenso prazer agradável impressão química usou a marca de simpatia que me foi dada, ou melhor, dada ao meu país, esta manhã, quando vi a boa música das crianças do instituto tocando a Marselhesa”.*

Estes são apenas alguns dos relatos de viajantes que em suas palavras demonstraram a excelência e importância dada ao instituto Lauro Sodré, visto como uma instituição de formação teórica e profissional de menores desvalidos que ao adentrarem neste espaço, passam a possuir a oportunidade de desenvolver um ofício e assim se transformar em um ser útil para a sociedade.

No entanto, este não foi o único diferencial desta instituição de ensino, ela também é o berço da criação da sociedade beneficente governador Montenegro, a qual se constituía por funcionários do instituto que gozavam do mesmo entendimento sobre

a importância da educação profissional e principalmente era organizada perante um regimento rigoroso, como veremos a seguir.

### **3.8. CRIAÇÃO DA SOCIEDADE BENEFICENTE**

No dia 15 de setembro de 1903 criou-se a Sociedade Beneficente intitulada “Governador Montenegro”, a qual era voltada exclusivamente para empregados do Instituto Lauro Sodré. Esta sociedade era regida por um estatuto que declarava os seus fins bem como os deveres dos sócios, seus direitos, penalidades para expulsão dos sócios, eleições, deveres dos funcionários etc.

A primeira regra presente no estatuto da Sociedade Beneficente era que ela estava sendo fundada na cidade de Belém, capital do Estado do Pará e que seria composta somente por empregados do instituto. A finalidade da Sociedade era comemorar com uma sessão solene, no dia 26 de junho, o natalício do governador Augusto Montenegro, o qual era patrono da sociedade, no mais, a Sociedade beneficiaria os seus sócios em conformidade com os direitos dispostos no estatuto.

Para se tornar sócio era necessário principalmente ser empregado no Instituto Lauro Sodré e solicitar sua inscrição à diretoria da instituição, bem como se inscrever e contribuir para a organização da Sociedade. Além disso, poderia ainda tornar-se sócio benemérito, pessoas externas à instituição, porém essas pessoas deveriam contribuir com a importância de 100.000 réis para o caixa da Sociedade Beneficente e aprovação da assembleia geral

Qual adentrar na sociedade os sócios recebiam deveres que deveriam ser cumpridos, como por exemplo: pagar 5000 réis, incluindo o diploma; pagar 1000 réis de mensalidade; cumprir fielmente as disposições do estatuto e as deliberações da assembleia geral e principalmente estar presente nas seções ordinárias e extraordinárias das assembleias gerais.

Além dos deveres, os sócios teriam o direito: (a) de votar e ser votado para qualquer cargo da associação; (b) tomar parte nas reuniões da assembleia geral apresentando propostas, denúncias e o que julgar de interesse para a associação e por último (c) o sócio não poderá exercer mais de um cargo.

Diante de deveres e direitos, o estatuto da Sociedade Beneficente nos traz as penas sofridas pelos sócios em caso de má conduta, sendo assim, perderiam os seus direitos: (1) os sócios que fossem demitidos do instituto; (2) os que se recusaram a prestar contas; (3) os que deixaram de pagar suas mensalidades durante quatro meses,

quando não estiveram doentes; (4) os que prejudicaram a Sociedade direta ou indiretamente, além da responsabilidade civil e criminal em que incorreram, por fim, (5) o sócio que eliminado da sociedade perdia o direito à importância que tivesse recolhido aos cofres da associação.

A respeito das eleições para os cargos da associação, estas ocorriam na data do dia 3 de junho de cada ano e era tida como secreta. Todo e qualquer sócio poderia votar e ser votado, exceto os que não tinham suas mensalidades em dia. Contudo, até o mês anterior a votação principalmente os beneméritos não efetivos. Cada sócio poderia votar com 2 chapas, sendo uma para membros da diretoria, contendo o nome para vice-presidente, um para primeiro secretário, um para segundo secretário, um para tesoureiro e um para procurador, sendo o cargo de presidente ocupado pelo diretor do instituto Lauro Sodré, com 3 nomes para o conselho fiscal.

Após a eleição realizava-se a posse dos membros eleitos, esta ocorria no dia 15 de setembro de cada ano, realizando-se a entrega de diplomas de novos sócios. No dia 26 de junho de cada ano comemorava-se em sessão solene o aniversário natalício de seu patrono Augusto Montenegro.

Após a votação para membros da diretoria e conselho fiscal da sociedade beneficente, ocorria em dias estabelecidos as assembleias gerais, as quais eram compostas por sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos. Esta reunião era responsável por eleger todos os funcionários eletivos da associação, tomar conhecimento de todos os recursos que lhes eram dirigidos, bem como resolver os problemas apresentados que eram caracterizados como máxima importância. As decisões da assembleia geral eram tomadas por maioria relativa de votos, salvo quando se tratasse da dissolução da sociedade a qual seria necessário 2/3 do número total dos sócios contribuintes.

O estatuto da sociedade beneficente traz uma série de deveres que deveriam ser cumpridos pelos funcionários participantes. Ao presidente competia presidir e dirigir os trabalhos das seções da assembleia e da diretoria; bem como fazer observar todas as disposições constantes no estatuto. O diretor deveria tomar conhecimento dos pedidos feitos por alguns dos membros da diretoria do conselho fiscal ou dos requerimentos realizados pelos sócios, como por exemplo, a convocação extraordinária de assembleias gerais.

Ao segundo secretário instituía-se que ele deveria substituir o vice-presidente, caso necessário; expedir ofícios e correspondências da associação sob as vistas do

presidente, convocar as sessões a assembleia geral, por ordem do presidente, bem como fazer a inscrição dos sócios que requisitarem.

Tesoureiro competia ter sob sua guarda a imediata responsabilidade de todos os títulos de valor e dinheiro que formavam o fundo social da sociedade, o funcionário que assumisse essa posição precisaria prestar contas trimestralmente a diretoria, bem como dar ao conselho fiscal as informações que lhes fosse exigida e principalmente apresentar nos dias 3 de junho e 25 de janeiro de cada ano à comissão fiscal um balanço geral do estado das finanças sociais.

O capítulo X do estatuto da Sociedade Beneficente destaca a respeito do conselho fiscal, o qual era responsável por examinar as contas da associação nos prazos estabelecidos, dando o seu parecer por escrito. Deveria o conselheiro apresentar nas reuniões da assembleia geral as contas e o parecer dos exames anteriores, como também, analisar as contas do tesoureiro e da diretoria, dando um parecer sobre as contas pagas e regularidade destes pagamentos.

Os valores que a sociedade recebia se caracterizava como fundo social e eram constituídos por joias e mensalidades dos sócios, juros de apólices de qualquer espécie, donativos de qualquer origem legal e outra qualquer renda eventual. O estatuto previa que em caso de dissolução da associação, os fundos sociais seriam igualmente distribuídos pelos sócios existentes que estiverem com seus pagamentos mensais regulares.

Um dos principais motivos que levava a sociedade a receber sócios externos era a sua disponibilização de benefícios e para que estes fossem recebidos era necessário que os sócios estivessem quites com a sociedade no período de 1 ano de sua inscrição; quando isso ocorria, os participantes tinham direito aos seguintes benefícios: em caso de adoecimento grave ou moléstia comprovada, era direcionado ao médico e botica e ao juízo da diretoria para cuidados desse sócio, sendo financiados por recursos da associação. Em caso de falecimento, a sociedade disponibilizaria a quantia de 300.000 réis para auxílio do funeral e o sócio que se encontrar em uma das situações citadas ficaria por determinado tempo isento de contribuição.

Por fim, o capítulo XIII presente no estatuto da Sociedade Beneficente, de 1904, era facultado aos sócios que forem demitidos do cargo que ocupavam no instituto fazer parte da associação, bem como não eram obrigados a pagar suas mensalidades e realizar suas obrigações. Além disso, todo sócio eleito para qualquer cargo não teria o direito de recusá-lo sob nenhuma hipótese e, por fim, o sócio que for eliminado, perde o direito

não só da importância que tiver recolhido aos cofres sociais, como todo e qualquer direito de sócio. Os sócios que compunham a Sociedade Beneficente compartilhavam do pensamento que o ensino profissional preparava uma precoce maturidade, enquanto a educação demasiadamente clássica contribuía para uma infância educada. Este foi um dos motivos pelo qual a sociedade recebe o nome de Sociedade Beneficente Governador Montenegro, visto que esta agremiação era visto como um importante personagem no processo de desenvolvimento e eficácia do ensino profissional nos Instituto Lauro Sodré, o qual era uma casa de instrução e de trabalho.

Compartilhava-se o pensamento de que o ensino profissional era o único que, após a escola, forte ficava com segurança a personalidade individual dos menores desvalidos. A educação do povo que não visava o ensino profissional, seja ele agrícola ou industrial, era tida como sem ponto de apoio, uma frase citada nos discursos de inauguração da associação é que o ensino profissional proporciona “o luxo na miséria” (Monografia, 1904).

O ensino profissional sob a ótica política era considerado como elemento importante para o aperfeiçoamento da democracia. Os membros da sociedade compartilhavam do orgulho de que o instituto preenchia o seu verdadeiro fim, que era o de formar operário hábeis e instruídos para as artes e indústrias mais necessárias para a sociedade da época; diziam que era uma grande vantagem o ensino adotado na instituição, o qual era de ter a escola ao lado da oficina, pois “quando o espírito trabalha, repouso corpo, e vice-versa, é o meio mais eficaz de fortificar a ambos”. (Monografia, 1904).

Podemos inferir a partir das informações contidas na monografia que os membros da sociedade beneficente, constituída principalmente por membros da elite social buscavam no ensino profissional prover uma educação e formação aos educandos diretamente relacionadas com as necessidades que a cidade possuía naquele momento, como por exemplo, o de desenvolvimento e criação de monumentos, prédios, avenida, dentre outros, para que assim Belém pudesse ser vista por seus visitantes como uma cidade civilizada regida sob os padrões europeus.

## SEÇÃO 4



O DECLÍNIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE  
MENORES DESVALIDOS (1916 A 1917)



*“Da minha visita a este grande estabelecimento, levo a mais grata impressão de zelo e patriotismo com que é administrado. No nosso paiz, não ha Instituto que se lhe compare pela gradeza e pela boa ordem. E ele constitue um padrão de Gloria para os administradores do Pará”.*

*Visita do Sr. J. Furtado de Mendonça (Engenheiro)*

*11 de dezembro de 1903*

#### **4.1. RELATÓRIO DE TEODORO BRAGA: A SITUAÇÃO PRECARIA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ NA DIREÇÃO DO DR. ANTONIO MARÇAL:**

Na segunda década do século XX, o diretor do Instituto Lauro Sodré, Theodoro Braga, assume a direção da instituição. Em razão do declínio da economia da borracha por volta de 1916, o referido diretor encontra o Instituto em total abandono e com problemas no ensino e na infraestrutura física do prédio. Portanto, o imponente prédio do Instituto já não guardava o valor que tivera nos Governos de Lauro Sodré e Paes de Carvalho, respectivamente.

Mas, quem foi Theodoro Braga?

Theodoro Braga foi um grande pintor na primeira metade do século XX, contribuindo significativamente para as Artes Plásticas. Nasceu em 1872 em Belém do Pará. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1893. Em 1908, a convite do intendente Antônio Lemos presenteou Belém com o quadro “A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará”. Em 1921, já morando no Rio de Janeiro, atuou como professor da Escola Nacional de Belas Artes e dirigiu o Instituto de Formação Profissional João Alfredo. Entre os anos de 1908 e 1921, fixou residência em Belém do Pará, sua terra natal, onde dirigiu o Instituto de Formação Profissional Lauro Sodré. Como diretor ministrou aulas de desenho artístico aos menores educandos do referido instituto. Braga via na educação um instrumento importante para a nacionalização e democratização das artes. Como educador atuou diretamente na formação de jovens para o desenho e pintura. Morreu em 1953 em São Paulo.

De acordo com relatório de 85 páginas sobre o Instituto Lauro Sodré escrito por Theodoro Braga<sup>19</sup>, que dirigiu o Instituto em questão durante o período de 01 de maio de 1916 a 28 de fevereiro de 1917, o referido diretor informa ao próximo diretor do Instituto Lauro Sodré as condições vivenciadas por ele durante sua gestão, bem como esclarece informações divulgadas acerca de suas ações. Braga explicita que os educandos viviam com poucos recursos e em más condições, relatou também os

---

<sup>19</sup> Bacharel em Direito que optou pela carreira de artista plástico e professor. Formado pela Escola Nacional de Belas (ENBA) em 1899, foi premiado com viagem de cinco anos à Europa para estudos de aperfeiçoamento. Em Paris, frequentou o atelier de Jean-Paul Laurens, especializando-se em pintura histórica. De volta ao Brasil e à sua terra natal nos últimos anos da Belle Époque, após exposição em que apresentou seu projeto ornamental de arte decorativa, A planta brasileira (copiada do natural) - aplicada à ornamentação com aproveitamento da fauna e flora brasileira, encontrou no intendente Antônio Lemos seu patrono maior, de quem recebeu convite para pintar a fundação da cidade de Belém, obra de reconhecido valor histórico. Após conhecer a vasta produção de objetos em cerâmica deixados pelos antigos indígenas da ilha do Marajó, no Pará, empenhou-se em criteriosa pesquisa que o ajudaria no embasamento de sua proposta de nacionalização da arte brasileira. Em Belém, suas primeiras experiências no ensino se deram no Liceu Paranaense e no Instituto Lauro Sodré

recursos que destinava para produção de uniformes dos alunos, bem como deixou claro que realizava pagamento aos educandos dos serviços realizados nas oficinas do Instituto, mostrando o contraponto com a gestão posterior a sua.

É notório o relato de indignação de Braga para com as instalações do prédio do instituto, assim como, das direções anteriores do Instituto. Fez diversas críticas aos trabalhos dos mestres dentro das oficinas na formação profissionalizante dos menores desvalidos. Além disso, faz referência à alimentação dos alunos, a qual é dita como abominável antes de sua gestão, deixando expresso sua indignação pelo mal uso dos recursos alocados para a instituição.

Sobre o currículo da instituição e a forma como administrado às aulas de educação física fez referência de que elas ocorriam de modo complementar às de educação cívica. Havia também as aulas de música, a banda sinfônica e as aulas de desenho à mão livre e desenho geométrico.

No relatório é possível identificar informações acerca dos menores educandos presentes nas oficinas, o balancete das mesmas, além de um quadro com o movimento do dinheiro recebido e os gastos com as despesas, bem como relata as diversas ocorrências, como por exemplo, chegada de materiais e atividades realizadas pelos educandos.

Braga relata práticas irregulares feitas no Instituto, como desvio dos alimentos que deveriam servir à alimentação dos alunos, inclusive citando nomes dos envolvidos; durante seu relato deixa claro sua indignação perante as atividades que prejudicavam os educandos e sua vivência no Instituto.

É abordado pelo Braga documentos oficiais e a imprensa de Belém a respeito de sua administração, trazendo assim, notícias que foram divulgadas do Instituto sobre sua direção. Braga finaliza sua escrita se referindo ao Governo do Estado sobre o Instituto Lauro Sodré, lhe informando que o mesmo, segundo suas palavras, “não é um manicômio nem uma correção. Para educar o espírito no exercício nobre de uma profissão liberal faz-se necessário abstrair-se do pieguismo e do afilhadismo etc”.

Esta fonte documental é muito importante para desmistificar a visão romantizada do Instituto Lauro Sodré, uma vez que Braga nos mostra como era a vida dos educandos dentro da instituição que na verdade estava passando por diversos problemas de ordem estrutural e financeira.

Ainda neste relatório a “construção, descrição do edifício e dependências” relata a construção do edifício, incluindo detalhes minuciosos como a metragem do terreno;

discorre sobre as oficinas do Instituto (infraestrutura) e, por fim, contém a planta do prédio. Há também a “organização pedagógica e administrativa, cursos teóricos e práticos - pessoal - horário e regime”, destacando o **regimento** que reorganizou o Instituto Lauro Sodré, trazendo o seu direcionamento, relatando o que era necessário para ser admitido no Instituto e o que era necessário para ser desligado do Instituto.

#### **4.2. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO EDIFÍCIO DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Sobre as condições das oficinas, Braga diz que os galpões estavam em Estado de decadência e sem a menor estrutura para as aulas dos menores. Os telhados dos galpões que funcionavam as oficinas estavam quebrados e sem reparos, bem como possuíam equipamentos antigos. Braga relata que após mudanças conseguiu ajustar alguns equipamentos, fazendo assim com que o trabalho dos menores nas aulas fluísse e gerasse um maior rendimento financeiro ao Instituto. Outros relatos acerca dos espaços da instituição são feitos por Braga durante a sua gestão.

Um dos pontos mais interessantes descritos no livro é a descrição do edifício do Instituto Lauro Sodré feita pelo autor em um relatório que está em anexo feito ao Governador da época, pois o mesmo traz consigo a realidade vivenciada, visto que parafraseando sua escrita, mesmo que o Instituto tenha sido construído solidamente, durante sua direção, ele já se encontrava em deterioramento. Os encanamentos já obstruídos, as calhas remendadas e concertadas diversas vezes, inúmeras goteiras etc. Braga fala da falta de 150 vidraças de janelas, a fiação elétrica que necessita de cuidados e é tratada por um educando, sendo este responsável por remendos. Ele relata outros problemas estruturais no Instituto no qual representava um total descuido com reconhecido estabelecimento de ensino. Diz ele que tal desleixo dava “um aspecto triste e abandonado”.

Braga relata o envio de alguns documentos que estavam sob guarda do Instituto em seus arquivos, mas que nada tinham a ver com sua gestão. Ele é informado acerca do funcionamento das arrecadações para o Instituto, sendo esta de 3 tipos: uma para o material de tipografia e encadernação, uma para o material das oficinas de sapataria e alfaiataria e a última abrangendo os materiais das outras oficinas, guarda objetos e para a cozinha. Estas arrecadações também auxiliavam na produção de vestimentas para os educandos.

Com relação ao compartimento onde se guardava as roupas dos educandos, ele diz que se encontravam em total abandono, com ratos e sem as vestimentas necessárias para as aulas. Após sua chegada, Braga traz em suas atitudes os ideais higiênicos necessários para convivência adequadas dos menores.

Braga destaca ainda que a instrução teórica era realizada por 4 professores normalistas, um para cada ano do curso elementar, segundo a organização do ensino público oficial. Já a instrução técnica é dita que não aconteceu de modo correto, visto que a parte comercial da execução de encomendas diversas e apressadas impedem a instrução do aluno, substituindo-a pelo que é chamado de empirismo contraproducente. Há também a instrução cívica, realizada durante o período em questão pelo capitão do 2º corpo de infantaria a pedido do então diretor da instituição que tinha como objetivo a formação tardia de um corpo de escoteiros.

#### **4.3. PROBLEMAS NA MANUTENÇÃO DAS OFICINAS E DO ENSINO NO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Theodoro traz em seu relatório relatos de como ocorria a instrução de menores desvalidos no Instituto Lauro Sodré durante os 10 meses que correspondem ao período de sua direção. Em sua fala pontua a instrução teórica, técnica, cívica, dentre outras realizadas na instituição.

Sobre a instrução teórica, ele diz que as aulas eram ministradas por 4 professores normalistas, visto que o ensino os educandos eram divididos em 4 anos do curso elementar. Alguns dos educandos, ao finalizarem o curso teórico, ainda permaneciam nas oficinas durante o tempo reservado a essas aulas. Sobre o aproveitamento e aprendizado dos alunos com relação à esse ensino teórico, Braga diz que “deixa a desejar”, visto que os menores educandos recebiam muitos trabalhos nas oficinas, possuindo pouco tempo para dedicar-se ao ensino teórico.

Com relação ao ensino técnico, Braga relata que poderia ocorrer de forma mais eficiente se o ensino de desenho fosse ministrado com outra orientação, visto que o Instituto privava o professor responsável por essa cadeira que alargar o seu campo de ação. O que diz respeito a parte comercial da execução de encomendas, as quais eram muitas requisitadas com pouco tempo de produção, impedia a instrução, fazendo assim com que ela seja construída sobre um pilar de empirismo contraproducente.

Braga informa ainda a realidade sobre os funcionários que eram responsáveis pelos ensinamentos nas oficinas. Segundo ele, os funcionários que exerciam o difícil cargo chefe do ensino técnico não preenchiam as funções como deveriam, pois, limitavam-se apenas a pôr o visto nos papéis enviados das oficinas, sem a verdadeira preocupação em realizar os ensinamentos necessários aos educandos. Percebendo esta lacuna no ensino técnico, Braga assume o dever de preencher a falta do ensino de desenho técnico no processo de educação dos educandos, buscando enquanto pudesse relacionar seu trabalho de diretor do Instituto e de professor.

Como se vê, Braga fazia inúmeras críticas aos procedimentos pedagógicos de ensino nas aulas técnicas que faziam parte da formação profissional dos menores. Enquanto o diretor do Instituto, Braga foi percebendo o defasamento do ensino do então grandioso Instituto Lauro Sodré. Diante dessa situação, ele reorganiza a educação da instituição. Para resolver o problema, ele resolve contratar novos professores, principalmente para realizar a instrução cívica dos alunos, como por exemplo, o Capitão do segundo corpo de infantaria, senhor João de Araújo Freitas, o qual deveria instruir no exercício de manobras, uma educação mais rápida e completa referente à compreensão dos direitos e deveres cívicos que os alunos deveriam ter para com a sua pátria.

Para a educação física que era vista como complemento a instrução cívica, foi chamado o senhor Geraldo Motta, o qual era tido como um competente professor de ginástica sueca, para então ensinar aos educandos movimentos de agilidade e de elegância. No entanto, não foi duradoura a passagem desse professor pelo Instituto, pois se afastou alegando a impontualidade de seus honorários que assim o forçaram a não continuar ministrando suas aulas. Percebemos então que o Instituto Lauro Sodré já trazia consigo a falta de repasse de verbas tanto para o pagamento de professores quanto o de manutenção de sua infraestrutura. Diante desse quadro de dificuldades que o instituto passava nos leva a deduzir que extração e comercialização da borracha, a qual tinha elevado os ganhos financeiros da cidade e, conseqüentemente, no investimento financeiro que era repassado ao imponente estabelecimento de ensino profissional para menores desvalidos, repercutiu no então declínio do Instituto de maneira imensurável.

Outro problema apontado por Braga refere-se ao curso de desenho, o qual era dividido em desenho a mão livre e desenho geométrico e de projeções. Matérias estavam a cargo de um único professor, que desempenhava bem o seu trabalho na medida do possível, contudo, o desenho geométrico e de projeções ocupava a maior

parte das aulas, o que não dava margem ao desenho a mão livre, visto que o primeiro era imposto aos educandos de maneira urgente é necessário. Outro problema era que havia demora imprescindível a execução dos trabalhos da dita matéria. Para resolver esse problema Braga resolveu lecionar a disciplina voltada a desenho a mão livre, esta ocorria 3 vezes por semana, no horário de 19 horas às 20 horas e 30 minutos da noite e era lecionada para uma turma com 21 educandos que eram tidos como mais adiantados.

Theodoro ainda se dedicou no pouco tempo que lhe restava ao cumprir suas obrigações para realizar explicações de português e noções de francês alternadamente para turmas compostas por 11 alunos que terminavam seu curso teórico e manifestavam interesse em continuar aprendendo para um melhor desempenho no trabalho.

Um ponto importante que Braga destaca era a relação entre o ensino ministrado pelos professores e a qualidade da educação dos educandos e dos produtos que lhes eram fabricados nas oficinas. A respeito disso, referido diretor ressalta que a qualidade do ensino dependia sobretudo do corpo docente para estimulá-la, para resultar deste esforço do mestre o aproveitamento do discente. Todavia, era preciso que os professores e mestres desenvolvessem um sentimento superior a obrigação material de dever ensinar. Ele argumentava que o tempo das aulas eram improdutivos em razão da fraca dedicação dos menores educandos que não encontravam em seus mestres o dever e prazer de assisti-lo dedicadamente.

A respeito do comportamento dos menores educandos, eram reprimidos recorrentemente a insubordinação, a índole perversa de destruição e a desobediência proposital. Ademais, segundo ele, foi exagerado durante uma longa época de desleixo e contemporizações dos antigos diretores do Instituto.

Braga percebeu inúmeros problemas na instituição, principalmente nas regras presentes no regimento do Instituto. No que se refere à inspeção dos menores educandos, o então diretor buscou inicialmente manter uns inspetores que vinham da administração passada, porém, estes eram avessos ao trabalho. Por essa razão, não se demoraram a pedir suas exonerações. Para Braga, finalmente tinha acabado a época da vadiagem.

Braga defendia que seria de bom senso que não se confiasse menores educandos a outros. Para resolver essa questão, Braga definiu que os inspetores fossem incumbidos a esse serviço para que assim conseguisse voltar a moralidade ao Instituto. Durante a administração de Braga, no Instituto não ocorreu nenhum fato contra a moralidade do estabelecimento, o que era comum nas administrações anteriores. O então diretor relata

que inúmeras vezes ele mesmo realizava a ronda noturna em todo o estabelecimento, para que assim pudesse verificar se o mesmo estava em ordem.

Instituto Lauro Sodré no período anterior à gestão de Braga passava por intensos momentos de dificuldades financeiras, as quais repercutiam na sua gestão à frente do Instituto, seja voltada a qualidade do ensino teórico e profissional, seja na manutenção da infraestrutura que o mesmo tinha. A falta de repasse financeiro para o Instituto fez com que ele entrasse em uma crise, sendo isto visto dentro do intenso e descritivo relato de Braga, o qual ao receber intensas críticas, resolveu desenvolver o relatório em questão, para que assim pudesse mostrar principalmente ao então Governador do Estado que a decadência passada pelo Instituto não ocorria somente em sua direção, mas vinha de uma longa irresponsabilidade administrativa das gestões anteriores em conjunto com a falta de recursos disponibilizados.

A partir disso, Braga passa a elencar bom os problemas que constituem a instituição e busca durante seus 10 meses de direção, formas de melhorar o Instituto de modo a alcançar novamente a ascensão imponente que antes eram vistas no âmbito de ensino, principalmente profissional; com isso, o Instituto Lauro Sodré passa a receber algumas melhorias principalmente com relação à sua infraestrutura e à ordem que regia a mesma.

#### **4.4. MELHORIAS NAS INFRAESTRUTURA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ**

Diversas modificações ocorreram dentro do Instituto, sendo estas descritas no capítulo intitulado “Ocorrências Diversas”, no relatório de 1917, de Theodoro Braga. O diretor passa a reorganizar a instituição, e para isso relata variadas ocorrências, como por exemplo, o recebimento do armamento do Instituto que estava emprestado ao extinto Colégio Maçônico desde 1913, o qual em seu retorno percebeu danificados. Braga então mandou consertá-lo nas oficinas para que assim estivesse em condições de ser utilizado em algum serviço nas aulas de instrução militar.

Percebendo o desleixo e a falta de uniformes para os menores educandos, requereu novos uniformes, principalmente para a banda sinfônica, a qual iria saudar o excelentíssimo Governador do Estado em seu palácio por ocasião de sua recepção oficial.

Dentre as modificações realizadas está a proibição, por portaria, de entrada e saída das oficinas com equipamentos que lá estavam, para que assim a organização dentro das oficinas e o zelo pelos instrumentos utilizados internamente fossem restituídos,

visto que anteriormente a falta de ordem levou ao sumiço de diversos instrumentos pertencentes ao Instituto.

No ano de 1916, a realidade decadente e o desleixo do Instituto não eram vistas somente por Theodoro Braga, mas também pelas autoridades que o visitavam. Nas visitas do excelentíssimo Monsenhor Giuseppe Avversa, Nuncio Apostólico junto ao Governo brasileiro e do general Lauro Muller, ministro brasileiro das relações exteriores e de outras personalidades da época, deixaram palavras de conforto e votos de prosperidade para o Instituto, o que não se via de forma plena neste período, mas que se buscava por meio da intensa organização do então diretor Theodoro Braga.

Durante os meses de agosto e setembro de 1916, o Instituto passou por uma série de exonerações, sendo ela de inspetores de educandos, do enfermeiro e do dentista da instituição, por diversos motivos, principalmente pela falta de recursos para que seu trabalho se desse de forma honrosa e correta e pelo atraso no repasse de seus honorários.

Diversos percalços constituíram a direção de Theodoro Braga, dentre eles é descrito que no dia 2 de janeiro de 1916. Em um deles o diretor foi surpreendido, sem o menor motivo de justificativa com a invasão inóspita no edifício de educação e instrução de educandos, de pessoas armadas e munidas pertencentes ao grupo de Tiro Brasileiro nº 14, o qual era chefiado pelo bacharel Honorato Filgueiras, sendo este professor de matemática e educador de Belém, este apresentou intimação para que Theodoro lhe entregasse o edifício, o qual lhe respondeu de modo negativo.

Quando o então bacharel percebeu que não havia ordem para essa troca de direção e que suas suspeitas eram completamente infundadas com relação ao preparo e organização realizados por Braga frente à direção do Instituto e que a única forma de retirá-lo da instituição seria através da força de coerção e pelo terror, resolveu partir deixando 8 rapazes, montando guarda ao edifício, o que por consequência prejudicou o cotidiano vivenciado dentro da instituição pública, que era a de paz e de trabalho. Estes jovens só abandonaram o seu posto de guarda no edifício no dia 8 de janeiro do mesmo ano quando o Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto de Borborema assumiu o Governo do Estado.

Outro momento em comum pelo qual passou o Instituto foi o de receber a visita do senhor Capitão Joaquim Alves Cavalcante, pertencente ao 47º batalhão de caçadores, o qual vinha a mando do Governador do Estado pedir que a diretoria do Instituto cedesse ao Quartel General acomodações, pois estes acabavam de chegar à Belém. Foram solicitadas 85 camas, 4 panelas de ferro, 200 pratos de louça, 2 conchas de ferro e 55

colchas pardas para a cama. Estas solicitações foram prontamente atendidas pela administração do Instituto.

Em 8 de janeiro, quando o Excelentíssimo Senhor Doutor Enéas Martins passa o Governo do Estado para o Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto de Borborema, Theodoro Braga solicita sua exoneração das funções de diretor do Instituto Lauro Sodré. No entanto, antes do seu trabalho como diretor acabar, ainda realizou vários feitos, como por exemplo, entrou em contato com os diretores dos Institutos profissionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para que pudesse realizar troca de informações referentes a regulamentos, relatórios e trabalhos produzidos dentro das oficinas, para que assim pudesse retomar o prestígio de antes.

Braga realizou ainda a extinção do trabalho de barbeiro para corte de cabelos, cujo ocupante recebia o ordenado de 100.000 réis mensais, e designou para esse serviço um educando que aos domingos pela manhã executava o respectivo trabalho. A verba que era destinada a este cargo foi direcionada para o pagamento do trabalho realizada pelo professor de ginástica. Além disso, no dia 5 de fevereiro, o qual era o dia da abertura das aulas, Braga se reuniu com a congregação dos mestres das oficinas e deliberou, por unanimidade de votos a concessão de diplomas de operários de segunda classe a 12 educandos que possuíam esse direito. Essa atitude louvável de Braga foi uma prática que, desde 1913, não havia nenhum menor educando sequer que tivesse recebido como prêmio de seus esforços e como resultado final de seu tirocínio, o seu diploma.

Além de realizar uma boa administração, Braga demonstrava seu ímpeto de correção dos problemas que visualiza vai dentro da instituição, um destes fatos narrados o crime cometido pelo mestre da oficina de ferreiro, o qual foi explicado detalhadamente ao Governo do Estado no dia 21 de fevereiro de 1917. Ele narra o episódio com detalhes:

*“um fato gravíssimo deu-se hoje, envolvendo: desordem na oficina de ferreiro deste Instituto nas horas de estudo e de trabalho dos educandos, de respeito ao diretor por meio de palavras obscenas e injuriosas dentro da dita oficina quando o diretor, no cumprimento de seu dever, fora ali saber o que se passava, sem a sua prévia autorização, nem ao menos consulta, movimento de rebelião contra seu superior hierárquico contra quem ordenará a sua saída da mesma oficina a mando de um grosso martelo do ofício, péssimo e degradante exemplo dado aos educandos, tentativa de agressão física ao diretor, senão a sua morte do que escapou por ter se armado da mais inconcebível prudência o que se verifica amolçamento produzido com dito martelo na Quina do portal da de da oficina, eis o que se passou hoje, às 10:00 da manhã, sendo autor deste crime o*

*senhor Fermiano Alves Velasco, mestre da oficina de ferreiro deste Instituto Lauro Sodré”.*

Por seu intenso processo de reorganização do Instituto e de sua ordem, diversos profissionais que atuavam neste espaço passaram a revoltar-se contra Theodoro Braga, pois esses desempenhavam anteriormente seu trabalho de forma ínfima, fazendo com que o ensino profissional se tornasse defasado e não alcançasse os resultados esperados, e quando então confrontados recorriam a violência como relatado acima.

Ao final de sua administração, Theodoro Braga escreve aos senhores Gentil Ribeiro, chefe do ensino técnico e a Rodolpho Pinheiro, tesoureiro do almoxarifado do Instituto Lauro Sodré relatando algumas irregularidades vistas por ele dentro do espaço.

Braga diz que buscava relatar grandes irregularidades que eram praticadas no Instituto, e que ele, após tê-las bem observado, as fez cessar, trazendo indiretamente, lucro para o erário público ou pelo menos algumas economias, o que resultou em uma campanha de ódio, de calúnia e de vingança, como pode ser visto no exemplo acima.

A primeira irregularidade tem como protagonista principal Rodolpho Pinheiro, enquanto ainda era tesoureiro do Instituto Lauro Sodré, o qual realizava desvio de parte dos gêneros alimentícios destinados aos educandos, em sua fala Braga relata:

*“por motivos que não têm diretor de saber, encontrei Rodolpho Pinheiro, ao assumir eu a direção, pontificando no estabelecimento, verdadeiro senhor de baraço e cutelo. Quando chegava ao Instituto a carroça trazendo gêneros alimentícios, Rodolpho, de modo discreto, retirava 3 partes, uma delas ele mandava levar ao diretor e as outras 2 enviava, uma para sua casa em Belém e outra era despachada para a casa do senhor Gentil Ribeiro que ali mora exerce as funções de chefe de ensino técnico pelo menos no orçamento do Estado”. (...) Metia tudo dentro de um caixote e um empregado do Instituto, (pago, portanto, pelo Governo) José Araújo, trazia para a sua residência em Belém, fazendo todo o trajeto a pé. Além disso, Rodolpho tirava indefinidos quilos de carne fresca e pelo mesmo empregado, enviava diariamente, para o mesmo destino, ficando na cidade, esse homem ao seu serviço. Rodolpho tinha um Chalé na avenida do Instituto, para nas noites de calma em Belém, desejando uma temperatura suave e oxigenada, ali pernoitar. Independente de tudo aquilo que levava, Rodolpho fazia suas habituais refeições no estabelecimento quando e como lhe apetecesse; entretanto, com todas as chaves no bolso, da tesouraria e das arrecadações, Rodolpho não se preocupava, em realizar o seu dever para com as oficinas que quando precisava de um objeto da arrecadação e o próprio procurava, ele já havia saído a espaiar, desde quando datava isso? Não sei”.*

Outra irregularidade descrita por Braga ainda é referente à postura assumida por Pinheiro. O então diretor relata que

*“o Instituto possui a pé apenas um cavalo como único que tinha o direito de habitar o vasto estábulo que outrora agasalhava tantas vacas gordas, no tempo destas ditas. Como o holandês que paga o mal que não fez, encontrei esse pobre rocinante responsabilizando se inconscientemente pelo que não comia, em forragens, na importância de 480.000 réis, quase quinzenalmente, pois que a sua custa, Pinheiro mantinha no estábulo do Instituto quando aí assumi a direção: 3 éguas, 27 porcos, 2 caetetés e 50 bichos galináceos, devendo comer toda esta bicharada, constantemente, 12 sacas de milho, 16 sacas de farelo, 5 sacas de sal e 4 fardos de alfafa, tendo ainda, para os servir, um outro empregado do Instituto de nome Manuel Martins, que por sua vez só dedicava se a sua atividade em trata-los e vendê-los quando a prole dos segundos e dos últimos exigia o duplo das despesas, o que convinha não abusar. Nestas 2 condições, nada melhor para Pinheiro do que o sacrifício, o doce sacrifício, de ser tesoureiro do Instituto Lauro Sodré”.*

A intensa dedicação de Braga em desmascarar os crimes realizados contra o Instituto demonstra parte do seu ímpeto em desenvolver uma instituição na qual o ensino ocorresse de modo a alcançar a moral e a ordem, sejam elas por parte dos educandos ou de qualquer um funcionário que ali trabalhasse. Diante todas as modificações e melhorias realizadas pelo trabalho de Theodoro Braga frente a direção do Instituto, vários documentos oficiais e relatos da imprensa de Belém foram feitos e publicados

#### **4.5. REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DO DIRETOR THEODORO BRAGA**

A repercussão do trabalho realizado por Theodoro Braga foi intensa, dentre elas a primeira citada no relatório do mesmo é a mensagem dirigida em 1º de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo doutor Enéas Martins, Governador do Estado, publicado pela imprensa oficial do Estado do Pará.

Nesta mensagem foi dito que, em um curto período de tempo, Braga serviu como diretor do Instituto, seu trabalho de artista de trabalhador foi infatigável, ele possuiu múltiplas aptidões profissionais servidas por disciplina do espírito de ordem e de método em iniciativas de positiva eficiência econômica e didática, vendo então já realizado promissora obra administrativa e de educação. Através do relato de Braga, o então Governador foi informado das falhas, deficiências, defeitos e necessidades que demandavam essencialmente o Instituto, para que este corresponda aos elevado os fins de sua criação e posterior remodelamento, com tanto sacrifício do erário público, que neste momento não tinha uma compensação razoável.

A gestão de Braga foi marcada por encontrar muitos problemas de diversas ordens no Instituto. Havia um desejo de Braga em conquistar a imagem de estabelecimento de formação profissional de excelência. O diretor então operou no sentido de restabelecer a credibilidade do Instituto. Outro ponto elogiado, foi a melhoria da economia interna do Instituto e concomitantemente com ela, a ordem de todos os serviços.

O diretor trouxe em sua administração a volta da alimentação farta aos menores educandos sem que isso aumentasse as despesas e tivesse por consequência melhor aproveitamento de todo o regime educacional. Houve ainda a dotação de fardamento completo, em 02 uniformes de linho e de caxemira, com 2 bonés para cada um e calçados, tudo produzido nas próprias oficinas em menos de 1 mês. Realizou-se ainda um aumento de instrução geral, com mais 11 aulas de ginástica sueca e outra de exercícios militares, teóricos e práticos.

Theodoro Braga acionou toda a complicada engrenagem da instituição e ainda conseguiu lecionar a cadeira de desenho num curso noturno. Ele também ensinava português e francês de manhã a todos que concluíram o curso elementar, fazendo apenas o aprendizado de ofícios, por iniciativa própria voluntariamente.

As oficinas do Instituto nos meses de maio a junho trabalharam e produziram encomendas diretamente para o estabelecimento, para suprir as necessidades mais emergentes que eram vistas pelo diretor, pois foi constatado que os menores educandos não tinham a mínima condição de vivência e de receber uma educação de qualidade.

No entanto, não só de elogios se deu administração de Theodoro Braga, pelo contrário, a imprensa oficial de Belém durante seus 10 meses de direção do Instituto, passou a publicar notícias caluniosas a seu respeito, e para estes, ele dedica uma importante parte de seu relatório intitulada

*“aos máos, aos prevaricadores, aos nulos, aos invejosos, aos caluniadores, a toda essa tropilha não pequena de vadio que se aprazem não a única preocupação de manchar o que é limpo, desfazer a boa obra dos que trabalham e destruir sem construírem, e aqueles que, exercendo uma função pública, fazem, dela, uma garantida vadiagem remunerada”.*

Neste relato vemos a indignação de Braga e a solicitação perante o Governador Doutor Lauro Sodré a designação e nomeação de uma comissão de cidadãos calmos de espírito, desapassionados e justos, a fim de que se dedicassem com a mais serena imparcialidade, de todas as ignominiosas calúnias que a imprensa da cidade vinha publicando.

Por fim, Braga se direciona ao Governo do Estado lhe dando informações perante todas as observações que o mesmo fez durante a sua administração, dentre estas é tido que o Instituto deve ser encarado e regulamentado como uma escola superior de ensino técnico profissional do Estado.

Para que o instituto alcançasse novamente o seu prestígio era necessário ações mais enérgicas e incessantes no trabalho diário e intenso, para isso era preciso pôr-se a parte anemia moral que infelizmente cercava a vontade de quem trabalhava no Instituto.

A escola profissional então não é nenhum manicômio nenhuma correção. Ela Foi construída para educar o espírito no exercício nobre de uma profissão liberal e para isso era necessário abstrair do pieguismo e do afilhadismo. O Estado precisava procurar escrupulosamente entre os que queriam, aqueles que eram Fortes de corpo e instruídos de espírito. A primeira condição para poder matricular-se como novo operário que formariam amanhã Independência das obras artístico-profissionais era ter diploma de estudos primários elementares; em seguida, ter a idade mínima de 11 anos e gozar de Boa Saúde. Nessas condições a despesa feita pelo Estado seria fatalmente largamente recompensada pelo resultado obtido, ou seja, a formação de um operário digno deste nome.

E justificavam se estas condições primárias e básicas, com efeito, uma escola profissional não era um Jardim de infância, em que se aceitavam crianças analfabetas e tenras, pois era visto que não se podia perder tempo em ensinar o que eles já deveriam saber ao entrar no Instituto, bem como faltavam-lhes força, vigor e iniciativa para ajudar aos mestres no momento da aprendizagem do ofício escolhido. Como ensinar-se o ofício de tipógrafo a educandos analfabetos?

Sendo assim, menor de 11 anos, o educando gastava sem a preocupação de poder retribuir ao menos o que aprende, pois tudo para ele era distração. Desconhecendo a leitura e a educação tornava-se um novo empecilho no desenvolvimento superior de uma escola profissional. Para que o menor educando facilmente compreendesse que deve trabalhar para a vida útil, alegre e proveitosa, era preciso ter discernimento que falta ao analfabeto e a criança de baixa idade. A saúde forte vinha corroborar então todo um conjunto de força, inteligência e vontade.

É demonstrado assim a primeira questão a ser resolvida de forma enérgica, de modo seco e categórico, sem deixar penetrar a menor dose de compaixão ou fraqueza, desse modo se teria então com muita facilidade o ideal realizado. Braga diz ideal, por

que jamais, até o período mencionado, não havia conseguido solidificar essa ambiciosa realidade. Outra questão abordada pelo mesmo era a do comércio.

Desde que visitou pela primeira vez o Instituto Lauro Sodré, Braga defendia um ensino em resultados, e faz das palavras escritas por José Veríssimo em seu luminoso relatório:

*“a instrução pública no Pará em 1890” as suas palavras, sendo estas “o estabelecimento mediante o qual distribuí o Estado o ensino profissional e técnico. Ao menos tal É o Fim de sua instituição, a realidade, porém é outra. Desde muito acha-se transformado quase que simplesmente em uma espécie de oficina em que com os privilégios que lhes são próprios, o Estado concorre em competência menos justa, para não dizer menos lícita, com os particulares. Nem só o ensino literário e técnico, desorganizado e quase nulo é insuficiente e mal distribuído como o próprio profissional é, pode se dizer, nenhum se mostrou eficaz”.*

Podemos inferir que neste momento o ensino ministrado pelo Instituto Lauro Sodré passou por um intenso processo quando seu primórdio, onde o mesmo era visto como um Instituto de educação e excelência na produção de operários que possuiu determinado conhecimento teórico e aprofundado conhecimento profissional para o desenvolvimento das profissões requeridas e necessitadas pela sociedade, mas que não eram supridas por serem consideradas braçais.

Braga divulgou ainda que o Instituto era visto de forma errônea, pois era uma fonte de renda para o Estado e era julgado o seu merecimento e a sua direção pela renda que dava. Segundo ele, a desvio do seu destino essencial gerou a transformação no que foi vivenciado por Theodoro em sua administração, ou seja, mero ajuntamento de oficinas variadas visando apenas o lucro.

Nos é descrito que desde o momento em que o Pará se pôs no sistema geral de organização do ensino profissional e técnico e passou a atribuir a sua distribuição ao estabelecimento especial, deveria este corresponder ao seu fim. Do contrário se mostrou mentiroso aquela organização. O interesse que os Estados tiravam de Institutos semelhantes é que deveriam somente prover; o desenvolvimento e o progresso das artes industriais era tida como lastimável.

Segundo Braga, o Estado deveria assumir a postura relativa a realizar concorrência perante a indústria particular e dizer francamente qual era o verdadeiro fim da instituição para que assim pudesse organizá-la expressamente para esse fim. É possível ver em sua fala sobre o destino dos trabalhos realizado dentro das oficinas, sem fins especulativos, sem exploração industrial é com bom trabalho escolar. Em fins

lucrarivos, não se poderia fazer concorrência as indústrias particulares que pagam impostos e ainda para o ensino ser realizado de maneira correta, não se poderia realizar a comercialização.

Outra mudança instigada se refere aos menores educandos de 11 anos que concluíram seu curso elementar, pois o mesmo dispensava o curso teórico no Instituto, empregava todo o seu tempo nas oficinas durante as 8 horas diárias de trabalho. Nestas condições, ele poderia dividir esse tempo para si durante 4 horas e para as encomendas as outras 4; algum curso especial teórico que tiver poderia ser ministrado alternadamente e à noite.

Torna-se necessário no Instituto uma vida intensa de luta, de trabalho de preocupação espiritual, a qual era tida como única forja onde se temperam a alma, o cérebro e o corpo. Theodoro Braga de forma preconceituosa entendia que o recreio era um prejuízo, que o pobre não deveria se divertir e sim aprender a viver o trabalho e a realizar o seu dever. Ele defendia o descanso produtivo, pois o repouso dos educandos era importante e necessário após um dia produtivo. Após um dia cheio de atividades, o sono reparador de 8 horas viria preparar um novo homem para a luta do dia seguinte. Sendo assim, armado deste modelo, o Instituto Lauro Sodré poderia iniciar uma vida nova, uma trajetória rápida, segura e evolutiva; o discurso defendido por Theodoro Braga neste momento sofria embate com a ideologia e recomendações higienistas da época, as quais defendiam o recreio escolar como um momento de descanso necessário aos educandos em seu processo de instrução.

É ainda descrito que era necessário que a inteligência do operário brasileiro estivesse dentro de sua obra, que ele executasse o que inventa se e que a habilidade de suas mãos correspondesse a delicadeza de seu espírito.

Tudo isso compunha a série de pensamentos de Theodoro Braga para transformar o Instituto Lauro Sodré em uma verdadeira escola profissional, em que cada operário diplomado seria senhor de seu ofício, levando no seu cérebro um mundo infinito de coisas a produzir em mãos dóceis e ágeis a desenhar e ao formar as 1000 coisas desse mundo espiritual.

Em seu relato, Braga diz que seria dolorosa saber quantos operários diplomados pelo Instituto Lauro André vivem satisfeitos em seus ofícios, vivendo uma vida independente ou desligados da eterna tutela do Estado. Viciados, escravizados pela sua própria ignorância, os pobres operários nada faziam, nada produziu; pois se não lhes era ensinado nem a ler e nem a pensar, dando assim um lugar melhor ao estrangeiro.

O diretor de uma escola profissional como o Instituto Lauro Sodré deveria ser um técnico, um conhecedor de desenho que estudando o caráter dos menores educandos pudesse guiá-los nas oficinas e principalmente explicasse suas dúvidas. A ele deveria competir o ensinamento dirigindo aos menores educandos, no sentido de desenvolver as aptidões nos mesmos, evitando a invasão do terrível mal que atrofiava o cérebro dos menores educandos. Abordava também que deveria ser evitado as cópias ruins dos catálogos estrangeiros e se dar início ao estilo nacional que o povo dito civilizado desconhecia.

Compete ainda ao diretor guiar os educandos na execução de seus trabalhos, ao lado dos mestres, executar com eles, indicar como se deve ver uma obra acabada, senti-la e discutí-la em conjunto. Para Braga não se deveria deixar o educando amolecer no ócio, pois o precioso tempo das oficinas passavam rápido e eram insubstituíveis; deveria-se conseguir fazer do próprio trabalho. O recreio dos educandos seria destinado os menores educandos que tivessem aproveitamento a que se dedicava ao Instituto. E assim, a cada ano, antes da época dos exames, todos esses trabalhos, os quais eram produtos intelectuais de novos operários, seriam expostos em concursos ou premiados, seriam ainda expostas ao público e os considerados dignos fariam parte de um museu da escola.

Um ou dois anos antes de terminar o seu curso, o mestre do ensino técnico que seria o diretor, deveria ilustrar o espírito dos menores educandos, quase homens, sobretudo o que se relacione com a história da arte. Sendo assim seria necessário sacudir o pó das épocas atrasadas, para que pôr fim a oficina se transformasse então em uma ruidosa aula de desenho onde se pensasse se esse executasse.

Outro problema abordado por Theodoro Braga era que se passaram os anos e veio a crise, o dinheiro público escasseou, veio então a economia forçada com as despesas reduzidas. Tal situação gerou encomendas oficiais sem serem pagas e malmente era fornecido material necessário ir para o trabalho nas oficinas. O próprio Governo realizava encomendas particulares, fiado, pois as indústrias particulares tinham tudo, material e ordem no trabalho.

A distância do Instituto também foi questionada pelo então ex-diretor do Instituto, que relatava que esta distância impedia que o particular levasse sua encomenda, e ainda o pior de tudo, era o transporte das coisas encomendadas que era feito por um preço elevado, o que tinha por consequência que a maioria das encomendas eram realizadas

no centro da cidade, pois elas eram feitas sem um alto custo eram recebidas em um período de tempo mais curto.

Por fim, Braga questiona vários aspectos sobre a escolha da aprendizagem de um ofício pelos menores educandos. Um destes questionamentos era quem deveria decidir a escolha, se era o próprio menor educando, se os pais, ou o diretor. Para Braga não seria lógico, nos seis (6) primeiros meses de instituição cada educando recém matriculado passar por todas as oficinas do Instituto. Ele defendia que cada menor educando teria que descobrir suas aptidões e se dedicar a oficina escolhida.

De acordo com Braga, não era raro ver um menor educando querer mudar de ofício. Havia recorrentemente menores educandos que mudavam de oficina por influência familiar, como no caso de um educando que após 4 anos de frequência na oficina de alfaiate, por exemplo, solicitou para mudar de oficina porque sua mãe desejava. Theodoro Braga então não permitiu. Falta, portanto, ainda um critério seguro para que se fixasse os educandos que tudo queriam, menos aprender.

Braga acreditava que o método desenvolvido por ele pudesse dar resultados, pois pensava ser melhor do que o que existia, o qual era a escolha pelo educando, em seguida pela família e onde o diretor não entra se não para sancionar. Da escolha pelo aluno verificou-se que o que ele queria era aí para uma oficina onde tivesse muitos companheiros e pouco serviço.

Theodoro acredita que os 10 meses de direção no Instituto Lauro Sodré foi pouco para consertar a administração desvirtuada e quase acéfala, bem como para conter os ímpetos de despeito e incompetência daqueles que se deixaram pegar na vadiagem quando a sua missão era, por demais nobre a de ensinar as noções de educação e comportamento, de civilidade e trabalho. Sua luta foi incessante e quase sempre desigual, mas o trabalho, deveria vencer todas as resistências.

Braga encontrou um regulamento impraticável e bom desrespeito por parte dos funcionários que constituíam a instituição, e para impor a moralidade, afastada de longa data teve que inverter, nesse assunto à disposição da lei.

É notória a importância que Theodoro Braga assumiu quando passou a administrar o Instituto Lauro Sodré, pois o mesmo não se restringiu apenas realizar um ínfimo trabalho, como o de seus gestores anteriores, pelo contrário, foi pontual e iniciou seu trabalho visualizando todos os aspectos que constituíam o Instituto Lauro Sodré, desde sua infraestrutura até os mínimos detalhes que constituíam o ensino profissional e teórico dessa instituição.

Foi através dessa minuciosa análise que se desenvolveu então relatório de seus 10 meses de direção, demonstrando a sua preocupação em estabelecer novamente a ordem dentro do Instituto, assim como buscou realizar melhorias no ensino dos educandos, mesmo que isso o levasse a uma sobrecarga de seus afazeres.

Theodoro Braga assumiu o Instituto Lauro Sodré quando o mesmo passava por um intenso processo de desvalorização do seu ensino profissional, pois o repasse de verbas era tido como minúsculo, pois a cidade também passava por um problema financeiro com o declínio da economia da borracha, sendo esta, a principal fonte de verbas para os cofres públicos. Neste momento não via o Instituto como prioridade para receber valores para sua manutenção, visto que ele não alcançava seus devidos méritos em um longo período de tempo, bem como não formava operários com o devido conhecimento necessário para suprir as necessidades da sociedade.

O Instituto Lauro Sodré que antes era visto como local de educação e excelente formação cívica e moral, nada mais era do que uma instituição regida por diversas regras, que na realidade não eram cumpridas, pelo menos não em sua totalidade; gerando assim a ilusão de formar operários profissionais com os devidos conhecimentos de seus ofícios.

A educação profissional que era vista como “tábua de salvação” para os menores desvalidos, por formá-los para o mundo do trabalho lhes apresentando um ofício. A formação dada aos menores educandos desvalidos era uma estratégia utilizada pelo Estado para evitar a circulação deles pelas ruas da cidade, uma vez que, almejava-se uma cidade civilizada e moderna. Sabe-se que o abandono e a pobreza desencadeavam muitos problemas sociais como mendicância e criminalidade. O ensino profissional no Instituto Lauro Sodré de certa maneira retirava os menores desvalidos das ruas e conferia a eles um futuro melhor.

## SEÇÃO 5



### À GUISA DA CONCLUSÃO



*“O paiz que tem a felicidade de possuir um Instituto d’esta ordem, é verdade, um grande paiz, pois fazendo progredir a agricultura, as artes e as industrias, promove a felicidaede e bem estar de todos os cidadãos e concorre para elevar ao seu moral social. Bem haja pois, o digno Governador, que d’este modo fomenta o progresso do Estado”.*

*Das Neves e Melo (Consul)  
14 de janeiro de 1900*

## **BREVES CONSIDERAÇÕES**

Após o processo de descrição e análise das fontes encontradas, sendo a primeira, a “Monografia do Instituto Lauro Sodré” e a segunda o relatório intitulado “10 meses de direção do instituto Lauro Sodré por Theodoro Braga”, acreditamos que nossos anseios iniciais foram supridos, visto que esta pesquisa objetivava analisar o percurso de atuação do instituto do século XX, sobretudo o período de sua imponência e posteriormente de declínio na formação profissional de meninos desvalidos. Nosso interesse principal estava voltado à investigar o processo de formação profissional dada aos menores desvalidos em dois momentos completamente opostos, os quais foram relatados nas duas fontes acima citadas.

Buscamos descrever o Instituto Lauro Sodré sob a ótica pela qual ele era visto no início do século XX como magnífico estabelecimento de formação profissional de menores. A análise das fontes indica que a economia gomífera na Amazônia paraense contribuiu para o pleno desenvolvimento da cidade de Belém e, conseqüentemente, para que o Instituto Lauro Sodré recebesse incentivos monetários do governo estadual para o desenvolvimento de uma educação profissional de menores desvalidos.

O Instituto Lauro Sodré era visto como um estabelecimento de ensino com características especiais e duplamente produtivo, pois entregava anualmente à sociedade, um grupo de operários instruídos e que durante sua formação, produziam produtos que eram vendidos para outras instituições públicas ou particulares, contribuindo, por conseguinte, avultadas somas de dinheiro aos cofres públicos.

O Instituto Lauro Sodré era tido como uma “arca santa” que garantia o amparo dos menores desvalidos e formava uma geração de operários instruídos, mesmo que superficialmente, em seus cursos teóricos, como podemos relembrar, os ensinamentos teóricos deveriam ocorrer de modo “raso” para que não se confundisse a mente do educando. O Instituto Lauro Sodré formava menino desvalidos esclarecidos e cidadãos dedicados ao Brasil e à República, cuja única finalidade era a de contribuir através de seu trabalho com a prosperidade da pátria e a felicidade da humanidade.

Diante da leitura e análise do que se constituiu o instituto, este tinha a proposta de ministrar uma educação física, moral, intelectual e principalmente de ofício que habilitava o menor desvalido profissionalmente para se tornar proveitosos à sociedade.

A educação administrada no Instituto Lauro Sodré seguia uma política higienista que comungava com um ideário que evitasse o abandono e a orfandade de meninos e,

consequentemente, a marginalidade infanto-juvenil, oportunizando assim, a criação de aptidões nos menores no sentido de serem úteis à pátria e principalmente às elites locais que utilizavam o aprendizado dos menores como mão-de-obra barata.

O funcionamento do Instituto Lauro Sodré ultrapassou gerações que foram formadas para embasar uma política de assistência e proteção à infância com a ideia de acolher, instruir e educar meninos desvalidos como uma forma de tutoria do estado. Já para a sociedade paraense, a instituição se arquitetava na solidariedade, numa visão progressista e republicana aos menores uma vez que o lema da República era de salvar as crianças pobres da marginalidade, da vagabundagem e delinquência.

Criado para atender meninos desvalidos, a instituição seguiu os preceitos da assistência social de face caritativa, ligada principalmente aos ideais religiosos, à filantrópica, de caráter mais científico, atrelada aos ideais do iluminismo. Como se vê, a instituição para menores também seguia uma proposta civilizadora da população local, especialmente a mais pobre, marcada principalmente por uma população desvalida e mestiçagem, fortemente rejeitada pelas elites locais.

Durante o período de 1904 a 1917, o instituto passou por muitas alterações nos seus objetivos e processo educativo. Podemos inferir isto a partir do detalhamento do relato de Theodoro Braga, diretor do Instituto, que traz em sua fala as infinidades de problemas encontrados nos dias iniciais de sua gestão. Ele observou que a infraestrutura do prédio, antes majestoso, naquele momento encontrava-se em completo abandono, com encanamentos entupidos, paredes com infiltrações, acúmulo de poeira e mofo nas acomodações etc. Além disso, Braga relatou o descaso para com os menores educandos que no ano de sua direção foram encontrados se alimentando com comida sem qualidade, sem uniformes limpos e em quantidade suficiente para provir todos os alunos que constituíam o Instituto. Ademais, Braga ressalta que o ensino teórico era defasado, visto que o ensino profissional ocupava demasiado tempo, pois os alunos produziam muitos produtos nas oficinas.

Mas o que levou o Instituto Lauro Sodré a entrar em declínio? Como visto, o período de direção de Theodoro Braga convergiu para o momento em que a economia gomífera, que antes estava em alta e era voltada para o desenvolvimento da cidade, entrava também em momento de declínio, obtendo por consequência um corte no repasse financeiro para a instituição, que neste momento não era tida como prioridade para os cofres públicos, pois como afirma Braga, há muito tempo a instituição não

alcançava seu objetivo de formar operários para o desenvolvimento da cidade com mão-de-obra barata.

O Instituto Lauro Sodré foi criado e desenvolvido visando resolver dois problemas centrais da época: o primeiro, retirar das ruas os menores desvalidos que eram tidos como incômodos pela elite local; e o segundo, promover uma educação profissional de ofícios para que após o seu processo de formação fossem gerados operários, mão-de-obra barata que trabalhassem nas obras públicas ou nas oficinas do Estado suprimindo as necessidades desenvolvimentistas da cidade que buscava o seu ideal civilizador.

No entanto, o percurso de escrita desta pesquisa não foi fácil, o processo de garimpo das fontes é algo que necessita de tempo e o pesquisador que atua na História da Educação – mais propriamente dito, na História das Instituições –, precisa estar disposto a se embrenhar nas leituras de diversas fontes, para que assim possa compreender em sua totalidade os acontecimentos.

Muito se tem a falar sobre o Instituto Lauro Sodré e principalmente sobre o contexto no qual ele estava inserido no século XX. As fontes analisadas apontam uma imersão no que era considerado o ensino profissional dentro de uma instituição prestigiada e defasada em momentos distintos. Esperamos ter respondido as seguintes questões: no período de sua imponência como instituição reconhecida na formação profissional de meninos desvalidos, que aprendizado de ofícios os menores recebiam no Instituto Lauro Sodré? Nos anos que enfrentaram as dificuldades financeiras, que fatores contribuíram para que a instituição perdesse a qualidade na sua formação profissional? Que impactos as dificuldades financeiras tiveram na manutenção da instituição? Que repercussão o declínio da instituição teve na política de educação dos meninos desvalidos?

Ao responder essas questões avançamos na disseminação do conhecimentos sobre o Instituto Lauro Sodré, visto que o diferencial em nossa pesquisa era abordar a sua constituição e o seu ensino profissional sob duas óticas: a primeira já explorada em pesquisas anteriores, de forma romantizada, onde o Instituto era tido como berço da salvação dos meninos desvalidos, gerador de uma educação transformadora e portador de uma infraestrutura invejável e igualável aos institutos franceses; a segunda ainda pouco explorada nas pesquisas que foi o momento de decadência da instituição, suas fragilidades e, sobretudo não mais como prioridade para a sociedade paraense em desenvolvimento. Constatamos que na segunda década do século XX, o Instituto Lauro

Sodré perde a qualidade da sua educação. Aos olhos das autoridades locais a referida instituição não atendia a engrenagens no sistema de produção de bens como favorecimento da elite.

Terminamos aqui está escrita, mas não por ter se esgotado as informações que o Instituto Lauro Sodré poderia nos ter dado, pelo contrário, ainda há muito o que se encontrar, analisar e descrever. A análise da Monografia e do Relatório de Theodoro Braga abriram caminhos para entendermos a representação da instituição profissional para a capital do Pará em um período histórico de imponência do Instituto Lauro Sodré em razão da economia da borracha na Amazônia. Esperamos que mais pesquisadores ultrapassem as portas do Instituto na busca de desvendar a realidade dos menores desvalidos no tão imponente prédio que os abrigava, instruía e educava.

## REFERÊNCIAS

- **Documentos oficiais**

DIÁRIO DO GRAM-PARA. Belém: Typographia Commercial; Typographia J.J. Mendes Cavalheiro; Typographia do Gram-Pará; Typographia da Estrella do Norte, 1885.

Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primera reunião, em 30 de outubro de 1891. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891.

Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1892. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892.

Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião, em 1º de fevereiro de 1893. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893.

Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

PARÁ. Decreto nº 372 de 13 de julho de 1891. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891b.

- **Bibliografias**

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. Trab. educ. saúde, p. 427-451, 2012.

ALENCAR, Breno, Rodrigo de Oliveira. A migração no contexto da Belle Époque paraense: uma revisão da literatura recente. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 393-408, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2017v18n29p393>. Acesso em: 05 jan. 2023.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; DOS SANTOS, Rosa Milena. História da Educação no Rio Grande do Norte: Instituições escolares, infância e modernidade no início do século XX. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias et al. O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque. 2011.

BASTOS, Péricles Antonio Barra. De Escola de Aprendizizes Artífices do Pará à Escola Técnica Federal do Pará, 1909/84. Belém, Gráfica Sagrada Família, 1984.

BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. Infância, Higiene & educação. **Trabalho Apresentado na 28ª. Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) GT**, 2005;

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará: (Século XVII-XIX). 2. ed. rev. e ampl. Belém: Paka-Tatu, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). Revista Ver a educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996.

BUFFA, E. PINTO, G. A. Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971. São Carlos: EdUFSCar, INEP, 2002.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **Instituições educativas: Porque e como pesquisá-las**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009;

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992;

CAMPOS, Ipojucan Dias. Educação Feminina na Belle-Époque Belenense (1890-1900). Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.6, p.103-115, set./dez. 2012. Disponível em: [https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1610/pdf\\_132](https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1610/pdf_132). Acesso em: 07 jan. 2023.

CANCELA, Cristina Donza. Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha (Belém- 1870-1920). 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/21580>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CARDOSO, Silvia Laura Costa; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Espaços públicos urbanos e práticas sociais: o Bosque Rodrigues Alves em Belém, PA. In: CASTRO, Edna Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima (orgs.). *Sociedade, Campo Social e Espaço Público*. Belém: NAEA, 2014. cap. 8, p. 131-148.

CASTANHO, S. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, M. I. M; 127 SANDANO, W. (orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CASTRO, Cesar Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa de Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís, MA: EdFUNC, 2007.

COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. Mestrado em Educação, Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Revista Escritos*, n. 5, p. 141-168, 2011. Disponível em: [http://escritos.rb.gov.br/numero05/FCRB\\_Escritos\\_5\\_8\\_Geraldo\\_Martires\\_Coelho.pdf](http://escritos.rb.gov.br/numero05/FCRB_Escritos_5_8_Geraldo_Martires_Coelho.pdf). Acesso em: 05 jan. 2023;

COIMBRA, Adriana Modesto. A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17. Disponível em:

[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874926\\_f7b7079377bb739546477d09f262a1a7.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874926_f7b7079377bb739546477d09f262a1a7.pdf). Acesso em: 06 jan. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, p. 89-107, 2000;

DUARTE, Cristovão Fernandes. Asilo da Mendicidade em Belém do Pará: a Pobreza Urbana como contra-face da Belle-Époque na Amazônia. In: Encontro Nacional da ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/806>. Acesso em: 07 jan. 2023.

FERRANTI, Tatiara Rodriguez; SOUZA, Cellayne Patrícia Brito de. Arte e Cultura na Belém da Belle Époque. Revista Tríás, n. 6, p. 1-15, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2009/resumos/R18-0156-1.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, LOPES, Eliane Marta Ramos. **Território plural: a pesquisa em História da Educação**. São Paulo: Ática, 2010;

GATTI JUNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S; GATTI JUNIOR, D. (Org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

KATO, Hellen Cristina de Almeida; SOUSA, Diego Neves de. Belém do Pará: Trajetória de uma cultura alimentar de mais de 400 anos de saberes e sabores. Revista Humanidades e Inovação, v.7, n.16, p. 371-391, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2421>. Acesso em: 08 jan. 2023.

LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS, v. 10, n. 19, p. 226-248, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10747>. Acesso em: 06 jan. 2023.

LIMA, Maria do Socorro Pereira. Práticas de Educar Crianças na Amazônia: As Orientações de Instituições Públicas na República Paraense (1901-1920). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/380/756c915e6bfaf6ab9f357a6f21df0314.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MENDES, Heriton Wenceslau dos Anjos Santos. A Política de Educação Profissional do Governo Magalhães Barata no Estado do Pará-1956 a 1959.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.525-539, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dntjFGNPbZ6QXZCZf77XsYP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MOURA, Daniella de Almeida. A Imprensa Periódica a Serviço da República Paraense (1889-1898). 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

PIMENTA, A.S.F. Educação de meninas no Orfelinato Paraense (1893 -1910). 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPA, 2012;

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, p. 179-195, 2001.

PINEAU, Pablo; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Educação e a questão da construção de identidades modernas no século XIX: os casos da Argentina e do Brasil. In: VIDAL, Diana G.; ASCOLANI, Adrián (org.). Reformas educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez: 2008.

\_\_\_\_. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese (Doutorado). 2004. 441 p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro.

ROCQUE, Carlos. Antônio Lemos e sua época: história política do Pará. Editora Cejup, 1996.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, et al (org.). Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 75-94.

SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. publicidade belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-tatu, 2010;

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: Nascimento, M. I. M. et all (Orgs). Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SILVA, Íviny Cristina Aguiar da. A educação de corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará republicano (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

SOARES, Karol Gillet. As Formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Reseane Silveira de. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, p. 93-121, 2010;

SOUZA e FARIA FILHO, Luciano. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana (Org.)

Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006, p 21-56.

TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. AS RELAÇÕES DE PODER NA E ENTRE A ESCOLA NORMAL E A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ DE 1890 A 1920: A BELLE ÉPOQUE NA ESCOLA. *Periferia*, v. 6, n. 2, p. 20-40, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5521/552156370003.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

TEIXEIRA, Kelúbia Soares et al. Ciências naturais no ensino profissional do Pará: Instituto de Educando Artífices e Instituto Lauro Sodré (1870/1901). 2019.

TEXEIRA, Amanda Gatinho. Entre Tecidos e Adornos: a moda das mulheres das camadas populares na Belém da Belle Époque (1870-1912). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13243/9188>. Acesso em: 08 jan. 2023.

WERLE, F. O, C. BRITO, L. M. T. S, COLAU, C. M. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. In: *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.